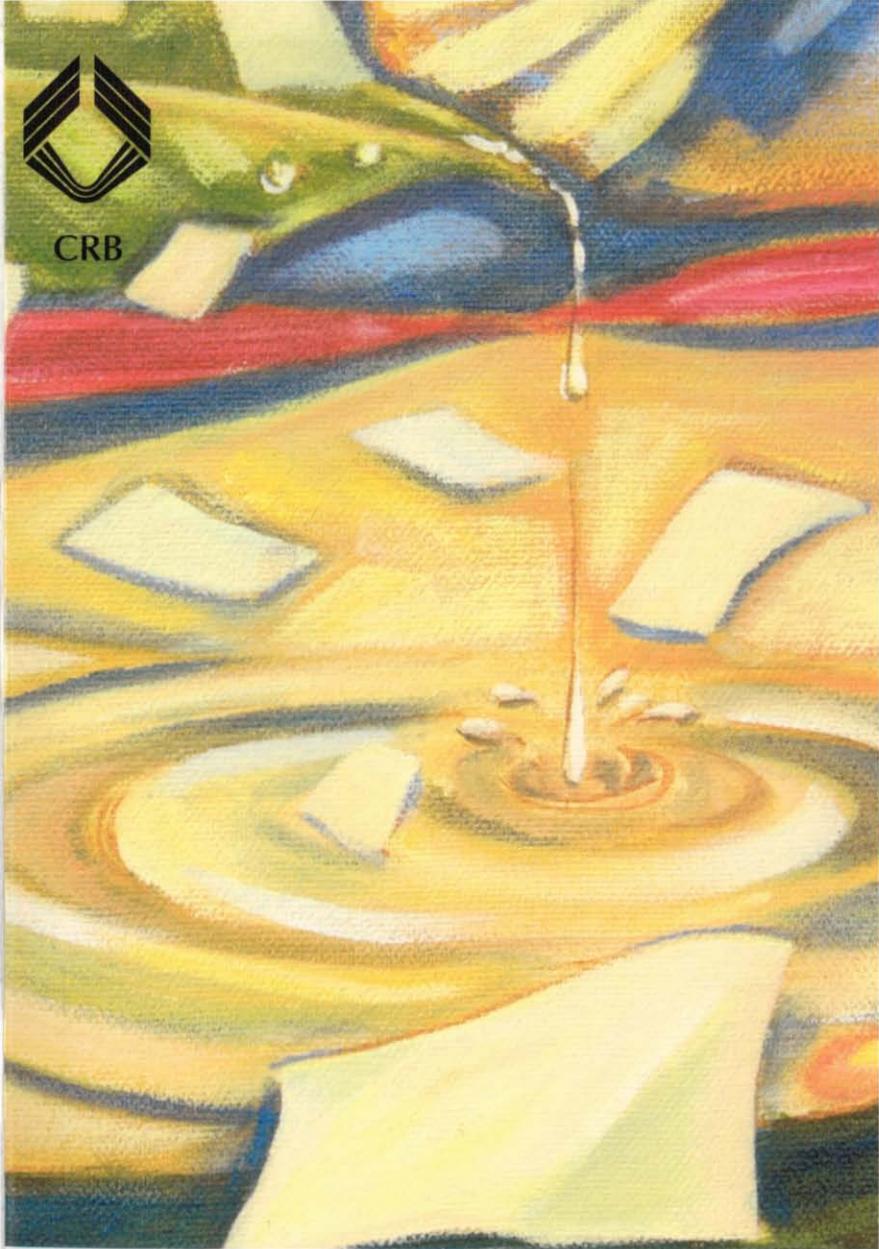




CRB



JANEIRO/FEVEREIRO 2009 • XLIV • nº

CONVERGÊNCIA

- O sínodo da Palavra de Deus
- Segurança pública: direito do cidadão
- Encruzilhadas da vida em comunidade
- Formar para a fidelidade numa cultura *light*
- “Interinstitucionalidade: o nosso tão importante quanto o meu”

Editorial

No limiar do novo ano, um renovar de esperanças..... 1

Palavra do papa

Combater a pobreza, construir a paz 5

Artigos

O Sínodo da Palavra de Deus – JOHAN KONNINGS, sj 17

Segurança pública: direito do cidadão – ROBSON SÁVIO REIS SOUZA..... 34

Encruzilhadas da vida em comunidade. Espiritualidade e comunitariedade –
HELENA TERESINHA RECH, STS 53

Formar para a fidelidade numa cultura *light* – AFONSO TADEU MURAD 70

Interinstitucionalidade: o nosso tão importante quanto o meu.
Dez anos da Equipe Itinerante: celebrar, agradecer, purificar, crescer e avançar –
EQUIPE ITINERANTE E RESPONSÁVEIS INSTITUCIONAIS..... 86

Esta revista segue a nova ortografia da Língua Portuguesa.

A ilustração da capa, de Imã Anderson S. Pereira, mc, mostra um pingo d'água que brota da folha da esperança, como orvalho sobre o deserto e genu oulat. Uma fúcsa vermelha atarevsa o descolho, simbolizando o projeto do Reino que como sangue sustenta a vida, e é presença do Espírito Criador e Salvador que impulsiona e sustenta a caminhada da vida religiosa.

**CONVERGÊNCIA**

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB

ISSN 0010-8162

DIRETORA RESPONSÁVEL

Ir. Márian Ambrosio, dp

REDATORA RESPONSÁVEL

Ir. Maria Juçara dos Santos
MTb 8105

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO

Coordenadora:

Ir. Vera Ivanise Bombonato, fsp

Conselho editorial:

Ir. Helena Teresinha Rech, st

Ir. Maria Freire, icm

Pe. Cleto Caliman, sdb

Pe. Francisco Taborda, sj

Pe. Jaldemir Vitória, sj

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

SIDS, Bloco H, n. 26, sala 507

Ed. Venâncio II

70393-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3235-2991 / 3226-5540

Fax: (61) 3225-3409

E-mail: crb@crbnacional.org.br

www.crbnacional.org.br

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas
do PDF sob o n. P. 209/73

Projeto gráfico:

Manuel Rebelato Miramontes

Revisão:

Cirano Dias Belin

Jaci Dantas

Impressão:

Gráfica de Paulinas Editora

Os artigos assinados são de responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Assinatura anual para 2009: Brasil: R\$ 84,00
Exterior: US\$ 84,00 ou correspondente em R\$ (reais)
Números avulsos: R\$ 8,40 ou US\$ 8,40

No limiar do novo ano, um renovar de esperanças

Um novo ano se abre diante de nós. Uma nova etapa da história da humanidade começa a tomar forma. No ano que ficou para trás uma travessia foi feita e, ainda que permeada de numerosos obstáculos, foi vencida. Para o ano que se inicia, muitos projetos, planos e sonhos. Quantos se realizarão? Em todos precisamos colocar o empenho do coração, a paixão que nos move, e contar com a graça e a gratuidade de nosso Deus Pai-Mãe, garantia de guia no novo itinerário a percorrer.

Na contemplação atenta do caminho percorrido, impossível não irromper em júbilo ao perceber que alcançamos mais do que a meta prevista, se considerarmos que muitos projetos foram concluídos unicamente pela bondade e querer da Trindade Bendita em sua providência generosa.

Bento XVI, em sua mensagem para o Dia Mundial da Paz, 2009, faz uma série de considerações sobre a situação de pobreza e miséria em que tantos irmãos e irmãs nossos ainda vivem mergulhados, à margem de um mundo que acumula e se mata por ganância. Mesmo assim, a pessoa de Jesus e sua missão nos motivam a ir em frente, a buscar novas alternativas e a lutar por um mundo novo.

Esperanças e sonhos, são eles que nos fazem desenhar um novo mapa de percurso, pontuar novas metas a ser alcançadas, ousar acreditar que um novo mundo é possível se nos comprometermos com uma dinâmica de vida que seja construtiva, preservadora dos valores defendidos pela ação e pela Palavra de Deus manifestadas no Filho Jesus.

O valor e a força da Palavra de Deus foram o tema principal do último grande evento da Igreja Católica em 2008:

o *Sínodo da Palavra de Deus*. Padre Johan Konings, sj, ao escrever sobre tão importante marco histórico, que, segundo ele mesmo, se desenvolveu num clima de muita fraternidade e descontração, salienta a importância da contribuição das diversas igrejas particulares, produzindo uma unidade, ainda que expressa de várias maneiras.

Padre Konings deixa transparecer todo o clima que envolveu os participantes do Sínodo, o modo como foram conduzidas as discussões, as reações produzidas, pontos e contrapontos de uma Igreja preocupada com o modo com que a Palavra de Deus é valorizada e vivenciada. A mensagem final soa como um brado que nos remete para os “quatro momentos no encontro dialógico com a Palavra de Deus: a voz da Palavra, o rosto da Palavra, a casa da Palavra, as estradas da Palavra”.

É sempre a Palavra de Deus encarnada na realidade concreta da história do povo que, a cada ano, inspira a Igreja do Brasil a abordar um assunto cujas implicações na vida das pessoas têm caráter prioritário. A Campanha da Fraternidade de 2009 vai, mais uma vez, trazer para a nossa reflexão o descaso com que é tratada a vida humana. Quando Robson Sávio Reis Souza escreve sobre *Segurança pública: direito do cidadão*, apresenta dados estatísticos sobre os vários tipos de violência a que o ser humano é submetido em nossa sociedade. Esta será a sétima Campanha da Fraternidade a tratar do assunto, o que demonstra que a meta da paz e do respeito à vida ainda está longe de ser alcançada.

O autor ousa fazer um apelo às comunidades religiosas: “Fundamental, portanto, é que todos religiosos e religiosas, motivados pela Campanha, possam debater sobre a segurança pública, não só apontando e conhecendo os problemas, mas também entendendo que a participação social é fundamental para a superação dos dilemas atuais.” Na verdade, se analisamos a postura dos profetas do Antigo Testamento e de Jesus Cristo, diante das violências e opressões sofridas pelo povo de seu tempo, nós os veremos destemidos a defender os direitos por vida digna; e isso deve questionar-nos sobre como anda o nível de nosso profetismo.

Talvez esse aspecto deva ser visto como uma das *Encruzilhadas da vida em comunidade. Espiritualidade e comunitariedade*, das quais fala irmã Helena Teresinha Rech, sts, no terceiro artigo de nossa revista. É comum nos depararmos com comunidades de religiosas e religiosos que dizem estar empenhados no seguimento de Jesus e na fidelidade ao carisma herdado do fundador ou da fundadora, mas em nome da prudência se encasulam e, com seu silêncio, se tornam coniventes com o sistema antívida que prevalece no mundo atual.

Irmã Helena afirma que “vivemos num tempo de *encruzilhadas*, entroncamentos e cruzamentos, em todas as dimensões da vida. E toda encruzilhada exige uma decisão, uma tomada de posição e uma escolha para ser possível prosseguir no caminho, caso contrário estacionamos”. Percorrendo todo o artigo, vamos perceber que o esforço por harmonizar as várias dimensões que dão a tônica da vida em comunidade irá determinar o nível de integração das encruzilhadas que precisam ser enfrentadas por cada caminhante.

Uma das encruzilhadas mais desafiadoras do hoje na Vida Religiosa Consagrada é o *light*. Disso trata o irmão Afonso Tadeu Murad no texto *Formar para a fidelidade numa cultura light*. Mergulhados numa sociedade que prega os valores da cultura do *light*, os religiosos e as religiosas precisam estar atentos para o que é positivo e o que é negativo nessa teoria. Precisamos dedicar uma atenção especial aos “fatores que estimulam o crescimento da cultura *light* extrema na Vida Consagrada.

Neste caminho, voltamo-nos para Jesus, nosso mestre e Senhor. Em alguns momentos Jesus se mostra muito exigente com seus discípulos: “Se alguém quiser vir comigo, renuncie a si mesmo, tome sua cruz cada dia, e siga-me” (Lc 9,23). Em outros, tem a ousadia de mostrar que muitos “pesos” de seu tempo não são importantes nem necessários: “O sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado” (Mc 2,27).

A Vida Religiosa Consagrada vive, no Brasil, uma bela experiência sob o aspecto *light* da flexibilidade, para um

compromisso radical com a causa dos mais fragilizados, tão defendida por Jesus: é a Equipe Itinerante, assumida pela Conferência dos Religiosos do Brasil em parceria com institutos religiosos e leigos, com o objetivo de defender a vida e suscitar esperança em comunidades amazônicas quase que completamente esquecidas pela sociedade.

A iniciativa de um sacerdote jesuíta atraiu o interesse de outras instituições, e em pouco tempo formou-se a Equipe Itinerante. O artigo, intitulado *Interinstitucionalidade: o nosso tão importante quanto o meu. Dez anos da Equipe Itinerante: celebrar, agradecer, purificar, crescer e avançar*, escrito a várias mãos, assim como é exercida a missão da qual ele faz a memória histórica, deve ser não apenas lido atentamente por cada leitor(a) de *Convergência*, mas seriamente avaliado e, quem sabe, assumido como missão.

Eis, caros leitores e leitoras de *Convergência*, o que vos oferecemos como proposta para reflexão neste início de 2009, no intuito de contribuir para um maior envolvimento de todos e todas, na dinâmica de vivência e atuação a que a Vida Religiosa Consagrada é desafiada a assumir em nosso tempo histórico.

Que a Trindade Santa, Deus Pai-Mãe de infinita ternura, nos inunde com os mais profundos sentimentos de humanização para que, em nossa missão, possamos aproximar-nos da divindade que ela nos confere, compactuando, assim, com seu projeto de amor que deseja a felicidade para todas as pessoas.

IRMÃ MARIA JUÇARA DOS SANTOS, FDZ

Mensagem do papa Bento XVI para a celebração do Dia Mundial da Paz

1º de janeiro de 2009

Combater a pobreza, construir a paz

1. Desejo também, no início deste novo ano, fazer chegar os meus votos de paz a todos e, com esta minha mensagem, convidá-los a refletir sobre o tema: Combater a pobreza, construir a paz. Já o meu venerado antecessor, João Paulo II, na Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1993, sublinhara as repercussões negativas que a situação de pobreza em que versam populações inteiras acaba por ter sobre a paz. De fato, a pobreza encontra-se frequentemente entre os fatores que favorecem ou agravam os conflitos, mesmo os conflitos armados. Estes últimos, por sua vez, alimentam trágicas situações de pobreza.

Escrevia João Paulo II:

Vai-se afirmando [...], com uma gravidade sempre maior, outra séria ameaça à paz: muitas pessoas, mais ainda, populações inteiras vivem hoje em condições de extrema pobreza. A disparidade entre ricos e pobres tornou-se mais evidente, mesmo nas nações economicamente mais desenvolvidas. Trata-se de um problema que se impõe à consciência da humanidade, visto que as condições em que se encontra um grande número de pessoas são tais que ofendem a sua dignidade natural e, conseqüentemente, comprometem o autêntico e harmônico progresso da comunidade mundial.¹

2. Neste contexto, combater a pobreza implica *uma análise atenta do fenômeno complexo que é a globalização*. Tal análise é já importante do ponto de vista metodológico, porque convida a pôr em prática o fruto das pesquisas realizadas pelos economistas e sociólogos sobre tantos aspectos da pobreza.

1. Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1993, n. 1.

Mas a evocação da globalização deveria revestir também um significado espiritual e moral, solicitando a olhar os pobres bem cientes da perspectiva de que todos somos participantes de um único projeto divino: chamados a constituir uma única família, na qual todos — indivíduos, povos e nações — regulem o seu comportamento segundo os princípios de fraternidade e responsabilidade.

Em tal perspectiva é preciso ter uma visão ampla e articulada da pobreza. Se esta fosse apenas material, para iluminar as suas principais características seriam suficientes as ciências sociais, que nos ajudam a medir os fenômenos baseados sobretudo em dados de tipo quantitativo. Sabemos, porém, que existem pobreza imateriais, isto é, que não são consequência direta e automática de carências materiais. Por exemplo: nas sociedades ricas e avançadas existem fenômenos de *marginalização, pobreza relacional, moral e espiritual*: trata-se de pessoas desorientadas interiormente, que, apesar do bem-estar econômico, vivem diversas formas de transtorno.

Penso, por um lado, no chamado “subdesenvolvimento moral”² e, por outro, nas consequências negativas do “superdesenvolvimento”³. Não esqueço também que, muitas vezes, nas sociedades chamadas “pobres”, o crescimento econômico é entravado por *impedimentos culturais*, que não permitem uma conveniente utilização dos recursos. Seja como for, não restam dúvidas de que toda a forma de pobreza imposta tem, na sua raiz, a falta de respeito pela dignidade transcendente da pessoa humana. Quando o ser humano não é visto na integridade da sua vocação e não se respeitam as exigências de uma verdadeira “ecologia humana”,⁴ desencadeiam-se também as dinâmicas perversas da pobreza, como é evidente em alguns âmbitos, sobre os quais passo a deter brevemente a minha atenção.

2. PAULO VI.
*Populorum
progressio*, n. 19.

3. JOÃO PAULO
II. *Sollicitudo rei
socialis*, n. 28.

4. JOÃO PAULO
II. *Centesimus
annus*, n. 38.

Pobreza e implicações morais

3. A pobreza aparece muitas vezes associada, como se fosse sua causa, com o *desenvolvimento demográfico*. Em consequência disso, realizam-se campanhas de redução da natalidade, promovidas no âmbito internacional, até com métodos que

não respeitam a dignidade da mulher nem o direito dos esposos para decidir responsabilmente o número dos filhos,⁵ e que muitas vezes — fato ainda mais grave — não respeitam sequer o direito à vida. O extermínio de milhões de nascituros em nome da luta contra a pobreza constitui, na realidade, a eliminação dos mais pobres dentre os seres humanos.

Contra tal presunção fala o dado seguinte: enquanto, em 1981, cerca de 40% da população mundial vivia abaixo da linha de pobreza absoluta, hoje tal percentagem aparece substancialmente reduzida à metade, tendo saído da pobreza populações caracterizadas precisamente por um incremento demográfico notável. O dado agora assinalado põe em evidência que existiriam os recursos para resolver o problema da pobreza, mesmo no caso de um crescimento da população. E não se há de esquecer que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até hoje, a população da terra cresceu quatro bilhões, e tal fenômeno diz respeito, em larga medida, a países que surgiram recentemente na cena internacional como novas potências econômicas e conheceram um rápido desenvolvimento graças precisamente ao elevado número dos seus habitantes.

Além disso, dentre as nações que mais se desenvolveram, aquelas que detêm maiores índices de natalidade gozam de melhores potencialidades de progresso. Em outras palavras: a população se confirma como uma riqueza e não como um fator de pobreza.

4. Outro âmbito de preocupação são as *pandemias*, como, por exemplo, a malária, a tuberculose e a Aids, pois, na medida em que atingem os setores produtivos da população, influem enormemente no agravamento das condições gerais do país. As tentativas para travar as consequências dessas doenças na população nem sempre alcançam resultados significativos. Sucede, além disso, que os países afetados por algumas dessas pandemias se veem, ao querer enfrentá-las, sujeitos à chantagem por parte de quem condiciona a ajuda econômica à atuação de políticas contrárias à vida.

Sobretudo a Aids, dramática causa de pobreza, é difícil combatê-la se não se enfrentarem as problemáticas morais

5. Cf. PAULO VI. *Populorum progressio*, n. 37. JOÃO PAULO II. *Sollicitudo rei socialis*, n. 25.

associadas com a difusão do vírus. É preciso, antes de tudo, fomentar campanhas que eduquem, especialmente os jovens, para uma sexualidade plenamente respeitadora da dignidade da pessoa. Iniciativas realizadas nesta linha já deram frutos significativos, fazendo diminuir a difusão da Aids.

Depois há de também colocar à disposição das populações pobres os remédios e os tratamentos necessários, o que supõe uma decidida promoção da pesquisa médica e das inovações terapêuticas e, quando for preciso, uma aplicação flexível das regras internacionais de proteção da propriedade intelectual, de modo que a todos fiquem garantidos os necessários tratamentos sanitários de base.

5. O terceiro âmbito, que é objeto de atenção nos programas de luta contra a pobreza e que mostra a sua intrínseca dimensão moral, é a *pobreza das crianças*. Quando a pobreza atinge uma família, as crianças são as suas vítimas mais vulneráveis: atualmente, quase metade dos que vivem em pobreza absoluta é constituída por crianças. O fato de olhar a pobreza colocando-se da parte das crianças induz a reter como prioritários os objetivos que mais diretamente lhes dizem respeito, como, por exemplo, os cuidados maternos, o serviço educativo, o acesso às vacinas, aos cuidados médicos e à água potável, a defesa do ambiente, sobretudo o empenho na defesa da família e da estabilidade das relações no seio da mesma. Quando a família se debilita, os danos recaem inevitavelmente sobre as crianças. Onde a dignidade da mulher e da mãe não é tutelada, ressentem-se do fato, de novo, principalmente os filhos.

6. O quarto âmbito, que, do ponto de vista moral, merece particular atenção, é a *relação existente entre desarmamento e progresso*. Gera preocupação o atual nível global de despesa militar. É que, como já tive ocasião de sublinhar,

os ingentes recursos materiais e humanos empregados para as despesas militares e para os armamentos, na realidade, são desviados dos projetos de desenvolvimento dos povos, especialmente dos mais pobres e necessitados de ajuda. Isso está contra o estipulado na própria *Carta das Nações Unidas*, que empenha a

comunidade internacional, e cada um dos Estados em particular, a “promover o estabelecimento e a manutenção da paz e da segurança internacional com o mínimo dispêndio dos recursos humanos e econômicos mundiais para os armamentos” (art. 26).⁶

Uma tal conjuntura, longe de facilitar, obstaculiza seriamente a consecução dos grandes objetivos de desenvolvimento da comunidade internacional. Além disso, um excessivo aumento da despesa militar corre o risco de acelerar uma corrida aos armamentos, o que provoca faixas de subdesenvolvimento e desespero, transformando-se assim, paradoxalmente, em fator de instabilidade, tensão e conflito. Como sensatamente afirmou o meu venerado antecessor Paulo VI, “o desenvolvimento é o novo nome da paz”.⁷

Por isso os Estados são chamados a fazer uma séria reflexão sobre as razões mais profundas dos conflitos, frequentemente atiçados pela injustiça, e a tomar providências com uma corajosa autocrítica. Se se chegar a uma melhoria das relações, isso deverá consentir uma redução das despesas para armamentos. Os recursos poupados poderão ser destinados para projetos de desenvolvimento das pessoas e dos povos mais pobres e necessitados: o esforço despendido em tal direção é um serviço à paz no seio da família humana.

7. O quinto âmbito na referida luta contra a pobreza material diz respeito à *crise alimentar atual*, que põe em perigo a satisfação das necessidades de base. Tal crise é caracterizada não tanto pela insuficiência de alimento como, sobretudo, pela dificuldade de acesso ao mesmo e por fenômenos especulativos e, conseqüentemente, pela falta de um reajustamento de instituições políticas e econômicas que seja capaz de fazer frente às necessidades e às emergências.

A má nutrição pode também provocar graves danos psicofísicos nas populações, privando muitas pessoas das energias de que necessitam para sair, sem especiais ajudas, da sua situação de pobreza. Isso contribui para alargar a distância angular das desigualdades, provocando reações que correm o risco de tornar-se violentas. Todos os dados sobre o andamento da pobreza relativa nos últimos decênios indicam um aumento do fosso entre ricos e pobres.

6. BENTO XVI. Carta ao cardeal Renato Rafael Martino por ocasião do seminário internacional organizado pelo Conselho Pontifício “Justiça e Paz” sobre o tema *Desarmamento, desenvolvimento e paz. Perspectivas para um desarmamento integral*, 10 de abril de 2008: *L'Osservatore Romano*, 13 abr. 2008, p. 8.

7. *Populorum progressio*, n. 87.

Causas principais de tal fenômeno são, sem dúvida, por um lado, a evolução tecnológica, cujos benefícios se concentram na faixa superior da distribuição do rendimento, e, por outro, a dinâmica dos preços dos produtos industriais, que crescem muito mais rapidamente do que os preços dos produtos agrícolas e das matérias-primas na posse dos países mais pobres. Isso faz com que a maior parte da população dos países mais pobres sofra uma dupla marginalização, ou seja, em termos de rendimentos mais baixos e de preços mais altos.

Luta contra a pobreza e solidariedade global

8. Uma das estradas mestras para construir a paz é uma globalização que tenha em vista os interesses da grande família humana.⁸ Mas para guiar a globalização é preciso uma forte *solidariedade global*⁹ entre países ricos e países pobres, como também no âmbito interno de cada uma das nações, incluindo as ricas. É necessário um “código ético comum”,¹⁰ cujas normas não tenham apenas caráter convencional mas estejam radicadas na lei natural inscrita pelo Criador na consciência de todo ser humano (cf. Rm 2,14-15). Porventura não sente cada um de nós, no íntimo da consciência, o apelo a dar a própria contribuição para o bem comum e a paz social?

A globalização elimina determinadas barreiras, mas isso não significa que não possa construir outras novas. Aproxima os povos, mas a proximidade geográfica e temporal não cria, de per si, as condições para uma verdadeira comunhão e uma paz autêntica. A marginalização dos pobres da terra só pode encontrar válidos instrumentos de resgate na globalização se cada ser humano sentir-se pessoalmente atingido pelas injustiças existentes no mundo e pelas violações dos direitos humanos ligadas com elas. A Igreja, que é “sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano”,¹¹ continuará a dar a sua contribuição para que sejam superadas as injustiças e incompreensões e se chegue a construir um mundo mais pacífico e solidário.

8. Cf. JOÃO PAULO II. *Centesimus annus*, n. 58.

9. Cf. JOÃO PAULO II. Discurso na Audiência às Associações Cristãs de Trabalhadores Italianos [ACLI] (27 de abril de 2002), n. 4: *Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, XXV/1 (2002) 637.

10. JOÃO PAULO II. Discurso à Assembleia Plenária da Academia Pontifícia das Ciências Sociais (27 de abril de 2001), n. 4: *Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, XXIV/1 (2001) 802.

11. *Lumen gentium*, n. 1.

9. No campo do *comércio internacional* e das *transações financeiras* temos hoje em ação processos que permitem integrar positivamente as economias, contribuindo para o melhoramento das condições gerais. Mas há também processos de sentido oposto, que dividem e marginalizam os povos, criando perigosas premissas para guerras e conflitos. Nos decênios posteriores à Segunda Guerra Mundial, o comércio internacional de bens e serviços cresceu de forma extraordinariamente rápida, com um dinamismo sem precedentes na história.

Grande parte do comércio mundial interessou os países de antiga industrialização, vindo a juntar-se-lhes significativamente muitos países que sobressaíram tornando-se relevantes. Mas há outros países de rendimento baixo que ainda estão gravemente marginalizados dos fluxos comerciais. O seu crescimento se ressentiu negativamente com a rápida descida verificada, nos últimos decênios, nos preços dos produtos primários, que constituem a quase totalidade das suas exportações. Nesses países, em grande parte africanos, a dependência das exportações de produtos primários continua a constituir um poderoso fator de risco. Quero reiterar aqui um apelo para que todos os países tenham as mesmas possibilidades de acesso ao mercado mundial, evitando exclusões e marginalizações.

10. Idêntica reflexão pode ser feita a propósito do mercado financeiro, que toca um dos aspectos primários do fenômeno da globalização, por causa do progresso da eletrônica e das políticas de liberalização dos fluxos de dinheiro entre os diversos países. A função objetivamente mais importante do mercado financeiro, que é a de sustentar a longo prazo a possibilidade de investimentos e, conseqüentemente, de desenvolvimento, aparece hoje muito frágil: sofre as conseqüências negativas de um sistema de transações financeiras — no âmbito nacional e no âmbito global — baseadas em uma lógica de brevíssimo prazo, que busca o incremento do valor das atividades financeiras e se concentra na gestão técnica das diversas formas de risco.

A própria crise recente demonstra como a atividade financeira é às vezes guiada por lógicas puramente autorre-

ferenciais e desprovidas de consideração pelo bem comum a longo prazo. O nivelamento dos objetivos dos operadores financeiros globais para o brevíssimo prazo reduz a capacidade de o mercado financeiro realizar a sua função de ponte entre o presente e o futuro: apoio à criação de novas oportunidades de produção e de trabalho a longo prazo. Uma atividade financeira confinada no breve e no brevíssimo prazo torna-se perigosa para todos, inclusivamente para quem consegue beneficiar-se significativamente dela durante as fases de euforia financeira.¹²

11. Segue-se de tudo isso que a luta contra a pobreza requer uma cooperação nos planos econômico e jurídico que permita à comunidade internacional e especialmente aos países pobres individualmente e atuarem soluções coordenadas para enfrentar os referidos problemas através da realização de um quadro jurídico eficaz para a economia. Além disso, requer estímulos para que se criem instituições eficientes e participativas, bem como apoios para lutar contra a criminalidade e promover uma cultura da legalidade. Por outro lado, não se pode negar que, na origem de muitos falimentos na ajuda aos países pobres, estão as políticas vincadamente assistencialistas.

Investir na formação das pessoas e desenvolver de forma integrada uma cultura específica da iniciativa parece ser, atualmente, o verdadeiro projeto a médio e longo prazo. Se as atividades econômicas precisam de um contexto favorável para desenvolver-se, isto não significa que a atenção se deva desinteressar dos problemas do rendimento. Embora se tenha oportunamente sublinhado que o aumento do rendimento *pro capite* não pode de forma alguma constituir o fim da ação político-econômica, não se deve esquecer que o mesmo representa um instrumento importante para alcançar o objetivo da luta contra a fome e contra a pobreza absoluta.

Desse ponto de vista, seja banida a ilusão de que uma política de pura redistribuição da riqueza existente possa resolver o problema de maneira definitiva. De fato, numa economia moderna, o valor da riqueza depende em medida

12. Cf. CONSELHO Pontifício "Justiça e Paz". *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, n. 368.

determinante da capacidade de criar rendimento presente e futuro. Por isso a criação de valor surge como um elo imprescindível, que se há de ter em conta se se quer lutar contra a pobreza material de modo eficaz e duradouro.

12. Colocar os pobres em primeiro lugar implica, finalmente, que se reserve espaço adequado para uma *correta lógica econômica* por parte dos agentes do mercado internacional, uma *correta lógica política* por parte dos agentes institucionais e uma *correta lógica participativa* capaz de valorizar a sociedade civil local e internacional. Hoje os próprios organismos internacionais reconhecem o valor e a vantagem das iniciativas econômicas da sociedade civil ou das administrações locais para favorecer o resgate e a integração na sociedade daquelas faixas da população que muitas vezes estão abaixo do limiar de pobreza extrema, mas, ao mesmo tempo, dificilmente se consegue fazer-lhes chegar as ajudas oficiais.

A história do progresso econômico do século XX ensina que boas políticas de desenvolvimento são confiadas à responsabilidade dos seres humanos e à criação de positivas sinergias entre mercados, sociedade civil e Estados. A sociedade civil, particularmente, assume um papel crucial em todo o processo de desenvolvimento, já que este é essencialmente um fenômeno cultural e a cultura nasce e se desenvolve nos diversos âmbitos da vida civil.¹³

13. Como observava o meu venerado antecessor, João Paulo II, a globalização “apresenta-se com uma acentuada característica de ambivalência”,¹⁴ pelo que há de ser dirigida com clarividente sabedoria. Faz parte de tal sabedoria ter em conta primariamente as exigências dos pobres da terra, superando o escândalo da desproporção que se verifica entre os problemas da pobreza e as medidas predispostas pelos seres humanos para os enfrentar. A desproporção é de ordem tanto cultural e política como espiritual e moral. De fato, tais medidas detêm-se frequentemente nas causas superficiais e instrumentais da pobreza, sem chegar às que se abrigam no coração humano, como a avidez e a estreiteza de horizontes.

13. Cf. *ibid.* n. 356.

14. Discurso na Audiência a Dirigentes de Sindicatos de Trabalhadores e de Grandes Empresas (2 de maio de 2000), n. 3: *Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, XXIII/1 (2000) 726.

Os problemas do desenvolvimento, das ajudas e da cooperação internacional às vezes são enfrentados sem um verdadeiro envolvimento das pessoas, mas apenas como questões técnicas que se reduzem à preparação de estruturas, elaboração de acordos tarifários, atribuição de financiamentos anônimos. Inversamente, a luta contra a pobreza precisa de homens e mulheres que vivam profundamente a fraternidade e sejam capazes de acompanhar pessoas, famílias e comunidades por percursos de autêntico progresso humano.

Conclusão

14. Na encíclica *Centesimus annus* João Paulo II advertia para a necessidade de “abandonar a mentalidade que considera os pobres — pessoas e povos — como um fardo e como importunos maçadores, que pretendem consumir tudo o que os outros produziram”. Escrevia ele: “Os pobres pedem o direito de participar no usufruto dos bens materiais e de fazer render a sua capacidade de trabalho, criando assim um mundo mais justo e mais próspero para todos”.¹⁵ No mundo global de hoje resulta de forma cada vez mais evidente que só é possível construir a paz se se assegurar a todos a possibilidade de um razoável crescimento: de fato, as consequências das distorções de sistemas injustos, mais cedo ou mais tarde, fazem-se sentir sobre todos.

Desse modo, só a insensatez pode induzir a construir um palácio dourado, tendo, porém, ao seu redor o deserto e o degrado. Por si só a globalização não consegue construir a paz; antes, em muitos casos cria divisões e conflitos. A mesma põe a descoberto sobretudo uma urgência: a de ser orientada para um objetivo de profunda solidariedade que aponte para o bem de cada um e de todos. Nesse sentido, a globalização há de ser vista como uma ocasião propícia para realizar algo de importante na luta contra a pobreza e colocar à disposição da justiça e da paz recursos até agora impensáveis.

15. Desde sempre a doutrina social da Igreja se interessou pelos pobres. Nos tempos da encíclica *Rerum novarum* pobres eram sobretudo os operários da nova sociedade indus-

trial; no magistério social de Pio XI, Pio XII, João XXIII, Paulo VI e João Paulo II, novas pobreza foram vindo à luz à medida que o horizonte da questão social se alargava até assumir dimensões mundiais.¹⁶ Este alargamento da questão social à globalidade não deve ser considerado apenas no sentido de uma extensão quantitativa, mas também de um aprofundamento qualitativo sobre o ser humano e as necessidades da família humana.

Por isso a Igreja, ao mesmo tempo que segue com atenção os fenômenos atuais da globalização e a sua incidência sobre as pobreza humanas, aponta os novos aspectos da questão social, não só em extensão, mas também em profundidade, no que se refere à identidade do ser humano e à sua relação com Deus.

São princípios de doutrina social que tendem a esclarecer os vínculos entre pobreza e globalização e a orientar a ação para a construção da paz. Dentre tais princípios vale a pena recordar aqui, de modo particular, o “amor preferencial pelos pobres”,¹⁷ à luz do primado da caridade testemunhado por toda a tradição cristã a partir dos primórdios da Igreja (cf. At 4,32-37; 1Cor 16,1; 2Cor 8-9; Gl 2,10).

“Cada um se entregue à tarefa que lhe incumbe com a maior diligência possível”, escrevia em 1891 Leão XIII, acrescentando: “Quanto à Igreja, a sua ação não faltará em nenhum momento”.¹⁸ Essa consciência acompanha hoje também a ação da Igreja em favor dos pobres, nos quais vê Cristo,¹⁹ sentindo ressoar constantemente em seu coração o mandato do Príncipe da paz aos apóstolos: “*Vos date illis manducare* – Dai-lhes vós mesmos de comer” (Lc 9,13).

Fiel a esse convite do seu Senhor, a comunidade cristã não deixará, pois, de assegurar o seu apoio à família humana inteira nos seus impulsos de solidariedade criativa, tendentes não só a partilhar o supérfluo, mas, sobretudo, a alterar “os estilos de vida, os modelos de produção e de consumo, as estruturas consolidadas de poder que hoje regem as sociedades”.²⁰ Assim, a cada discípulo de Cristo, bem como a toda pessoa de boa vontade, dirijo, no início de um novo ano, um caloroso convite para alargar o coração às necessidades

16. Cf. PAULO VI. *Populorum progressio*, n. 3.

17. JOÃO PAULO II. *Sollicitudo rei socialis*, n. 42. Id. *Centesimus annus*, n. 57.

18. LEÃO XIII. *Rerum novarum*, n. 45.

19. Cf. JOÃO PAULO II. *Centesimus annus*, n. 58.

20. Id., *ibid.* n. 58.

dos pobres e para fazer tudo o que lhe for concretamente possível para ir em seu socorro. De fato, aparece como indiscutivelmente verdadeiro o axioma “combater a pobreza é construir a paz”.

Vaticano, 8 de dezembro de 2008.

BENTO XVI

JOHAN KONINGS, SJ*

De 5 a 26 de outubro de 2008 transcorreu em Roma a XII Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos, tendo como tema “A Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja”. De início seja dito que por “Palavra de Deus” não se entende a Bíblia como tal, mas o evento do diálogo divino-humano, do qual Jesus de Nazaré é o ponto culminante e a Bíblia, do Antigo e do Novo Testamento — em modos diversos —, a referência escrita. A Palavra de Deus é maior que a Bíblia.

A. A discussão

O Sínodo foi preparado nas igrejas particulares/conferências episcopais mediante o *Instrumentum laboris*, que por sua vez deu origem à exposição introdutória pelo relator-geral, cardeal Oellet de Quebec (Canadá), a *Relatio ante disceptationem*. A *disceptatio* ou discussão consistiu nas intervenções dos 253 padres sinodais, bispos do mundo inteiro, eleitos por seus irmãos das diversas conferências episcopais ou escolhidos pelo Sumo Pontífice, o papa Bento XVI. As intervenções, ora programadas, ora espontâneas, constituem o *horizonte de atualidade* sobre o qual se desenha aquilo que o Sínodo propõe e as mensagens que ele deixa. Os padres expuseram as experiências e testemunhos de suas igrejas locais, seus anseios e preocupações, sua compreensão daquilo que é a Palavra de Deus, seu projeto missionário para que ela atinja os fiéis e o mundo.

* **Johan Konings** é padre, teólogo, bibliista e professor da Faculdade Jesuíta de Belo Horizonte. **Endereço do autor:** Av. Dom Cristiano Guimarães, 2127, Planalto, CEP 31720-300, Belo Horizonte-MG. E-mail: konings@faculdadejesuita.edu.br.

Primeiras impressões

A primeira impressão da Assembleia, que se reuniu num espírito muito fraterno e descontraído, é de que a Igreja do “Terceiro Mundo” teve uma participação marcante, enquanto a Europa Ocidental e a América do Norte pareciam mais apagadas. Já a Igreja da Europa Oriental, durante muito tempo amordaçada pelo comunismo, mostrou seu afã de reconstruir a comunidade dos fiéis com amplo recurso à Palavra bíblica de Deus. O Oriente Próximo, e o Médio, berço do primeiro cristianismo (a Terra Santa, a Síria, o Líbano, a Turquia, o Iraque...), mostrou a necessidade do diálogo com o judaísmo e o islã.

Mas foram sobretudo as igrejas da África, da América Latina, do Caribe e do Extremo Oriente que deram testemunho do nascimento de uma Igreja jovem em torno da Palavra de Deus. Pode-se dizer que houve unanimidade quanto ao papel da Bíblia na vida da Igreja, mas a interpretação desse papel se dá de muitas maneiras e modos.

Apesar de ter-se falado muito sobre a difusão da Bíblia (para cada família, cada pessoa), sobre a pastoral bíblica, sobre a tradução e até, com razão, sobre o financiamento de bíblias populares, o centro da atenção tem sido, como devia ser, Jesus de Nazaré, no qual se manifesta Deus, que entra em diálogo conosco. Isso é o específico cristão. João o diz no último versículo do Prólogo: “A Deus ninguém jamais viu. O Unigênito Deus, que está junto ao seio do Pai, ele no-lo deu a conhecer” (Jo 1,18). Para o cristão, o diálogo com Deus se dá primordialmente em Jesus de Nazaré, que, por isso, é identificado como a Palavra de Deus que estava com Deus desde o princípio e com ele presidiu à criação do mundo (Jo 1,1-4).

A Bíblia nos permite falar com Deus sobre a vida. Por isso ela é livro da vida. Livro que tem palavras de vida eterna, decerto, mas também livro que fala da minha vida e da vida que Deus viveu na existência humana de Jesus, Palavra de Deus, “rosto humano de Deus e rosto divino do homem”.

A divulgação e catequese bíblicas são os meios da evangelização, mas o fim é a continuação da missão do Verbo. A

Bíblia é a testemunha privilegiada da aproximação de Deus no seu diálogo conosco. Sem esta testemunha, a teologia e a catequese carecem de chão firme. É neste sentido que o Sínodo repete a palavra de São Jerônimo, dizendo que “desconhecer as Escrituras é desconhecer a Cristo”. Por isso é preciso não apenas uma Pastoral Bíblica ao lado das outras pastorais, mas uma presença e animação bíblica *em toda a Pastoral*. A impressionante unanimidade confirmou que é assim que sente a Igreja. A questão é saber se também vai agir assim.

Apareceu certa desconfiança em relação aos métodos histórico-críticos do estudo bíblico, e não quem se queixasse de que, no seu tempo de seminário, só aprendeu coisas inúteis nas aulas de exegese. Mas o arcebispo de Albi, o exegeta P.-M. Carré, o primeiro orador a ganhar aplausos da Assembleia, defendeu de modo conciso, porém acertado, os métodos críticos, que valem para todo tipo de literatura e que abrem o sentido primeiro e fundador do texto. Para escutar bem a voz de Deus na Bíblia é preciso ler o texto (também) cientificamente, como se exige para qualquer texto antigo e estranho ao nosso mundo de hoje. E ainda que esse dom não seja outorgado a todos, é necessário que na Igreja alguns prestem esse serviço e compartilhem seus resultados com os demais.

Por outro lado, percebeu-se que o atual papa quer fomentar uma leitura que vai além das questões históricas, além do trabalho histórico e filológico, além da abordagem histórico-sócio-cultural que possibilita a fusão com o horizonte existencial ou social de hoje, além da análise linguística que explora a estrutura sintática e a potencialidade semântica do texto. É preciso um momento em que o leitor encontre no texto e assuma para si um sentido atual e pleno, desdobrado no hoje. Só então é que “acontece sentido” e verdadeira leitura, ou seja: *lectio*, colheita, *lectio divina*.

O termo foi muitíssimo citado, o sentido, porém, não ficou muito definido, e isso foi bom, para que não se aprisione a Palavra na camisa-de-força de tal ou tal método. O Espírito sopra onde quer. No meu entender, *lectio divi-*

na acontece (também) em nossas comunidades, quando o povo dos pobres de Deus se põe à escuta da Palavra para ser, criativamente, sujeito de sua história, para amar e servir na justiça e enfrentar a injustiça que grassa em redor. Isso é tanto *lectio divina* quanto a do monge no silêncio de sua cela ou a dos jovens pós-modernos que emolduram a escuta da Palavra com música *rock*.

O sentido não se fixa no processo que está atrás do texto, no momento da redação baseada em tradições e documentos anteriores; nem mesmo dentro do texto, na inesgotável potencialidade da estrutura linguística, mas estende-se à frente do texto, como a planície que se abre a Jesus descendo do monte da proclamação. Na história à nossa frente, o mesmo Deus que fez surgir o texto e o recapitulou em sua Palavra viva, Jesus de Nazaré, chama-nos a ser hoje o que Jesus é sempre. Então é que o texto da Bíblia se torna referência permanente, o retrovisor pelo qual verificamos se avançamos no caminho certo, colocando nossa vida na perspectiva do que foi a vida de Deus no meio de nós.

O tipo de leitura que se deseja, não só em momentos de *lectio divina*, mas também nas homilias e em outros momentos de contato com a palavra bíblica, não prescinde das conquistas do estudo crítico da Bíblia. Quanto ao estudo científico ("crítico" no sentido alemão), basta observar que setenta participantes eram ex-alunos do Pontifício Instituto Bíblico de Roma, além de muitos outros que adquiriram sólidos conhecimentos bíblicos em outros institutos e faculdades. Nem o Sínodo nem o papa põem em perigo o estudo científico, antes desejam reforçá-lo, mas como embasamento para um encontro rico e fecundo da Palavra de Deus na Bíblia mediante uma abertura de sentido para a vida da fé no momento presente, assim como aconteceu em todos os tempos da Tradição eclesial, nos Santos Padres e nos mestres espirituais.

Tal visão da leitura bíblica se afasta do fundamentalismo, por um lado, e da mistificação pós-moderna, por outro. O fundamentalismo exhibe-se sobretudo nas seitas ou grupos religiosos que recorrem à Bíblia (geralmente do Antigo Testamento) para, sem dó, cobrar dízimos dos mais pobres ou

apregoar uma teologia da prosperidade em troca de vultosas apostas depositadas nas mãos dos assim chamados pastores e bispos. Infelizmente, o fundamentalismo grassa também nas igrejas históricas, chegando a dividi-las internamente, como constatamos em nosso próprio país.

O fundamentalismo é a recusa de qualquer interpretação — o que não deixa de ser uma interpretação e abre o caminho à manipulação, exatamente porque se exclui a crítica à interpretação imposta. Outro perigo é a mistificação pós-moderna, eivada de subjetivismo, que insere a Bíblia num conjunto de símbolos ou experiências “religiosas” de todo tipo, mas desconhece o específico da Palavra de Deus na Bíblia segundo a tradição cristã.

O testemunho mais pungente, porém, foi o da Igreja dos pobres, dos marginalizados, dos perseguidos, na África, no Oriente, em partes da América Latina; das pequenas comunidades, animadas pela Palavra de Deus e pelos agentes que com muito sacrifício — até da própria vida — se dedicaram à sua divulgação e interpretação real na prática da vida...

A síntese do relator-geral

O cardeal Oellet, relator-geral, captou de modo inteligente esse horizonte na sua *Relatio post disceptationem*, dividida em três partes:

Deus fala e escuta

O Sínodo tematiza fundamentalmente o diálogo de Deus com toda a humanidade em Jesus Cristo, que é sua Palavra gerada pelo Espírito no meio de nós. Deus-Trindade se torna um “Tu” para o ser humano. Mas essa Palavra é performativa, por isso o diálogo é um diálogo de salvação. Cristo é a plenitude e o cumprimento da revelação de Deus-Trindade, único mediador desta “economia”. A Igreja guarda e transmite essa mediação, recebendo do mesmo Espírito o dom das Escrituras, que não se pode ignorar sem ignorar Cristo. Na Igreja, o ser humano é chamado à escuta de Deus, que o escuta. Isso contém uma dimensão sacramental: na Igreja se

escutam as Escrituras como o que elas são na realidade: Palavra de Deus. Assim, o ser humano se torna um ouvinte da Palavra e Deus, um ouvinte do ser humano que o invoca.

A Palavra de Deus, a Sagrada Escritura e a Tradição

O evento da Palavra é um *evento* de salvação. A Sagrada Escritura testemunha um engajamento mútuo de Deus e ser humano. A interpretação da Escritura segundo o que ela na realidade é, Palavra de Deus, só é acessível a quem vive essa afinidade. Esse ambiente se encontra na Igreja, convocada pela Palavra de Deus, sendo anterior à referência escrita que ela recebe e conserva como Sagrada Escritura canônica e regra de fé. (Só pelo clausuramento nos escritos dos apóstolos e a recepção como regra de fé os escritos bíblicos se tornam “a Sagrada Escritura” cristã. O que não exclui que possam ser desfrutados fora desse âmbito, por exemplo, como foi observado, na leitura judaica, que tem muito a nos ensinar.) Assim, a Sagrada Escritura está embutida na grande transmissão ou “Tradição”, da qual ela é também o ponto de referência e aferição.

O Magistério eclesial, com a luz do Espírito Santo, garante a compreensão de sua verdade, que como “verdade para nossa salvação” possui na Escritura a garantia da inerrância.¹ A vida espiritual e comunitária da Igreja fomenta essa transmissão e comunicação viva, na liturgia e nos sacramentos, especialmente na Eucaristia, que une a Palavra ao gesto do dom da vida. Por isso o papel exímio da homilia, que, infelizmente, não se verifica na prática. A Palavra tem até dimensão sacramental: como as espécies eucarísticas comunicam o mistério sob o véu do signo, assim também a Palavra eterna de Deus se comunica nos limites de uma palavra humana. Partindo da frase da *Dei Verbum*: “O estudo das Sagradas Escrituras deve ser como que a alma da sagrada teologia” (n. 24), observa-se que a teologia em geral não acompanhou o avanço dos estudos bíblicos. Corre-se o risco de uma exegese sem teologia e de uma teologia sem exegese em nível científico.

Está na hora de preencher esse hiato, sem recuar no estudo científico, respaldado pelos escritos do papa Pio XII, pelo Concílio Vaticano II e pela Declaração da Pontifícia

1. A inerrância está diretamente relacionada à inspiração para ensinar a “verdade salutar”, o caminho da salvação, não aos aspectos de ciência profana que fazem parte da expressão humana.

Comissão Bíblica de 1993. Mas a leitura bíblica deve chegar a um nível verdadeiramente teológico e espiritual, abrindo o sentido literal para frente, para a vivência atual da fé no meio do mundo. É o que desde os albores do cristianismo acontece na *lectio divina*, que espera por novas formas adaptadas à nossa atualidade.

Palavra de Deus, missão, diálogo

O testemunho que devemos dar de nossa fé exige uma *volta ao querigma* como ponto de partida da catequese, evitando o moralismo, o misticismo (revelações privadas!) e o hermetismo (abordagens bíblicas sofisticadas). A chave da catequese é uma hermenêutica bíblica verdadeiramente cristã, uma auscultação da Palavra que produza seus frutos na prática fraterna.² E aí se desdobra o panorama das comunidades pobres, muitas vezes bem novas (na África!), nas quais os catequistas ou os agentes/ministros extraordinários da Palavra são verdadeiros promotores de eclesilogênese. Desdobra-se o panorama de uma cultura pós-moderna à espera de uma palavra de sentido e de responsabilidade. Um panorama de diversidade religiosa, à espera de diálogo em vez de divisão e fundamentalismo ameaçador da paz.

B. As proposições

O segundo momento do Sínodo consiste nas proposições, que, a partir dos passos anteriores, os bispos, nos “círculos menores” e com a ajuda dos peritos, elaboraram para ser apresentadas ao papa, em vista da exortação apostólica pós-sinodal.

Depois da introdução (proposições 1-2), as demais proposições são organizadas em torno de três temas.

A Palavra de Deus na fé da Igreja (proposições 3-13)

O assunto do Sínodo não era, propriamente, a Bíblia, mas a Palavra de Deus. Assim diz a Prop. 3:

2. É praticamente o que entre nós chamamos de “catequese narrativa”.

A expressão Palavra de Deus é analógica. Refere-se em primeiro lugar à Palavra de Deus em pessoa, que é o Filho Unigênito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos, o Verbo do Pai feito carne (Jo 1,14). A Palavra de Deus, já presente na criação do universo e de modo particular no ser humano, revelou-se ao longo da história da salvação e se encontra atestada por escrito no Antigo e no Novo Testamento. Esta Palavra de Deus transcende a Escritura, a qual, todavia, a contém de modo totalmente singular. Sob a guia do Espírito (cf. Jo 14,26; 16,12-15), a Igreja a guarda e conserva na sua Tradição viva (DV, n. 10) e a oferece à humanidade mediante a pregação, os sacramentos e o testemunho da vida. Os pastores educam, portanto, o Povo de Deus para que perceba os diversos sentidos do termo Palavra de Deus.³

A esse sentido analógico junta-se o sentido dialógico da expressão Palavra de Deus. Pois, se é palavra, é linguagem, e linguagem só tem sentido se é dialógica: se institui um diálogo em que ambos falam e escutam. Diz a Prop. 4:

O diálogo que se refere à Revelação implica o primado da Palavra de Deus que se dirige ao ser humano. No seu grande amor, Deus quis ir ao encontro da humanidade e tomou a iniciativa de falar aos seres humanos, chamando-os a participar de sua própria vida. O específico do cristianismo se manifesta no evento Jesus Cristo, cume da revelação, cumprimento das promessas de Deus e mediador do encontro entre Deus e o ser humano. Ele, que “nos manifestou Deus” (Jo 1,18), é a palavra única e definitiva dada à humanidade.

A experiência cristã é a de um diálogo com Deus, que se dá essencial e decisivamente em Jesus de Nazaré. A proposição termina assim: “Para acolher a Revelação, o ser humano deve abrir a mente e o coração à ação do Espírito Santo, que o faz entender a Palavra de Deus presente nas Sagradas Escrituras. O ser humano responde a Deus em plena liberdade, com a obediência da fé (cf. Rm 1,5; 2Cor 10,5-6; DV, n. 5)”. Observemos que “obediência da fé”, em português, não traduz a riqueza do latim *oboedientia fidei*, que significa o prestar ouvido (*ob-audire*), a atenção ativa ao falar de Deus.

3. Traduzimos as proposições a partir do texto provisório aprovado na sessão final e confiado, em italiano e de modo oficioso, ao serviço de imprensa.

Não apareceu, infelizmente, nas proposições um aspecto que foi sublinhado nos textos preparatórios e espero seja repescado na exortação apostólica: a escuta da parte de Deus, sem a qual não se pode falar em verdadeiro diálogo. Não faltam textos bíblicos para lembrar a escuta de Deus: ele escuta a voz do sangue inocente de Abel, a voz de seu povo oprimido, a voz da mulher humilhada porque estéril, a voz de Davi arrependido, a voz de seu Filho querido, não para o livrar da cruz, mas para que, tendo “aprendido o que significa obedecer”, fosse levado à consumação, tornando-se o salvador de todos os que obedecem a Deus (cf. Hb 5,7-9).

Não nos basta apenas ouvir a voz de Deus, precisamos também da certeza de que Deus nos escuta. A Palavra de Deus só é palavra da vida se é um verdadeiro diálogo, dois falando e dois escutando. E o assunto do diálogo é a vida, a vida do ser humano, que, segundo Irineu, é a glória de Deus. A procura da Palavra de Deus na Bíblia não deve terminar na letra da Bíblia, mas tem por objeto a vida que Deus nos deu. Na Bíblia falamos com Deus sobre a vida. E ele responde pelo fenômeno da linguagem escrita (entre outros). No silêncio dos sinais escritos, a Bíblia é a resposta de Deus que escuta quem se abre à sua Palavra.

A Prop. 7 fala da unidade entre a Palavra de Deus e a Eucaristia — ideia recorrente, e que une o recente Sínodo sobre a Palavra de Deus ao anterior, sobre a Eucaristia. A palavra bíblica proclamada está unida ao memorial do gesto de amor até o fim, que é sua melhor e mais autêntica exegese. “A Palavra de Deus se faz carne sacramental no evento eucarístico e leva a Sagrada Escritura a seu pleno cumprimento. A Eucaristia é um princípio hermenêutico da Sagrada Escritura [...]” A partir daí é sugerido um aprofundamento do tema da sacramentalidade da Sagrada Escritura.

A Prop. 10 lembra a valorização do Antigo Testamento, no sentido de ele ter emprestado ao Novo as suas palavras e neste ter encontrado seu sentido pleno.⁴

A Prop. 11 retoma, a respeito da Sagrada Escritura, a opção preferencial pelos pobres:

4. Cf. PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. *A interpretação da Bíblia na Igreja*. 1993. III A 2.

Como ensina a encíclica *Deus caritas est*, o primeiros a ter direito ao anúncio do Evangelho são os pobres, necessitados não só de pão mas também de palavras de vida. Mas os pobres não são apenas destinatários da caridade, são também agentes de evangelização, enquanto abertos a Deus e generosos no partilhar com os outros. Os pastores são chamados a escutá-los, a aprender deles, a guiá-los em sua fé e a motivá-los a ser artífices da própria história.

Outras proposições ainda acentuam o papel do Espírito Santo, a inspiração bíblica, a leitura patrística da Escritura, a leitura pessoal unida à oração, a questão da Bíblia e da lei (moral) natural.

A Palavra de Deus na vida da Igreja (proposições 14-37)

A Sagrada Escritura está intimamente relacionada à liturgia, que não é apenas uma aplicação da Bíblia, mas, antes, o lugar onde ela mora. Desde suas origens, no amanhã do exílio babilônico, a Bíblia é livro da assembleia litúrgica, a voz pela qual a “assembleia de Deus” se sabe convocada. Na assembleia reina o espírito que é o horizonte no qual a palavra bíblica é reconhecida como expressão da experiência fundadora da Tradição do povo. Isso vale ainda hoje. Se se diz que as Escrituras devem ser lidas no espírito em que foram escritas (*DV*, n. 12), isso se aplica em primeiro lugar à liturgia.

A partir da presença do Espírito do Senhor na liturgia, a Prop. 14 indica algumas pistas práticas, insistindo, entre outras coisas, no Ano litúrgico, a proclamação digna, o canto etc. A Prop. 15 salienta a homilia, que nunca deveria faltar e precisa ser bem preparada no interior do coração. A Prop. 16 sugere uma revisão da escolha e delimitação das perícopes do *Lecionário*, no sentido de um aproveitamento do Antigo Testamento mais completo e não só como “ilustração” da perícopa evangélica.

Para nós na América Latina são particularmente importantes as proposições 17 e 18. Reconhece-se o papel funda-

mental das mulheres no serviço da Palavra e pleiteia-se que o *ministério* do leitorado seja aberto a elas como aos demais agentes leigos. E apóia-se a prática da celebração da Palavra como alimento para as comunidades que não podem ter a celebração eucarística dominical. A experiência das numerosas comunidades que já praticam essa forma de celebração poderá dar origem a um diretório para facilitar sua organização.⁵

As proposições 22-24 retomam os temas da *leitura orante* — que deveria tornar-se prática cotidiana dos fiéis —, da catequese, da leitura e oração bíblica na Vida Religiosa.

A Prop. 25 reflete a questão dos dois níveis do estudo escriturístico. A hermenêutica bíblica não se realiza se, juntamente com o estudo histórico dos textos, não procura também sua dimensão teológica. Nesse sentido, a Prop. 26 propõe uma ampliação do estudo exegético nos centros de formação. Se se deve louvar a qualidade do estudo histórico-literário em nossos institutos e faculdades, “não se pode dizer a mesma coisa quanto à dimensão teológica dos textos bíblicos” (reflexo de uma expressão: o próprio papa).

Na mesma linha poderá ser superado o dualismo entre exegese e teologia, diz a Prop. 27, que lembra oportunamente o pronunciamento do papa em 14 de outubro: “Onde a exegese não é teologia, a Escritura não pode ser a alma da teologia [cf. *DV*, n. 24] e, vice-versa, onde a teologia não é essencialmente interpretação da Escritura na Igreja, essa teologia já não tem fundamento”. É importante observar que a Prop. 29 pede preparação e formação histórico-literária para que os fiéis possam ler de modo adequado o Antigo Testamento, levando em consideração que o Cristo pascal é a “chave hermenêutica” para que a leitura seja cristã.

Muito peso tem a Prop. 30: “[...] O Sínodo recomenda que se incremente a ‘Pastoral Bíblica’ não em justaposição a outras formas da pastoral, mas como animação bíblica da pastoral inteira”. O que a *Dei Verbum* disse do estudo da teologia (que fosse animado pela Sagrada Escritura) aqui se diz da pastoral inteira. E destaca, nessa missão, o papel fundamental dos leigos, “em particular [d]as mulheres [...] a exemplo de Maria de Magdala, primeira testemunha da

5. A CNBB já providenciou tal diretório para o Brasil.

6. Na Faculdade Jesuíta de Belo Horizonte – FAJE, o programa bíblico é especialmente extenso e sincronizado com as matérias dogmáticas. No primeiro semestre, a teologia fundamental é cotejada com o Pentateuco, os livros históricos e os profetas e com o evangelho básico de Marcos. No segundo, o menu bíblico é enriquecido com Mateus e Paulo para basear melhor o estudo da Cristologia e da Moral Fundamental. No terceiro, os escritos joaninos enriquecem a base bíblica para estudar o tratado de Deus-Trindade. No quarto, quando se estuda a Ecclesiology, a formação bíblica é completada por Lucas e Atos, mais os escritos sapienciais, antes que, no quinto e no sexto semestre, se abordem a Antropologia Teológica e a Escatologia.

alegria pascal”. E a Prop. 31 recorda oportunamente que, segundo a exortação *Pastores dabo vobis*, de João Paulo II, “o sacerdote deve ser o primeiro ‘crente’ da Palavra”.

Ele não é o dono da Palavra, mas seu servo, não possui o monopólio dela, mas é devedor em relação ao Povo de Deus. Daí se deduzem as linhas para a formação sacerdotal sugeridas na Prop. 32, mesmo “um renovo dos programas acadêmicos para que melhor apareça o estudo sistemático da teologia à luz da Sagrada Escritura”.⁶

Nas demais proposições desta parte vêm à tona a formação bíblica de todos os fiéis, a animação bíblica dos jovens, a Bíblia e a pastoral da saúde, a Bíblia e a unidade dos cristãos, contexto no qual se menciona também a presença de Sua Santidade Bartolomeu I, patriarca ecumênico de Constantinopla.

A Palavra de Deus na missão da Igreja (proposições 38-55)

Ressalta-se — sem detrimento do carisma específico dos institutos missionários — a incumbência missionária geral de todos os fiéis e o envolvimento da realidade mundana no escutar os “sinais do tempo”. Repetem-se as palavras de Paulo VI na *Evangelii nuntiandi*: “A luta pela justiça e pela transformação é constitutiva da evangelização” (proposições 38-39).

No espírito de abertura à cultura realça-se a presença da Palavra de Deus na arte litúrgica (Prop. 40), mas também no diálogo com a cultura do mundo, “sobretudo em face das diversas demandas de sentido presentes no mundo de hoje” (Prop. 41). Nessa perspectiva “convém organizar grupos de leitura bíblica também nos ambientes secularizados ou entre os não-crentes como uma via para abrir o mundo a Deus mediante a palavra da Bíblia”.

Essa proposição faz eco ao testemunho de uma observadora russa, que lembrou a força dos temas bíblicos presentes na literatura e na arte de seu povo, produzindo seu efeito, quase que *ex opere operato*, mesmo apesar da vida boêmia dos intérpretes. A proposição, porém, não assumiu a expressão

“Bíblia, patrimônio da humanidade”, talvez porque poderia ser entendida como desapropriação da Bíblia da comunidade dos fiéis, que a guarda no espírito em que foi concebida.

Outras proposições (42-45) dizem respeito às traduções, à difusão bíblica, aos meios de comunicação social. A Prop. 46 trata do fundamentalismo. Lembrando que nossa fé tem por fulcro um evento histórico, rejeita, porém, a leitura fundamentalista, que ignora a historicidade da expressão humana do texto inspirado, especificamente dos gêneros literários. “O crente, para usar com fruto a *lectio divina*, deve ser educado a ‘não confundir inconscientemente os limites humanos da mensagem bíblica com a substância divina dessa mesma mensagem’”.⁷ Na esteira dessas observações considera-se o fascínio das *seitas*,⁸ que, por vezes prometendo uma ilusória prosperidade, usam de um discurso fundamentalista (Prop. 47). A verdadeira resposta, porém, não consiste em atitudes meramente defensivas, mas na genuína animação bíblica de toda a nossa pastoral.

As proposições 48-50 tratam da inculturação, da missão aos não-cristãos em nosso mundo globalizado, do diálogo interreligioso. A Prop. 51 retoma a expressão de Paulo VI, que chamou a Terra Santa de “o quinto evangelho” por causa daquilo que as peregrinações contribuem para a memória viva. As proposições 52-53 falam, então, do difícil diálogo com o povo judeu e com o islã.

As duas últimas proposições (54-55) destacam a dimensão cósmica da Palavra de Deus em vista da conservação do mundo criado (a ecologia) e a figura de Maria, “*Mater Dei et Mater fidei*”.

C. A mensagem

O teor e o espírito do Sínodo encontram uma expressão esplêndida na mensagem final (*Nuntius*), redigida pelo biblista-poeta dom Gianfranco Ravasi. Num texto que certamente inspirará muitos servidores da Palavra, Ravasi distingue quatro momentos no encontro dialógico com a Palavra de Deus: a *voz* da Palavra, o *rosto* da Palavra, a *casa*

7. Citando a Pontifícia Comissão Bíblica, *A interpretação...*, cit., I F.

8. O termo “seita” suscitou alguma hesitação em vista das comunidades cristãs não-católicas, mas o conteúdo da proposição deixa claro que não se trata das Igrejas “sérias”.

da Palavra, as *estradas*⁹ da Palavra. Permito-me evocar essa mensagem citando o resumo fornecido pelo próprio autor:¹⁰

São quatro os pontos cardinais do horizonte que os convidamos a conhecer [...]. Em primeiro lugar, a *voz* divina. Ela soa na origem da criação, rompendo o silêncio do nada e dando origem às maravilhas do universo. É uma voz que penetra na história ferida pelo pecado humano e envolvida no sofrimento e na morte. Ela concerne também ao Senhor, que caminha com a humanidade para oferecer-lhe sua graça, sua aliança, sua salvação. É uma voz que desce às páginas das Sagradas Escrituras, que agora podemos ler na Igreja sob a guia do Espírito Santo, dado a ela e aos seus pastores como luz da verdade.

Mais do que isso [...], “a Palavra se fez carne” (Jo 1,14). E eis que agora aparece o *rostro*. É Jesus Cristo, Filho de Deus eterno e infinito, mas também homem mortal, ligado a uma época histórica, a um povo e a uma terra. Ele vive a existência sofrida da humanidade até a morte, mas ressurge glorioso e vive para sempre. É ele que aperfeiçoa nosso encontro com a Palavra de Deus. É ele que se revela como o “sentido pleno” e unitário da Sagrada Escritura, o que faz do cristianismo uma religião que tem no centro uma pessoa, Jesus Cristo, revelador do Pai. É ele que nos faz entender que também as Escrituras são “carne”, isto é, palavras humanas que é preciso compreender e estudar no seu modo de expressão, enquanto ao mesmo tempo conservam no seu interior a luz da verdade divina que só com o Espírito Santo podemos viver e contemplar.

É o mesmo Espírito de Deus que nos conduz ao terceiro ponto cardinal de nosso itinerário, a *casa* da palavra divina, a Igreja, que, como sugere Lucas (At 2,42), se ergue sobre quatro colunas. Em primeiro lugar, o “ensinamento”, que consiste no ler e compreender a Bíblia no anúncio que é feito a todos, na catequese, na homilia, mediante uma proclamação que envolve a mente e o coração. Depois, “a fração do pão”, a Eucaristia, fonte e cume da vida e da missão da Igreja. Como aconteceu naquele dia em Emaús, os fiéis são convidados a alimentar-se da liturgia da Palavra de Deus e do corpo de Cristo. A terceira coluna são as “orações”, com “salmos, hinos e cânticos espirituais” (Cl 3,16).

9. Preferimos traduzir o italiano *strada* por “estrada” e não pelo termo bíblico “caminho” porque o autor pensa nas estradas da vida e na missão dos enviados a convocar pelas estradas os convidados do banquete.

10. XII ASSAMBLEA Generale del Sinodo dei Vescovi. *Sintesi del messaggio*. 24 out. 2008.

Assim, a *Liturgia das Horas*, oração da Igreja destinada a ritmar os dias e os tempos do ano cristão. Há também a *lectio divina*, leitura orante da Sagrada Escritura, capaz de conduzir, na meditação, na oração, na contemplação, ao encontro com Cristo, Palavra de Deus vivo. Enfim, há a *communio fraterna*, porque, para ser verdadeiros cristãos, não basta ser “os que ouvem a Palavra de Deus”, mas também “os que a põem em prática” no amor operante (Lc 8,21). Na casa da Palavra de Deus encontramos também os irmãos e as irmãs das outras igrejas e comunidades cristãs, que, na separação, vivem uma real unidade, embora incompleta, mediante a veneração e o amor à Palavra divina.

Assim, chegamos à última imagem do mapa espiritual: a *estrada* pela qual envereda a Palavra de Deus. “Ide e tornai discípulos meus a todos os povos, ensinando-lhes o que vos tenho ordenado... O que vos falei ao ouvido, proclamai-o sobre os terraços!” (Mt 28,19-20; 10,27). A Palavra de Deus deve percorrer as estradas do mundo que hoje são as da comunicação informatizada, televisiva, virtual. A Bíblia deve entrar nas famílias, para que pais e filhos a leiam, rezem com ela; para que seja uma lâmpada para seus passos no caminho de seu existir (cf. Sl 119,105).

As Sagradas Escrituras devem entrar também nas escolas e nos ambientes culturais, porque durante séculos têm sido a referência capital da arte, da literatura, da música, do pensamento e da própria ética comum. Sua riqueza simbólica, poética e narrativa torna-a um estandarte de beleza tanto para a fé como para a cultura num mundo muitas vezes destruído pela feiura e pela violência.¹¹

A Bíblia, porém, nos faz ouvir também o gemido de dor que sai da terra, vai ao encontro do grito dos oprimidos e dos lamentos dos infelizes. Ela traz no vértice a cruz na qual Cristo, só e abandonado, vive a tragédia do mais atroz sofrimento e da morte. Precisamente por essa presença do Filho de Deus a escuridão do mal e da morte é iluminada pela luz pascal e pela esperança da glória. Mas pelas estradas do mundo caminham conosco também os irmãos e as irmãs das outras igrejas e comunidades cristãs [...]. Ao longo das estradas do mundo, encontramos muitas vezes homens e mulheres das outras religiões que escutam e

11. Em italiano: “Dalla bruttezza e dalle brutture”.

praticam com fidelidade os ditames de seus livros sagrados e que conosco podem construir um mundo de paz e de luz, porque Deus quer que “todos os homens sejam salvos e alcancem o conhecimento da verdade” (1Tm 2,4).

[...] Tenham em suas casas a Bíblia, leiam-na, aprofundem e compreendam plenamente suas páginas, transformem-nas em oração e testemunho de vida, escutem-nas com amor e fé na liturgia. Cricm o silêncio para escutar com eficácia a Palavra do Senhor e, depois da escuta, conservem o silêncio, para que ela continue a habitar, a viver e a falar junto de vocês. Façam-na ressoar no início de seu dia, para que Deus tenha a primeira palavra, e deixem-na ecoar em vocês à noite, para que a última palavra seja de Deus.

D. Impressão global

A impressão global que me ficou depois do Sínodo é de uma Igreja unida em torno da Palavra de Deus que vive na Igreja e tem presença visível e eficaz, como que sacramental, na Bíblia. Não se teme retrocesso, nem no estudo científico da Bíblia nem na leitura feita com o Povo de Deus. Enquanto se procura uma leitura aberta, um “texto que cresce com quem o lê”, rechaça-se o fundamentalismo, o moralismo e a arbitrariedade de leituras mistificadas. Não se quer uma Pastoral Bíblica ao lado de outras pastorais, mas uma pastoral permeada integralmente pela Palavra de Deus na Bíblia. Esta se torna meio e referência para o diálogo *ad intra* e *ad extra*. E não falta o realismo que pede ministros ou agentes reconhecidos como tais, homens e mulheres, além de traduções boas e baratas para todos os povos, línguas e nações, especialmente as mais pobres.

O Sínodo não traz inovações sensacionais. Antes, como Sínodo pós-conciliar, impele a levar a sério e a pôr em prática as intuições e os textos do Concílio Vaticano II, especialmente a *Dei Verbum*, bem como a declaração da Pontificia Comissão Bíblica, de 1993, sobre a interpretação da Bíblia na Igreja; a *Evangelii nuntiandi*, de Paulo VI; e declarações do próprio Bento XVI. Será este evento o “Sínodo da recepção da *Dei Verbum*”?

Quanto ao Brasil, observou-se que será uma força para continuar, com mais afinco e qualidade, aquilo que já estamos fazendo.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Como você e sua comunidade acompanharam o Sínodo da Palavra? Além deste texto, já leram algo sobre o assunto?
2. De que modo trazemos a Palavra de Deus para a vivência concreta da Vida Comunitária e da missão?
3. Há uma preocupação em aprofundar a Palavra de Deus, ou ainda se faz uma leitura fundamentalista?
4. Se a Palavra de Deus é alimento diário para a espiritualidade cristã, como a divulgamos entre as pessoas com as quais convivemos?
5. Do artigo aqui publicado, qual aspecto se poderia destacar como apelo para a VRC?

1. Dedico este texto a um religioso que muito admiro: padre Antônio Aparecido da Silva, orionita, o nosso querido Padre Toninho. Agradeço, também, pelas contribuições, ao padre Jaldemir Vitória, sj, e à irmã Juçara.

* **Robson Sávio Reis Souza** é pesquisador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp/UFMG), coordenador do Núcleo de Direitos Humanos e do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (PUC Minas) e membro da Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte. **Endereço do autor:** Rua Pedregão Pequeno, 405, Bairro Ouro Preto, CEP 31340-300, Belo Horizonte-MG. Tel.: 3498-4107. E-mail: robson.savio@pucminas.br.

2. A classificação de crimes violentos

ROBSON SÁVIO REIS SOUZA*

Introdução

O problema da violência e da criminalidade é, infelizmente, um fenômeno mundial. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, as mortes por causas externas correspondem a grande parcela de óbitos em, praticamente, todos os países do mundo, ocupando, sempre, a segunda ou terceira colocação. Porém a sua distribuição quanto ao tipo de causa é diversa.

No Brasil a violência e a criminalidade violenta² cresceram assustadoramente nos últimos anos, chegando a níveis inaceitáveis. A (in)segurança pública passou a constituir um grande obstáculo ao exercício dos direitos de cidadania, principalmente nas grandes metrópoles brasileiras.

Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE, de 2003,

entre 1980 e 2000, no Brasil, foram vítimas de homicídios 598.367 pessoas; dois terços delas (369.101) na década de 1990. Naqueles mesmos vinte anos, o Brasil registrou mais de dois milhões de mortes por causas externas e 82% delas foram de homens. Enquanto na década de 1980 os acidentes de trânsito eram a principal causa externa dos óbitos masculinos, na década de 1990 os homicídios assumiram a liderança. Entre 1980 e 2000, a taxa de mortalidade por homicídios para ambos os sexos no Brasil aumentou 130% (de 11,7 para 27 por 100 mil habitantes). As taxas mais altas, também por 100 mil habitantes, eram de PE (54), RJ (51), ES (46) e SP (42). De 1980 a 2000, as taxas masculinas de mortalidade por homicídios saltaram de 21,2 para 49,7. Entre 1991 e 2000, no Brasil, aumentaram em 95% as taxas

de mortalidade por homicídios com uso de armas de fogo, entre homens de 15 a 24 anos.

Em 2000, as maiores taxas eram de RJ (182), PE (180), ES (122), SP (115) e DF (113). Em números absolutos, em 1991 foram vítimas de homicídio 5.220 homens nessa faixa de idade, com uso de armas de fogo, e outros 12.233 foram mortos da mesma forma, em 2000. Os homens jovens, de 15 a 24 anos, são os mais afetados: em 2000, 95,6 a cada 100 mil homens dessa faixa de idade morreram vítimas de homicídio, sendo 71,7 em cada 100 mil (ou seja: 75%) mortos com armas de fogo. Em relação a 1991, cresceu 46% a taxa de homicídios de homens jovens (era de 65,5 a cada 100 mil) e aumentou 95% a taxa dos realizados com armas de fogo (era de 36,8 por 100 mil, ou 56,2% do total).

Porém o problema da violência não se limita aos homicídios. Milhares de pessoas perdem suas vidas no Brasil por outras causas.

O total de causas externas (que, além de homicídios, inclui também acidentes, suicídios e outras causas não-naturais) provocou no país cerca de dois milhões de mortes de 1980 a 2000 — o equivalente à população de Brasília. Em 82,2% dos casos (1,7 milhão), as vítimas foram homens. Em 2000, as causas externas foram a segunda maior causa de morte no país (14,5% do total de mortes), junto com as neoplasias malignas (14,9%). Na distribuição dos tipos de causas externas, os homicídios vêm aumentando sua participação, enquanto a dos acidentes de trânsito vem caindo. Entre 1991 e 2000, a proporção de mortes por acidentes de transporte, no total de causas externas, caiu 10,4%, passando a 25% do total, enquanto a de homicídios cresceu 27,2% e chegou a 38,3% do total. (Síntese dos Indicadores Sociais, 2003 – IBGE.)

Há de registrar, ainda, uma enormidade de violências, muitas delas não computadas pelas estatísticas oficiais, mas que geram danos incalculáveis e muitas vezes irreparáveis às vidas das pessoas e das comunidades. Na tabela a seguir, alguns tipos de violência atendidas no Pronto Socorro do Hospital João XXIII, de Belo Horizonte:

que adotamos neste artigo se refere aos seguintes delitos: homicídio, homicídio tentado, estupro, roubo, roubo a mão armada, roubo de veículos, roubo de veículos a mão armada e sequestro. Especificamente, estamos preocupados com o impacto do aumento dos homicídios, principalmente na faixa etária entre 14 e 29 anos.

NÚMERO DE AGRESSÕES ATENDIDAS NO HPS JOÃO XXIII

TIPO	2007	2008
Luta corporal	2.822	2.323
Arma de fogo	1.428	908
Arma branca	671	550
Objeto cortante	549	364
Objeto contundente	896	650
Objeto perfurante	128	65
Violência sexual	42	31
Outros tipos de agressão	908	774
Autoagressão	606	583

Fonte: *Jornal Hoje em Dia, Belo Horizonte, 7 nov. 2008, p. 23.*

Poderíamos, ainda, apontar outra causa de morte que vem aumentando no Brasil, nos últimos anos — a violência associada ao trânsito. Cada vez mais as pessoas têm utilizado seus veículos como arma, causando todo tipo de danos a terceiros. Nas tabelas a seguir, observa-se o número de mortes no trânsito no Brasil (18.700 pessoas, em 2006), na região Sudeste (16.900, no mesmo ano), e o exemplo de Belo Horizonte em relação aos acidentes de trânsito:

MORTALIDADE EM ACIDENTES, SEGUNDO CONDIÇÃO DA VÍTIMA

VÍTIMA	BRASIL	SUDESTE
Total	18,7	16,9
Pedestre	5,2	5,2
Motociclista	3,7	2,9
Ocupante	4,6	4,4
Indeterminado	4,3	3,7

ACIDENTES EM BELO HORIZONTE

TIPO	2005	2006
Acidentes de trânsito	13.594	13.798
Feridos	16.831	17.420
Mortos	177	210
Atropelamentos	3.552	3.335
Atropelamentos com morte	68	90

Fonte: *Jornal Hoje em Dia, Belo Horizonte, 7 nov. 2008, p. 23.*

Com medo da violência urbana e não confiando nas instituições do poder público encarregadas na implementação e execução das políticas de segurança, percebe-se uma evidente diminuição da coesão social, o que implica, entre outros problemas, a diminuição do acesso dos cidadãos aos espaços públicos; a criminalização da pobreza (à medida que se estigmatiza os moradores dos aglomerados urbanos das grandes cidades como os responsáveis pela criminalidade e violência); a desconfiança generalizada entre as pessoas, corroendo laços de reciprocidade e solidariedade social; a ampliação de um mercado paralelo de segurança que privilegia os abastados em detrimento da maioria do povo, dentre outros dilemas sociais.

Portanto, pensar numa política pública de segurança que seja inclusiva e eficiente significa possibilitar o exercício pleno da cidadania nas nossas cidades — tomadas pela violência urbana — e, não menos importante, atender à maioria da população, que, refém da criminalidade e sem recursos para mobilizar esquemas de segurança privada, necessita da ação do Estado na implementação dessas políticas.

Assim sendo, pensar na política pública de segurança como direito humano fundamental implica restituir direitos de cidadania à grande parcela da população (notadamente os mais pobres — maiores vítimas da criminalidade violenta) constrangida e amedrontada com o avassalador incremento da violência nos últimos anos.

Várias pesquisas e renomados pesquisadores têm demonstrado que o recrudescimento da violência e da criminalidade no Brasil tomou contornos perigosos, com repercussões as mais diversas na sociedade. A violência tem-se tornado um flagelo para toda a sociedade, difundindo sofrimento, generalizando o medo e produzindo danos profundos na economia. (Soares. 2004, p. 130.)

Uma das consequências dessas rápidas transformações é que as agências encarregadas pela aplicação da lei (especialmente o sistema de justiça criminal) não se prepararam para trabalhar essas mudanças com relação à violência e especificamente com o recrudescimento da criminalidade, principalmente aqueles crimes ligados ao tráfico de drogas,

deixando a população entregue à própria sorte. Com esse quadro de insegurança vivido pela população, as pessoas e as instituições foram obrigadas a tomar medidas de proteção individuais, como construção de muros altos nas residências, instalação de câmeras de vídeo e de detectores de metal e a contratação de segurança particular, na ilusão de estar-se prevenindo da violência. Os cidadãos trouxeram para o âmbito privado um problema notadamente público.

Há de registrar, por fim, um crescimento nas taxas de ocorrências de crimes violentos contra o patrimônio, ressaltando que as estatísticas oficiais desses tipos de eventos criminosos são altamente subnotificadas, conforme atestam pesquisas de vitimização nacionais e internacionais.

Um olhar retrospectivo

É preciso entender o porquê dessa violência generalizada nos últimos anos. Limitar-nos-emos a algumas análises acerca da realidade brasileira.

Em primeiro lugar, é notório que todo o sistema de justiça criminal brasileiro (Judiciário, polícias, sistema prisional) foi montado dentro de uma perspectiva punitiva e liberal, que, historicamente, agiu de forma autoritária, privilegiando o patrimônio das elites sociais e econômicas, criminalizando a pobreza, ampliando o acesso à Justiça de forma seletiva e excludente, como nos moldes da metáfora de Gilberto Freyre em sua obra *Casa grande & senzala*.

A sociedade brasileira é, historicamente, uma sociedade impotente, cimentada com uma cidadania precária e de superfície. Sociologicamente, é nesses cenários que a violência se difunde. Não devemos esquecer que esta sociedade foi edificada sobre a desigualdade profunda das três escravidões que tivemos: a escravidão indígena, oficialmente extinta em meados do século XVIII; a escravidão negra, oficialmente extinta em 1888; e a escravidão por dívida, ou peonagem, que nasceu e proliferou em conexão com o fim da escravidão negra e que se arrasta até hoje (temos cerca de 20 mil escravos reconhecidos). As escravidões, no nosso caso, foram possíveis unicamente através da violência física, por meio da qual os cativos eram e são subjugados. A so-

cidade brasileira se dividiu historicamente entre os que batiam e os que apanhavam.

Na escravidão que ainda persiste tem havido casos comprovados de coação física por meio da chibata, da tortura, da humilhação física e até da morte exemplar para aterrorizar os demais trabalhadores. A violência no Brasil não é endêmica, é estrutural, constitutiva. Não é uma doença. É uma anomalia histórica. Mesmo brasileiros que acham que não têm nada com isso usam cotidianamente um vocabulário no trato pessoal que vem da cultura da violência e do passado. Os mecanismos sociais que requerem elos sociais violentos sobrevivem do passado e se atualizam. Todos, sem exceção, foram educados nessa cultura de minimização física do outro. Nossa mentalidade nacional e nossa identidade estão impregnadas de violência. (Martins. 2007.)

Entre as décadas de 1950 e 1980 houve uma radical inversão na estrutura social brasileira: em 1950, 80% da população estava no campo. Hoje os indicadores apontam o contrário. Em 1970 éramos “90 milhões em ação”. Hoje somos quase 190 milhões de brasileiros. Esse exponencial aumento da população, somado ao inchaço das cidades, principalmente das regiões metropolitanas, causou uma evidente saturação da coesão social nos grandes centros urbanos, facilmente visível quando observamos, por exemplo, a frágil estrutura do estado na execução das políticas públicas e sociais nas periferias dessas metrópoles.

O fato é que todo o esquema de segurança pública montado pelo estado brasileiro, desde o Império até nossos dias, privilegia o patrimônio em detrimento do ser humano.

Historicamente, a violência social brasileira é herdeira do modelo excludente adotado pelo país desde a sua independência, em 1822. Um modelo que transformou o Brasil na terra do não. Do não às reformas de estrutura. Do não ao bem-estar do trabalhador. Do não aos negros e índios. Do não à distribuição um pouco mais humana de renda. Dir-se-ia que o Brasil anda na contramão, caminha no sentido inverso ao do povo, em permanente choque com ele. Até quando? Com essa ótica, a experiência da última ditadura chega a ser didática. Afinal, poucas vezes o Estado virou as costas à nação e ao seu povo com tanta força como no período que vai de 1964 a 1985.

Todas as reformas sociais de que o país necessitava foram, então, adiadas, a começar pela reforma do próprio Estado, que perdia a cada dia um pouco do seu caráter público. Os apelos pelas chamadas reformas de base (equacionadas por San Thiago Dantas ainda no final da década de 1950) foram esquecidos, para não dizer reprimidos. Foi assim que a violência fez seu ninho. (Alves Filho. 2005).

A questão das metrópoles

Segundo o DataSus,³ em 2000 somente a região Sudeste respondeu por quase 60% dos homicídios no Brasil. Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória, capitais dos estados dessa região, apresentaram, durante a década passada, taxas de homicídio semelhantes à de países onde existe guerra civil, como a Colômbia, por exemplo. Trata-se do mais perverso dilema social da atualidade: o domínio do tráfico de drogas nos aglomerados urbanos (principalmente nas cidades grandes), que gera uma desenfreada disputa pelo comércio do tráfico; uma guerra insana entre traficantes e entre estes e as forças policiais; e outras modalidades de crimes banais, ocasionados pela quantidade de armas de fogo disponível em poder dos infratores e de cidadãos sem nenhum antecedente criminal.

Uma pesquisa,⁴ elaborada pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (CRISP), com dados do sistema DataSus, do Ministério da Saúde, focaliza o crescimento das taxas de homicídios em todo o Brasil entre os anos de 1993 e 2002.⁵

Dos 5.505 municípios brasileiros pesquisados, em 294 a taxa de homicídios é muito alta, variando entre 32,42 e 107,48 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Em 918 municípios, a referida taxa é considerada médio-alta, variando entre 15,94 e 32,42 homicídios por 100 mil habitantes. Em 1910 municípios, a variação da taxa situa-se entre 8,02 e 15,95 homicídios para 100 mil habitantes, podendo ser considerada médio-baixa. E em 2.383 municípios a taxa é baixa, situando-se na faixa entre 0,42 e 8,02 homicídios por 100 mil habitantes. Portanto, numa primeira análise, é óbvia a constatação de que as grandes taxas de homicídios

3. Para acessar as informações do DataSus, basta usar o site: <<http://www.datasus.gov.br>>

4. Trata-se do “Projeto Homicídios Brasil”. Outras informações podem ser obtidas no site: <<http://www.crisp.ufmg.br>>.

5. O programa utilizado para os cálculos nessa pesquisa foi o MapInfo, através do algoritmo de quebra natural, descrito por Jenks e Caspall em seu artigo “Erros em mapas coropléticos: definição, medida, redução”, nos *Anais dos Geógrafos Americanos*, jun. 1971. Agradeço a colaboração do estatístico da UFOP, Ricardo Tavares.

concentram-se em somente 5,3% dos municípios brasileiros (aqui estão incluídas as regiões metropolitanas e as cidades grandes brasileiras, que concentram a maioria da população).

Outro estudo, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP), divulgado no final de 2004, analisa a ocorrência dos homicídios, entre 1998 e 2002, também utilizando os dados do sistema DataSus/Ministério da Saúde.⁶ O relatório parte do princípio de que a

dinâmica itinerante da criminalidade impõe o desafio de que os governos devem desenvolver políticas de segurança pública que não selecionem o seu público-alvo em função dos limites geográficos impostos pelas áreas de municípios ou estados, dado que diversos fatores determinantes dos eventos criminais são dispersos e itinerantes, ultrapassando as fronteiras estabelecidas pelos limites legais entre as unidades geográficas.

Desse modo, os técnicos da SENASP optaram por ter como público-alvo das políticas de segurança pública as regiões metropolitanas para a confecção do trabalho.

O relatório procura investigar e estabelecer as relações existentes nas regiões metropolitanas entre o perfil dos eventos criminais e suas características urbanas e populacionais. Afinal, a segurança pública é um fenômeno social e, portanto, possui relação com outros fenômenos sociais, como a educação, a saúde, a infraestrutura urbana etc.

Os pesquisadores da SENASP perceberam, na elaboração do trabalho, que é fundamental para o planejamento de uma política de segurança pública, no Brasil, “a elaboração de um diagnóstico que busque analisar os padrões da incidência dos homicídios entre as regiões metropolitanas brasileiras, enfatizando a relação entre esses padrões e as características populacionais e urbanas dessas regiões”. Aplaudimos tal determinação política, pois cada vez mais é preciso investir em estudos, tecnologia e desenvolvimento de estratégias eficazes e modernas para fazer frente ao recrutamento da criminalidade violenta no Brasil.

Nas regiões metropolitanas analisadas, observou-se um número aproximado de 30 mil vítimas anuais de homicídio

6. Mais informações sobre a pesquisa da SENASP podem ser obtidas no site <www.mj.gov.br>.

entre 1998 e 2002, sendo que 21 mil dessas vítimas foram mortas por armas de fogo. Um aumento, no período, da ordem de 28,4%.

Ao analisar os problemas das metrópoles brasileiras, Ribeiro (2004, pp. 9-10) nos alerta que,

(as metrópoles) estão concentrando hoje a questão social, cujo aspecto mais evidente e dramático é a exacerbação da violência. Há dez anos, a violência nas periferias era outra. Havia cerca de trinta homicídios por 100 mil habitantes. Hoje, nas áreas mais violentas, o número de homicídios já atinge índices similares aos verificados em países em guerra. O aumento da violência nas metrópoles guarda fortes relações com o processo de segmentação socioterritorial em curso — que separam as classes e os grupos sociais em espaços da abundância e da integração e em espaços da concentração da população vivendo múltiplas situações de exclusão social — e acaba por constituir, hoje, desvantagens locais de algumas metrópoles, ao produzir condições econômicas e institucionais que bloqueiam sua capacidade produtiva, com impactos no emprego e na renda. Estima-se, por exemplo, que a violência gera um custo anual de 13,4 bilhões de reais nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, o que representa aproximadamente 6% do PIB dos respectivos estados.

Ao destacar o espantoso adensamento populacional das metrópoles brasileiras, estamos simplificando um problema que parece ser comum nos grandes centros urbanos do Terceiro Mundo. Segundo reportagem da revista *Época*,⁷

as cidades não param de crescer — e as que mais crescem são as do Terceiro Mundo. De acordo com projeções da agência Habitat, órgão da ONU que estuda as questões de habitação, em 2010, das dez maiores metrópoles do mundo, apenas duas — Tóquio e Nova York — estão situadas em países desenvolvidos. [...] Em todo o planeta, aproximadamente um bilhão de pessoas vive hoje em barracos sem água potável e saneamento básico nos subúrbios das cidades grandes — desse total, cerca de 200 milhões tornaram-se favelados há menos de dez anos. Em 2030, serão dois bilhões de pessoas vivendo em bolsões de pobreza.

7. Revista *Época*, n. 339, pp. 62-63, 15 nov. 2004.

Como o estado brasileiro não conseguiu ampliar o acesso da maioria dos cidadãos aos direitos consagrados constitucionalmente, a violência foi um dos males — entre outros — que campearam país afora a partir da década de 1980. A partir de então, de maneira geral, o Estado — dirigido por uma elite conservadora e autoritária (não somente no período ditatorial) — cuidou de atribuir ao sistema de justiça criminal o papel de reprimir, violenta e discricionariamente, a população.

Enquanto a criminalidade violenta, principalmente motivada pelo incremento do tráfico de drogas nas favelas das cidades grandes, não atingiu os segmentos médios e abastados, o problema não repercutia na agenda pública das prioridades governamentais. Somente na segunda metade da década de 1990, com o transbordamento da criminalidade violenta das áreas periféricas atingindo outros segmentos sociais, as classes médias trouxeram para a agenda pública o problema da segurança como política governamental.

Os custos da criminalidade

Pesquisas recentes têm demonstrado que em alguns municípios, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, gasta-se cerca de 5% do Produto Interno Bruto com o combate à criminalidade. O Rio de Janeiro é o município que, proporcionalmente, mais gasta no combate à violência: em 1995, foram R\$ 2,5 bilhões. São Paulo gastou, em 1999, R\$ 9,4 bilhões. Belo Horizonte, R\$ 900 milhões (Andrade; Rondon. 2008).

Segundo projeção de estudiosos e especialistas, o Brasil aplica cerca de R\$ 70 bilhões por ano combatendo a criminalidade. Minas Gerais, cerca de R\$ 3 bilhões. Os gastos na capital mineira já giram em torno de um bilhão por ano.

Os cálculos dos custos da criminalidade levam em conta o que se perde com a morte prematura de pessoas, longos tratamentos de saúde, gastos com segurança pública e privada e os gastos privados com seguros, além das perdas diretas. Não se contabilizam, geralmente, as perdas simbólicas, que podem ser muito maiores. Por exemplo: o que as pessoas

deixam de gastar em compras, lazer e turismo ao não saírem de suas casas com medo de ser vitimadas; a sensação de insegurança, que produz fobias e longos tratamentos de saúde; e a desconfiança crescente, que fragiliza os órgãos do sistema de justiça criminal.

Remendos novos em panos velhos

Para responder ao recrudescimento da criminalidade, presenciemos uma série de medidas reativas, tanto no âmbito nacional como no estadual. Em sua quase totalidade, essas medidas enfatizam o aumento do poder punitivo do Estado, simplificando, sem resolver, e, ao mesmo tempo, restringindo as noções de direitos e de cidadania.

Um bom exemplo desse tipo de recrudescimento do aparato repressivo é a estratégia, utilizada pelos governos federal e estadual no Rio de Janeiro — que vem sendo amplamente divulgada —, de ocupar as favelas usando, em alguns casos, exclusivamente a força policial. Os resultados se concretizam em inúmeros danos para a comunidade e para o poder público, como, por exemplo, o aumento da letalidade da ação policial. Assim, os custos econômicos e sociais desse tipo de operação dificilmente são compensados.

O argumento de melhorar as condições objetivas da segurança pública nesses locais, no futuro, em detrimento da segurança e do bem-estar dos próprios moradores no presente, é questionável. Primeiramente, porque o poder público não tem efetivas garantias do êxito de suas ações (se nem no presente, muito menos no futuro). Segundo, porque, geralmente, a estratégia adotada nesse tipo de ação é altamente belicosa, tendo em vista o aniquilamento, a qualquer custo, do inimigo e, assim sendo, o nível de vitimização de inocentes é extremamente alto — ademais, o Estado não existe para matar, nem mesmo o maior dos criminosos.

Mais: todos os estudos demonstram que políticas de segurança pública exitosas dependem de ações permanentes, envolvendo a participação efetiva da sociedade civil — que deve ser parceira e não simplesmente objeto da ação. Final-

mente, porque os fins (por melhores que sejam) nunca devem justificar os meios (principalmente quando se põe em risco a vida de milhares de pessoas) (Souza. 2008).

Como vimos anteriormente, o sistema de justiça criminal brasileiro está edificado sobre uma estrutura injusta e discriminatória. Efetivamente, entendemos que não é possível — nas bases atuais — resolver os problemas da segurança pública com reformas pontuais nas polícias, no Judiciário, no inumano sistema prisional. Ou seja: quaisquer reformas, por melhores intenções que as fundamentem, são insuficientes para corrigir os vícios originários desse sistema perverso. Idealmente, seriam necessárias modificações estruturais que levassem em conta a nova ordem social e política brasileira — a partir da prevalência dos princípios dos direitos humanos.

Porém, é possível pensarmos em alguns “remendos novos”, dado que mudanças estruturais são verdadeira utopia no nosso país.

Por exemplo: a implementação de políticas preventivas, visando o incremento da inteligência e da capacidade investigativa das polícias, de mecanismos de participação e de ações de autogestão para a resolução de conflitos em locais com altos índices de criminalidade não estão constituindo parte fundamental da agenda da maioria dos gestores da segurança pública.

No caso específico da criminalidade nas vilas e nas favelas, as políticas de segurança que pretendem ser inclusivas — dado que os indicadores de desigualdade e iniquidade sociais nesses locais atestam a baixíssima capacidade do Estado em incorporar os direitos mais elementares de uma sociedade democrática a largas parcelas da população — serão o resultado de uma tarefa complexa que deve mobilizar a sociedade civil e os governos, tendo em vista a construção — não formal, mas real — de um Estado verdadeiramente democrático (nessas comunidades). Só assim, com a cidadania restituída às massas excluídas, teremos menos violência nas periferias das grandes cidades brasileiras.

• Há de discutir cada vez mais o papel dos municípios nas políticas públicas de segurança.

Recentemente, a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça editou um Guia de Prevenção do Crime e da Violência para os municípios brasileiros.

O Guia tem por objetivo sistematizar alguns princípios básicos e orientar os municípios na elaboração de planos municipais voltados para a implementação de ações de prevenção à violência e à criminalidade, de acordo com as especificidades locais, bem como tendo como tema transversal o respeito aos direitos humanos e a participação da comunidade.

O Guia (p. 11) aponta a necessidade de os municípios se envolverem nas ações de prevenção à criminalidade, pois:

os municípios possuem um grande desafio: o de desenvolver projetos concretos de prevenção e alcançar, com eles, reduções significativas nas taxas de criminalidade e nas ocorrências violentas. É perfeitamente possível alcançar esses resultados. A experiência internacional e alguns exemplos em nosso próprio país o demonstram suficientemente. Para isso, entretanto, é preciso trabalhar com seriedade e profissionalismo, articulando as ações o mais amplamente possível com todos os interessados e com as entidades parceiras.

Conclusão: segurança é direito e inclusão social

A segurança dos cidadãos é, em si mesma, uma questão que inclui os direitos e garantias fundamentais e não o limite delas. Portanto, ao tratarmos da segurança pública como direito de cidadania, falamos na centralidade das políticas sociais e no aprimoramento institucional das agências que cuidam da defesa social. É fundamental repensar o lugar e as condições em que as forças de segurança se inserem na nossa sociedade.

Sinteticamente, a segurança pública carece, por um lado, de políticas de aprimoramento, transparência e controle das agências do sistema de justiça criminal visando extirpar dessas organizações os focos coniventes com o crime

organizado, restabelecendo a credibilidade de seus agentes e possibilitando a participação da sociedade como parceira na resolução de seus dilemas. Por outro lado, é mister a implementação de mecanismos participativos e de autogestão de resolução de conflitos e a implantação de programas de prevenção à criminalidade, possibilitando aos cidadãos ações pacíficas e democráticas e promovendo a reconstrução de vínculos sociais que a exclusão social e econômica estão, gradualmente, deteriorando.

Em relação ao sistema de justiça criminal, são impostergáveis as modificações na estrutura e gestão dos presídios brasileiros, marcados pela corrupção, violência institucional, superlotação e ineficácia.

Uma discussão nacional impostergável é sobre a desconstitucionalização da gestão policial no Brasil. Cada estado seria autônomo para gerenciar suas polícias e adaptá-las às realidades locais. Ademais, mecanismos de controle da atividade policial, como ouvidorias de Polícia autônomas e controladas pela sociedade, precisariam ser reforçados e ampliados. A corrupção de agente público amplia, sobremaneira, a criminalidade e a institucionaliza. Em certa medida, corrupção policial e crime organizado se retroalimentam.

O Poder Judiciário e o Ministério Público podem colaborar, e muito, para evitar que o crime confronte o Estado Democrático de Direito. É fundamental que as modificações na legislação penal não se limitem ao generalismo legal, mas contemplem as especificidades que surgiram com as novas modalidades de criminalidade urbana. Ainda, o Ministério Público e, principalmente, o Judiciário devem sair de seus castelos e exercer a Justiça com equidade.

Tudo isso feito, e não é pouco, atentemos para certa tendência de simplificação de um problema complexo. Em momentos de comoção, por exemplo, sempre aparecem soluções populistas e demagógicas, significando retrocesso e não resolvendo os dilemas da insegurança pública.

É desejável, mais do que nunca, que as várias agências encarregadas da prevenção e do combate ao crime se articulem: planejamento, execução e avaliação das ações de forma

conjunta potencializam o poder do Estado. Diferentemente, as disputas políticas só servem para enfraquecer o poder do Estado no combate ao crime.

A participação de todos no enfrentamento dos dilemas da segurança pública é crucial. Afinal,

o poder público tem a sua imensa parcela de responsabilidade pela degradação da situação social que redundando em cotidianização da violência. Mas a sociedade tem também uma responsabilidade imensa. As entidades sociais, as devotadas ao tema dos direitos humanos, as igrejas também têm grande responsabilidade, sobretudo porque ficaram cegas em busca de responsáveis e culpados e nada fizeram para saber quais são as causas, conjunturais e estruturais da violência. É no plano das causas que a violência deve ser combatida e não no plano das acusações inquisitoriais. (Martins, 2007.)

Apelos da CF 2009 para a Vida Religiosa

A Campanha da Fraternidade de 2009 apresentará, mais uma vez, o tema da violência e suas repercussões na sociedade, propondo como foco a questão da segurança pública.⁸ Certamente, o tempo quaresmal será propício para ampliar o debate sobre as repercussões da (in)segurança pública em nossa sociedade, possibilitando uma maior participação social nas discussões acerca da construção de uma sociedade mais justa e pacífica. É fundamental que todos compreendam que a superação dos gargalos da segurança pública depende de ações governamentais em boa medida, mas não menos importante é a participação da sociedade na proposição de soluções e, principalmente, na cobrança pela melhoria da política de segurança.

Fundamental, portanto, é que todos, religiosos e religiosas, motivados pela Campanha, possam debater sobre a segurança pública, não só apontando e conhecendo os problemas, mas também entendendo que a participação social é fundamental para a superação dos dilemas atuais.

Além das ações que precisam ser tomadas no âmbito mais geral, estrutural e institucional, outros temas podem enri-

8. Em anos anteriores, a Campanha de Fraternidade já abordou temáticas relativas ao impacto da violência em nossa sociedade: em 1983, "Fraternidade sim, Violência não"; em 1996, "Justiça e Paz se abraçarão"; em 1997, "Cristo liberta de todas as prisões"; em 2000, "Dignidade humana e paz"; em 2001, "Vida sim, drogas não"; em 2005, "Felizes os que promovem a paz".

quecer o debate e, neste sentido, as comunidades religiosas podem colaborar decisivamente.

Em primeiro lugar, uma ação desejável é motivar as pessoas a agir com mais paciência, prudência; para que valorizem a vida e a ética; que sejam mais solidárias, acolhedoras e disponíveis. Enfim, que sejam mais humanas, como nos lembra a Doutrina Social da Igreja: uma verdadeira paz só é possível através do perdão e da reconciliação (Souza. 2005).

Pesquisar e conhecer os pressupostos de uma cultura da paz, que preconiza melhorar as relações interpessoais, nas famílias, nas comunidades e na sociedade, a fim de que todos se empenhem efetivamente na construção da justiça social, é uma ação que pode ser desenvolvida em cada comunidade.

Ademais, todos os objetivos propostos pela Campanha podem ser elementos de discussões, que, por sua vez, estimulem ações a ser desenvolvidas pelas comunidades religiosas. Em síntese, os objetivos da CF 2009 apontam para:

1. Desenvolver nas pessoas a capacidade de reconhecer a violência na sua realidade pessoal e social, a fim de que possam sensibilizar-se e mobilizar-se, assumindo sua responsabilidade pessoal no que diz respeito ao problema da violência e à promoção da cultura da paz.
2. Denunciar a gravidade dos crimes contra a ética, a economia e as gestões públicas, assim como a injustiça presente nos institutos da prisão especial, do foro privilegiado e da imunidade parlamentar para crimes comuns.
3. Fortalecer a ação educativa e evangelizadora, objetivando a construção da cultura da paz, a conscientização sobre a negação de direitos como causa da violência e o rompimento com as visões de guerra, as quais erigem a violência como solução para a violência.
4. Denunciar a predominância do modelo punitivo presente no sistema penal brasileiro, expressão de mera vingança, a fim de incorporar ações educativas, penas alternativas e fóruns de mediação de conflitos que visem à superação dos problemas e à aplicação da justiça restaurativa.

5. Favorecer a criação e a articulação de redes sociais populares e de políticas públicas com vistas à superação da violência e de suas causas e à difusão da cultura da paz.
6. Desenvolver ações que visem à superação das causas e dos fatores da insegurança.
7. Despertar o agir solidário para com as vítimas da violência.
8. Apoiar as políticas governamentais baseadas nas práticas dos direitos humanos.

Uma série de outros temas apontados pela Campanha da Fraternidade podem ser objeto de profundas discussões pelas comunidades religiosas. Aparentemente, quando tratamos da segurança pública, parece que estamos falando da ação ou inação das polícias e dos criminosos. Mas o tema é muito mais amplo e envolve questões como: o respeito à vida e à sua dignidade; a prática da não-violência; a prática da generosidade; a defesa da liberdade de expressão e da diversidade cultural; a preservação da natureza e seus recursos; a baixa participação das mulheres na vida social e política brasileira; o respeito aos valores democráticos; o racismo; as violências: no campo, contra os povos indígenas, e no trânsito, contra a natureza, contra os defensores de direitos humanos; a violência policial e a violência contra policiais; a concentração de renda que gera vários tipos de violência; a não satisfação das necessidades básicas do cidadão — uma violência que atinge milhões de brasileiros e que é naturalizada em nossa cultura; a exclusão social e a violência da corrupção na gestão pública; a busca de justiça pelas próprias mãos, sem respeito às leis; os caminhos da ilegalidade consentida e tolerada pela sociedade e governos; a exploração sexual de crianças e adolescentes; a criminalização da prostituição; a violência no mundo do trabalho; a questão do trabalho escravo e do trabalho infantil, entre outros temas.

Portanto as comunidades religiosas, se quiserem, terão ampla possibilidade para aprofundar seu conhecimento sobre o problema da violência; sobre a impostergável discussão acerca de efetivar-se a segurança pública como um direito de cidadania; e, enfim, sobre uma série de outros te-

mas geradores da violência. Situações, conflitos e problemas que corroem as relações pessoais, destroem as famílias, fragilizam os laços sociais, promovem a injustiça e a opressão e que, de certa maneira, estão cada vez mais naturalizados e banalizados na nossa sociedade. Uma sociedade que hipervaloriza o individualismo, o consumo e o modismo em detrimento da qualidade de vida das pessoas.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Como reagimos diante das situações de violência em nossa cidade, nosso bairro e nossa vizinhança?
2. Em nossa diocese e paróquia há algum grupo organizado que defende a não-violência? Qual a nossa contribuição? Se não contribuimos, qual o motivo?
3. Nosso testemunho em defesa da vida das pessoas é condizente com o de Jesus Cristo, de quem somos seguidores e seguidoras?

Bibliografia

- ALVES FILHO, Ivan (2005). *A violência social brasileira*. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=441>>. Acesso em: 8 nov 2008.
- ANDRADE, Mônica; RONDON, Vinicius. *Uma estimação dos custos da criminalidade em Belo Horizonte*. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/economia/publicacoes/diamantina/textos/D44.pdf>> Acesso em: 10 maio 2008.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves; SOUZA, Robson Sávio Reis. Controle de homicídios: a experiência de Belo Horizonte. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, ano IV, n. 3: Segurança cidadã e polícia na democracia, pp. 51-75, out. 2003.
- FERNANDES, C. R. Segurança para viver: propostas para uma política de redução da violência entre os adolescentes e jovens. In: NOVAIS, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Juventude e sociedade*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Síntese dos indicadores sociais*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 8 nov. 2008.
- MARTINS, José de Souza (2007). *Violência no Brasil é uma anomalia história*. Disponível em: <<http://www.acesa.com/grams/ci/?page=visualizar&id=815>>. Acesso em: 8 nov 2008.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. As metrópoles e a sociedade brasileira: futuro comprometido? In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo-FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2004.
- SECRETARIA Nacional de Segurança Pública. *Guia para a prevenção do crime e violência nos municípios*.
 _____ . *Relatório Homicídios Brasil, 2004*. Disponível em: <www.mj.gov.br/senasp>.
- SENADO FEDERAL. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Lei n. 9.394/96. Brasília, 2003.
- SETTON, M. das Graças Jacinto. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. *Tempo Social*, v. 17. n. 2, nov. 2005.
- SILVA, Luiz Antônio Machado. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo-FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2004.
- SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAIS, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade* (Org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SOUZA, Robson Sávio Reis. Religião e criminalidade: da cultura da morte à cultura da paz e do perdão. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, pp. 97-120, 1ª sem. 2005.
 _____ . Operação arriscada. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/artigos/operacao-arriscada>>. Acesso em: 30 jun 2008.
- VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Cidadania e violência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Síntese dos indicadores sociais*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 8. nov 2008.
- UFRJ, 2000.

Encruzilhadas da vida em comunidade. Espiritualidade e comunitariedade

53

HELENA TERESINHA RECH, STS*

Introdução

Quando falamos em vida de comunidade na Vida Consagrada, encontramos-nos diante de algumas encruzilhadas. De um lado, a comunidade é constitutiva da Vida Consagrada; por outro, estamos num momento sem saber por onde ir, como fazer para amenizar tantas tensões e tornar possível uma convivência saudável e prazerosa, de crescimento e amadurecimento dos membros que a compõem. Somos testemunhas de tantas irmãs e irmãos que saem da Vida Consagrada quando a vida em comunidade se torna quase impossível de viver. E somos igualmente testemunhas de tantas comunidades onde existe uma feliz e fecunda convivência, incluindo os desafios e as diferenças pessoais.

Recebi vários convites para assessorar comunidades, juniorados e províncias com o tema da convivência e relações na comunidade. Esses convites com o mesmo tema, as várias escutas sobre os conflitos e a falta de “oxigênio” para poder continuar a vida em comunidade me provocaram para refletir e escrever de forma simples o que penso sobre o tema *vida em comunidade*, que é um desafio a encarar.

A escolha do título, *Encruzilhadas da vida em comunidade*, pareceu-me sugestivo, uma vez que percebemos muitas comunidades perdidas sem saber como viver novas relações e a pertença à comunidade. Estão sempre diante de *encruzilhadas*, sem muitas saídas. *As encruzilhadas* são um convite a descobrir um caminho e colocar-nos nele como possibilidade de integrar os diferentes caminhos pessoais, os desafios, dons, vazios, ausências, imaturidades, bem como

* **Helena T. Rech** é religiosa da Congregação das Servas da Santíssima Trindade, teóloga, assessora nacional de retiros e cursos, autora de livros, artigos e CDs de relaxamento psicocorporal, membro da diretoria da CRB Regional de São Paulo e do Conselho Editorial da revista *Convergência*. **Endereço da autora:** Rua Domingos de Santa Maria, 395, CEP 04311-040, Vila Guarani-SP. Tel.: (11) 5071-5332. E-mail: helenarech@ig.com.br.

experiências profundas de vida, abertura, desejos, projetos, espiritualidade.

A vida em comunidade é uma *encruzilhada* de oportunidades e possibilidades de crescimento e amadurecimento humano e espiritual, de criarmos um jeito novo de ser e viver como irmãs e irmãos, no seguimento de Jesus. Contudo, sem ilusões e fantasias. O cotidiano real é duro, desafiador, exigente. Conviver é sempre desafio e convite a acolher as diferenças, a superar-se, abrir-se, dispor-se a amar e deixar-se amar.

Esta reflexão sobre as *encruzilhadas da vida em comunidade* não partirá do ponto de vista sociológico, nem fenomenológico, dos tipos concretos de comunidades, mas do ponto de vista *teológico-humano*, em profunda relação.

Comunidade de fé e vida, encruzilhada teológico-humana

Vivemos um tempo de *encruzilhadas*, entroncamentos e cruzamentos, em todas as dimensões da vida. Você pode estar pensando que essa linguagem é a do trânsito e não da comunidade. Sim, concordo com você. Mas essa linguagem simbólica será elucidativa para entender a vida em comunidade como momento histórico de *encruzilhada*. E toda *encruzilhada* exige uma decisão, uma tomada de posição e uma escolha para ser possível prosseguir no caminho, caso contrário estacionamos.

Tratando-se da Vida Consagrada, não estamos indicando qualquer tipo de comunidade, mas de uma comunidade de fé, de pessoas que se reúnem por causa de Jesus e de seu projeto. Portanto, integra-se numa mesma realidade, uma *encruzilhada* existencial: a *teologal* (Deus) e a *humana* (comunidade de iguais). A experiência integradora do *divino* e do *humano*. Essas dimensões integradas resultarão em uma comunidade de fé, que se constituirá um *caminho evangélico de vida e seguimento* de Jesus; uma comunidade de discípulas ou discípulos de Jesus, vivendo o projeto do Reino, comprometidas(os) com os pobres.

Caso contrário, será uma comunidade de profissionais, uma república de homens ou mulheres que se “toleram”, que dormem sob o mesmo teto e socializam o mesmo espaço, mas não comungam a vida nem um projeto de fé, nem uma espiritualidade, muito menos um carisma e um projeto missionário, pois cada membro se voltará só para os seus interesses e bem-estar.

A dimensão teologal faz da *comunidade* expressão da *koinonia* trinitária. Ser e conviver em comunidade na Vida Consagrada é, antes de tudo, um projeto evangélico. Antes de ser construção humana, a vida em comunidade na Vida Consagrada é dom do Espírito. Ser irmã e irmão tem sua origem na filiação divina, que se concretiza na convivência em comunidade: congregadas(os) pelo amor do Espírito Santo. Nossa filiação se dá em Jesus, o Filho, que foi constituído primogênito entre muitos irmãos e irmãs (cf. Rm 8,29).

A vida em comunidade, na Vida Consagrada, não é resultado da reunião de um grupo de pessoas nem é união de pessoas pelos laços da carne ou do sangue, mas comunhão de pessoas unidas pelos laços do Espírito Santo. Esses laços que transformam a “encruzilhada” num caminho de vida e missionariedade.

Dimensão teologal da comunitariedade

A origem e modelo de toda comunidade cristã é a comunhão de amor das três Pessoas divinas. “A Trindade é a melhor comunidade”, na expressão das CEBs. Somos pessoas criadas pelo Deus trinitário, todo comunhão e relação, a tal ponto que ele só existe trinitariamente. Nós somos sua *imagem* e trazemos em nós a marca existencial de sua *semelhança* trinitária. Daí sermos, desde a criação, vocacionadas(os) a ser comunidade.

Essa realidade trinitária é a base mais radical de nossas vidas. Nossa identidade cristã e humana se nutre da presença de tal Mistério, vivido na dimensão relacional de amor e gratuidade, que nos plenifica, alimenta nossas vidas e abrange a totalidade do que somos como pessoas singulares e relacionais.

A dimensão comunitária constitui-se-nos existencial. Pelo Espírito, que procede do Pai e do Filho, recebemos o dom de viver em comunidade como irmãs e irmãos.

A prática do Jesus histórico aponta para uma vida em comunidade. Ele mesmo fez a experiência e viveu em comunidade. Os primeiros discípulos e discípulas congregados em torno de Jesus formam uma comunidade que vive a unidade (Jo 17,21). A comunhão fraterna pedida por Jesus a seus(suas) seguidores(as) é a mesma que constitui a ele e ao Pai (Jo 17,23).

A comunidade de Jesus torna-se um sinal público de *koinonia*, da comunhão de pessoas, de bens espirituais e materiais. Jesus congrega em torno de si um grupo de pessoas com o objetivo de serem uma comunidade com uma originalidade, diferente das existentes na época.

- *Ele convida pessoas para “ficar” com ele e formar uma comunidade de vida, itinerante (Jo 1,39; Lc 5,1-11). São pessoas simples, do povo, sem universidade, sem grandes recursos; não são santas, mas em processo de crescimento e amadurecimento na fé, com defeitos e virtudes, muito generosas, e que se sentem atraídas pela pessoa, vida e mensagem de Jesus. Nele encontram o novo centro de suas vidas.*
- *Para formar uma comunidade de irmãos e irmãs. Viver a irmandade nesta comunidade não deve ter sido fácil, dada a diversidade de procedência de seus membros: pescadores, zelotas, publicanos (Mt 1,16ss; 2,14; 3,18) e a pobreza humana dos mesmos. Jesus deixa bem claro que tal comunidade não se constitui pelo saber nem pelo poder, nem pela hierarquia ou pelos laços familiares, mas pela igualdade de todos como irmãos e irmãs:*

Quanto a vós, não permitais que vos chamem rabi, pois um só é vosso mestre e todos sois irmãos. A ninguém na terra chameis de pai, pois um só é vosso Pai, o celeste. Nem permitais que vos chamem de “guias”, pois um só é vosso guia, Cristo. Antes, o maior dentre vós será aquele que serve. (Mt 23,8-11.)

- *Uma comunidade aberta e testemunhante. Jesus não quer um grupo fechado ao seu redor. O fato de ser uma co-*

munidade itinerante, esta não se limita aos Doze, a faz uma comunidade aberta. Outras pessoas simpatizantes, como as mulheres, acompanham Jesus e os discípulos (Lc 8,1-3), elas o seguem desde a Galileia (Mc 15,41; Lc 23,49) e são acolhidas como discípulas. É uma comunidade que testemunha o amor e a solidariedade, compartilhando seus dons, seus bens e o que lhe é oferecido nessa itinerância (Lc 10,7).

- *Comunidade de amigos(as) e não de empregados(as)*. A comunhão dessa comunidade chegou a tal ponto que não há mais segredos entre eles: “Não mais vos chamo servos(as)... mas chamo de amigos(as), porque tudo o que ouvi de meu Pai eu vos dei a conhecer” (Jo 15,15). Começou com a partilha do econômico, mas culminou com a partilha do coração. Rezam, sofrem, estão juntas nas provações, perseguições e na tentação (Lc 22,28-29; Mc 14,33); compartilham as alegrias (Lc 10,17) e aprendem com Jesus a ser uma comunidade de amizade, que convive com a dor e a perseguição (Mt 5,11), sabem que o Reino pertence aos pequenos e que esta alegria ninguém consegue roubá-la (Jo 16,20-22).
- *Comunidade missionária*. A comunidade de Jesus é formada para ser missionária. Nos anos de itinerância, Jesus acompanha de perto seus discípulos e discípulas, convive com eles, come junto, anda com eles, sofre e se alegra junto. Através dessa convivência ele os envolve na missão (Lc 9,1-2; 10,1). A missão e o anúncio do Reino é a razão de ser da vida dessa comunidade ao redor de Jesus e de toda comunidade cristã e consagrada.

A comunidade de Atos (2,42-47; 4,32-36) congrega-se na convicção comum de que o crucificado está vivo no meio deles. Vivem em comunhão com o Ressuscitado presente na fração do pão, na oração comum, na partilha dos bens e na missão.

É uma comunidade que, sob o impulso do Espírito Santo, começa a viver o projeto de Jesus. O mesmo Espírito do Ressuscitado suscita neles um jeito peculiar de viver em comunidade “num só coração e numa só alma”, impele-os

a testemunhar a ressurreição de Jesus, e cada dia a comunidade crescia em número.

O Espírito, princípio dinâmico da comunidade, é o elo de comunhão de seus membros e o vigor na expansão missionária.

Dimensão psico-humana da comunidade

“Viver humanamente é sempre conviver”, diz o teólogo Leonardo Boff. Essa afirmativa mostra que a vida humana se realiza e acontece numa gama de relações. Na medida em que o ser humano consegue assimilar e acolher o outro e a outra, dentro e fora de si, nessa medida chega a si mesmo e é capaz de criar comunidade, pois viver humanamente é *conviver*, é relacionar-se com a alteridade. *EU* só existo na relação com um *TU*, isto é, na reciprocidade e no diálogo.

Não nascemos, mas nos fazemos seres comunitários, à imagem de nossa fonte-mãe: a Trindade. A própria Trindade não é uma comunhão fechada, mas uma comunhão que se faz na relação eterna do amor das três Pessoas Divinas. E cada uma existe porque a outra existe.

A convivência em comunidade é conquista, construção, processo, abertura. Cada pessoa terá de descobrir-se e descobrir a outra como sujeito. São muitas encruzilhadas a ser conhecidas, vencidas e integradas.

A presente reflexão sobre *as encruzilhadas da vida em comunidade*, na dimensão *psico-humana*, nos faz perambular por trilhas até desembocar nas relações consigo, com a alteridade, com o mundo, com o transcendente, e na construção da subjetividade e da autonomia, para uma vivência madura em comunidade. A autonomia deve ser construída e a liberdade se manifesta em práticas de liberdade. Autonomia e liberdade incidem na constituição de sujeitos (mulheres e homens) livres e capazes de criar um espaço de convivência integrador e criativo.

O primeiro e fundamental passo para uma relação que seja madura, livre e autônoma é: conhecer-se, reconhecer os próprios limites e carências, escutar e saber lidar com os

sentimentos, desejos, emoções, medos, inseguranças, escolhas, conhecer e investir no seu potencial e capacidades.

Portanto, a construção da comunidade não pode ser abstraída das pessoas que a compõem. Ela é constituída de pessoas concretas que trazem sua história familiar e cultural, sua bagagem somática, psíquica e espiritual. Esses elementos estruturais de cada pessoa são o “material” concreto com o qual se constroem as relações na comunidade. São elementos que condicionam e possibilitam o desenvolvimento de uma vida de comunidade madura, livre e autônoma.

As pessoas que constituem a comunidade são protagonistas da mesma e não são “perfeitas” nem “santas”, mas estão em processo de crescimento e maturação. Nietzsche afirma que *somos artesãos de nós mesmos*. Significa que somos seres inacabados e sempre estamos dando um toque e um retoque na construção de nossa autonomia, das nossas relações e da nossa espiritualidade. Daí surgirem os conflitos e tensões quando, na convivência, as pessoas manifestam seus limites e projeções pessoais na comunidade. Entre essas tensões e conflitos aparece uma *encruzilhada* que quase sempre gera dificuldades: a tensão entre o *pessoal* e o *comunitário*; entre o *EU* e a *ALTERIDADE*.

De modo geral, as comunidades respiram, hoje, um ar de subjetivismo, de autoritarismo, de comodismo e consumismo. *EU* sou o parâmetro, o centro. *EU* preciso sentir-me bem. Parece não existir um referencial fora, na alteridade, no diferente. A alteridade, o diferente, o novo, o mais das vezes, são uma ameaça ao meu *EU*, porque só existe o meu desejo, o que eu quero e acho. Esse é um fenômeno que nos afeta a todos(as) na Vida Consagrada, sem exceção.

Além dessa encruzilhada do subjetivismo, do poder, do econômico, outrô fator a invadir nossas comunidades é a presença das tecnologias modernas que vão alterando as relações. Há um espaço virtual para as relações: a Internet, os celulares, o MSN e outros mais. Com certeza, uma grande contribuição para nossa comunidade, para a missão, os estudos, a pesquisa científica e para cada pessoa da comunidade. Muitas(os) de nós não conseguem mais viver sem a *Internet*.

Aqui nasce um novo conceito de relações: a comunidade virtual, as amizades, o namoro, as relações virtuais. Como entender e integrar este novo conceito de relações numa comunidade de Vida Consagrada? Já existem pessoas da mesma comunidade que se comunicam por e-mail. Este meio evita encontrar e falar com quem não se deseja ver e muito menos conversar, encarar olho no olho.

Pergunto: só o contato virtual é suficiente? E a comunicação do corpo, a presença física? Sem ser pessimista, mas realista, existem pessoas na comunidade que trazem na testa o *slogan*: “Mantenham distância! Inflamável”. Outras parecem estar sempre com “cara de vinagre” ou de “limão azedo”. Outras ainda são do tipo “não me toquem”, “não atravessem a linha amarela”.

É necessário o contato em determinado momento. O corpo impõe limite, compromete, desinstala, o corpo fala e se comunica. A linguagem verbal permanece quase sempre sob o controle de quem fala, ao passo que a linguagem corporal é quase sempre espontânea e involuntária. Palavras, toques, olhares, gestos e expressões ou reações... nos colocam em relação, nos provocam e incomodam tanto em sentido positivo como negativo, mas são necessários para uma relação de crescimento e amadurecimento.

A ausência ou a negação da alteridade na comunidade, na convivência, traz graves consequências. O *eu* da subjetividade é sempre resultado de uma relação intersubjetiva. A interação com os outros sujeitos é uma forma de crescimento humano, afetivo e espiritual. Se não encontrasse ninguém que me ajudasse a conhecer, a viver, a descobrir, a amar etc. eu ficaria na mesmice, no abandono de minhas possibilidades, não subsistiria e teria de reinventar a vida a cada instante. O(a) outro(a) não me limita, mas me ajuda a expandir a existência, a perceber outros horizontes, a conhecer o novo, a ser autônoma(o), crescer e dilatar minhas possibilidades.

Não existe um caminho universal para ser pessoa e para construir relações maduras em comunidade. Não há uma comunidade padrão, um único modo de viver em comunidade. Mas podemos afirmar que uma subjetividade aberta

para uma alteridade abre uma oferta plural de meios e caminhos para que possamos reinventar a cada dia um jeito novo e prazeroso de ser comunidade na Vida Consagrada.

A comunidade pode ter objetivos claros e uma boa organização, mas se as pessoas não sabem relacionar-se, evitam encontrar-se, não reconhecem a alteridade, a vida ali é insatisfatória, para não dizer um “caos”. Pode ser um grupo de pessoas solitárias, um pensionato gratuito, menos uma comunidade de mulheres ou homens discípulas(os) de JESUS. Sem o mínimo de maturidade humana e afetiva, de liberdade e autonomia, é impossível conviver.

Comunidade, espaço de realização e maturidade humana e espiritual

A comunidade constitui um espaço privilegiado de crescimento e amadurecimento humano-afetivo das pessoas; possibilidade de encontro e confronto com as próprias ambiguidades e valores pessoais. É um espaço de encontro interpessoal, capacitando-nos para criar laços afetivos e partilhar a vida em profundidade.

A afetividade é vida, é energia propulsora da vida. A experiência afetiva de amar e ser amada(o), vivida na comunidade, ganha sentido quando se aprofunda e integra na experiência de Deus e na espiritualidade integradora.

A experiência de Deus é o núcleo central da Vida Consagrada e, como dimensão afetiva, ela realiza e perpetua a comunhão de Jesus com a comunidade dos discípulos e discípulas. Sem essa dimensão as(os) consagradas(os) tornam-se pessoas vazias de sentido, perdendo sua condição afetiva de amar e ser amadas e sua capacidade de transcendência.

Na perspectiva da vida em comunidade, a comunhão afetivo-humana e espiritual concretiza o amor tornando-nos irmãs e irmãos.

A Vida Consagrada, de modo positivo, assimilou os elementos das ciências humanas, especialmente da antropologia e da psicologia, tem mudado substancialmente a qualidade humana, as relações humanas e afetivas, a vida de comu-

nidade e missionária. Tanto as relações internas quanto as externas mudaram, são mais abertas, afetivas, integradoras.

O cultivo da vida afetiva na comunidade, na espiritualidade, na missão, não está isento de ambiguidades e conflitos próprios do mundo afetivo. Mas o cultivo da amizade, da maternidade e da paternidade espirituais e um clima de calor humano podem ser fonte de amadurecimento e crescimento afetivo que nos abre para a vida e para o mundo com seus desafios. A afetividade e a espiritualidade são “a pedra de toque” para a vida de comunidade e para relações fecundas e profundas.

Encruzilhada da imaturidade humano-espiritual

- *Clima de desconfiança.* Um sinal de imaturidade na vivência em comunidade é o clima de desconfiança reinante entre as pessoas ou de umas com as outras. Tudo deve ser rigorosamente *controlado, vigiado, conservado*. As pessoas não têm o direito de escolher livremente, de decidir, de criar... a espontaneidade é tolhida pelo poder centralizador, onde tudo é determinado antecipadamente e nada pode mudar a “ordem”, o regulamento é sem lacunas. A não-confiança na capacidade das pessoas acaba gerando a própria imaturidade dos membros que compõem a comunidade.
- *Dependência e falta de autonomia.* A falta de confiança fará que as pessoas vejam a obediência, ou se portem diante da autoridade, de forma imatura, numa postura de submissão infantil. Não conseguem decidir nada sozinhas e precisam perguntar tudo aos “superiores”. A obediência se faz sob um clima infantilizado de “a mãe ou pai mandou” e a comunidade se torna cópia fiel da “grande mãe” ou do “grande pai” que abraça tudo, prevê tudo e tudo decide. E o econômico? O voto de pobreza vai significar “não satisfazer nenhum desejo sem pedir permissão” ao pai ou à mãe. A castidade será vivida na encruzilhada do medo-desejo, na negação do afetivo, do prazer, dos sentimentos, tornando as relações frias, insensíveis, egocêntricas, dependentes e infantis.
- *Incapacidade de dialogar, confrontar e avaliar.* Outro aspecto de imaturidade na relação em comunidade é a frequente

incapacidade de dialogar, de confrontar-se e de avaliar. Como é difícil, num clima de imaturidade, dialogar nas diferenças sem agredir, e discutir idéias e pontos de vista diferentes sem fortes emoções, avaliar a caminhada com objetividade. A dificuldade se dá igualmente na partilha dos sentimentos, das experiências de oração ou da vida cotidiana. Contemplamos, muitas vezes, o lamentável resultado: comunidades sem vida e que aos poucos vão morrendo, pessoas vocacionadas que vão desistindo da Vida Consagrada.

Tudo pela incapacidade de diálogo e abertura na comunidade. Para muitas pessoas, a relação fora, na missão ou no profissional, ainda tem oxigênio, mas na comunidade interna a vida já não flui e o oxigênio acabou... Só resta a poluição de sentimentos reprimidos, não verbalizados; a dor da incompreensão; o vazio da espiritualidade morta ou perdida; as “fofoquinhas” destrutivas, as invejas e ciúmes. O clima de esterilidade impede a autêntica busca da espiritualidade e o desejo sincero de Deus e de seu amor.

- *Incapacidade de decidir e responsabilizar-se.* Não raro nos encontramos diante de outra encruzilhada — o abismo entre a competência profissional e poder de decisão que uma pessoa exerce em sua atividade profissional e sua falta de autonomia e incompetência dentro da comunidade onde vive. Alguém que no seu trabalho toma decisões autônomas e bem fundadas, num amplo contexto, e na comunidade é obrigada a pedir permissão para qualquer tomada de decisão e autonomia. Outro fato: uma irmã ou um irmão capacitado intelectualmente, com vasta experiência profissional e solicitado nas obras da Província, mas desrespeitada(o) como ser humano na comunidade, sem direitos e voz de decisão.

Em outras palavras: considerado imaturo e incompetente. Essa discrepância, essa encruzilhada, pesa e quebra as pessoas, humana, psíquica e espiritualmente. Daí muitos membros das famílias religiosas deixarem nossas comunidades, não por ausência de vocação, mas para procurar

um espaço onde possam respirar e ser valorizados, reconhecidos e tratados como pessoas maduras e capazes de decisão e responsabilidade.

Encruzilhada da maturidade humano-afetiva e espiritual

Amadurecer é processo na natureza e na vida humana. Há frutos que amadurecem mais rápido, outros mais lentamente. Há sementes que germinam em dias, outras levam meses ou anos, dependendo da espécie e do clima. Há flores que da noite para o dia desabrocham e enfeitam nossos jardins, enchendo nossos olhos de beleza, outras florescem só uma vez por ano.

Isso vale para as pessoas. Isso vale para a convivência em comunidades de vida consagrada, tanto masculinas como femininas. Cada pessoa tem seu ritmo, seu tempo e seu modo de amadurecer humana, afetiva e espiritualmente. O importante é que isso aconteça e que a comunidade seja esse espaço a favorecer o processo de cada pessoa, seja lugar de partilha de vida, de autoconhecimento, de confiança, de abertura e amor a si e ao próximo.

A dimensão humana é a base, é o nosso alicerce, sobre o qual iremos construir a vida, a vocação e a comunidade, mas não se pode esquecer que somos uma comunidade cujo objetivo é seguir Jesus e o projeto é o Evangelho, o Reino, os pobres. Retomo o que escrevi no início desta reflexão: somos uma comunidade de fé, uma comunidade de discípulos(os), vocacionadas(os) e escolhidas(os) na gratuidade: “Tu me seduziste, Javé, e eu me deixei seduzir” (Jr 20,7).

Nas encruzilhadas da imaturidade e da maturidade...

... a vida em comunidade é possível

Seguir Jesus é, antes de tudo, sentir-se uma pessoa amada e seduzida por aquele que nos “convoca”. Ele conquista nosso coração com um amor apaixonado: “Agora sou eu que vou seduzi-la, vou levá-la ao deserto e conquistar seu coração” (Os 2,16).

Somos, por escolha de Deus Trindade e nossa, uma comunidade de pessoas consagradas. É a palavra *consagração*, do ponto de vista teológico e no seu sentido mais profun-

do, significa: *deixar-se alcançar por Deus, deixar-se escolher e penetrar pela própria santidade de Deus*. A pessoa consagrada é alguém que foi admitida à intimidade pessoal com Deus, permitindo ser transformada por dentro e reservada para uma missão. Daí pode-se entender que uma comunidade de Vida Consagrada só é possível se as pessoas que a compõem forem pessoas marcadas pela experiência profunda de Deus, experiência de *amor-entrega*, experiência de *sedução* e *gratuidade*.

Experiência de Deus e de seu amor

A experiência do seguimento na consagração religiosa sempre será inseparável da experiência do Deus de Jesus. Vida Consagrada sem experiência de Deus é vazia. Seguir Jesus numa vida de consagração significa sermos pessoas enamoradas pelo Deus de Jesus que nos *seduziu*. Significa sermos pessoas apaixonadas por Jesus e pelo Reino, de modo muito especial pelos pobres e excluídos, os preferidos de Jesus e do Pai.

O seguimento vivido em comunidades de irmãs ou de irmãos nos ajuda a cultivar comunidades onde cada pessoa é sujeito, onde o diálogo e a partilha criem uma relação de intimidade. Onde cada pessoa do grupo seja para a outra, jamais somente para si. Onde a experiência do amor de Deus una as pessoas e constitua entre elas uma corrente vital e um vínculo de comunhão. “Que todos sejam um como tu, Pai, estás em mim e eu em ti; *que eles estejam em nós*, para que o mundo creia que me enviaste” (Jo 17,21).

A experiência de Deus e a vivência em comunidade apontam um caminho de despojamento de nós mesmos e de acolhida gratuita de Deus e do(a) outro(a). “Viver a gratuidade é despojar-se em face da plenitude do mistério” de Deus e do(a) outro(a).

Toda verdadeira experiência de Deus traz consigo mudanças profundas no relacionamento humano. Jesus viveu a experiência de um Deus *Abba*, um Deus ágape, e comunicou essa experiência aos pobres. A comunidade dos discípulos e discípulas que se forma ao redor dele experiencia essa mudança como processo no seu dia-a-dia: *todos são irmãos e irmãs*.

Seguimento é amor e sedução, é prazer de ser e conviver numa irmandade, cuja centralidade é Jesus e o Reino. Seguimento é experiência de Deus e encontro com Jesus presente no pobre e no pequeno.

Gustavo Gutiérrez escreve que “sem a experiência da solidão não existe comunhão”. E temos certeza de que, sem essa experiência, não existe união com Deus nem verdadeira partilha e solidariedade com os empobrecidos, muito menos vida em comunidade. Jesus é o *homem* do silêncio e da solidão. Não entendida como isolamento, mas como espaço de intimidade com seu Pai. Daí nasce sua comunhão e profunda identificação com o Pai e com o pobre. Jesus procurava seu Pai no silêncio da noite, nas madrugadas, no alto da montanha ou nas travessias do mar. Encontrava-o no meio dos pobres e nos acontecimentos da vida cotidiana, num simples lírio, nos pássaros, na semente de mostarda, nas crianças...

A fé popular nos ensina a viver a gratuidade e o verdadeiro sentido da soberania de Deus e da abertura radical ao mistério. Deus ocupa um lugar muito significativo na vida do povo simples, que o sente como fonte e força de vida. É uma experiência da gratuidade na abertura ao mistério do amor e da vida de Deus.

Muitas vezes, na Vida Consagrada, em nome de uma urgência histórica, da missão ou do trabalho, sacrifica-se a oração, a convivência na comunidade, e com ela a gratuidade, o afetivo e o simbólico.

Comunidade e missionariedade

Seguir Jesus e viver em comunidade é integrar paixão por ele e pelo Reino, cultivando a mística da comunidade de Betânia: sentar-se aos pés de Jesus para escutá-lo longamente e sem pressa, aprender a quebrar o frasco do bálsamo (Jo 12,3) e derramar o melhor perfume que existe em nós para inundar o mundo com o perfume do nosso amor-entrega a serviço da vida lá onde ela está mais ameaçada.

Uma comunidade, por mais integrada que seja e em que seus membros se queiram bem, sem a missionariedade iti-

nerante, sem compromisso com o povo, com os pobres, não tem sentido e será uma comunidade estéril. É necessário “descer aos porões” da humanidade, encarnar-se como Jesus. Aí compartilharemos as angústias, os sofrimentos, as privações e, igualmente, a luta pelos direitos, das descobertas, das alegrias, das celebrações de vida, dos empobrecidos. Com o povo das periferias a experiência de Deus é vivida no provisório e cotidiano, a solidariedade é concreta, a vida é compartilhada com simplicidade.

Toda comunidade verdadeira é missionária. Sabe que não vai “levar Deus” e seu amor ao povo, mas vai encontrá-lo entre os pequenos e pobres, vai provar seu amor e ternura misericordiosa como os simples o experienciam. Junto a eles, como irmãs e irmãos vamos aprender, descobrir, crescer, amadurecer. Com certeza muitas “coisinhas” mesquinhas que amarram a vida em comunidade se tornarão tão insignificantes que ficaremos com vergonha diante da magnitude e grandeza da atitude dos pobres.

Para que a vida em comunidade seja possível, é necessário integrar algumas *encruzilhadas*:

- Integrar experiência de Deus e missionariedade, dizer não ao ativismo estéril.
- Despojar-se, viver com o necessário e não deixar-se dominar pelo consumismo, pelo acúmulo de bens, viver com simplicidade.
- Pertença: sou parte da comunidade. Colocar em comum o salário, mas de modo especial meu saber, meus dons, a criatividade, a alegria etc.
- Criar tempos e espaços significativos de convivência e partilha de vida, de espiritualidade, lazer e descanso, tendo em conta que hoje estamos muito tempo ausentes da comunidade, por motivos de trabalho, estudo ou missão.
- Colocar-nos diante de Jesus, da irmã ou do irmão de convivência, do pobre e do pequeno, como *aprendizes*, nunca como *sábias ou sábios*.
- Entrar na mística da inclusão, da partilha e da solidariedade — abrir o coração e as portas da comunidade para

que o pobre faça parte de nossa mesa, de nossa oração, de nosso carisma.

- Abrir-se e dialogar com o novo, o diferente, as culturas, os diversos credos.
- Aprender a lidar com as crises e os conflitos, dialogar, acolher e ajudar quem vive este momento na comunidade. É tempo de graça e maturidade.
- Integrar os espaços e tempos de solidão pessoal e comunitária.
- Respeitar as individualidades e os dons pessoais e defender os valores comuns da comunidade, seus objetivos, metas e compromissos, avaliando constantemente a caminhada.
- Viver um relacionamento afetivo maduro, amizades verdadeiras.
- Saber perdoar e pedir perdão, com misericórdia e ternura.
- Nunca esquecer que Jesus é o CENTRO da comunidade e que *manter os olhos fixos nele* diminui as distâncias e faz crescer nossa comunhão interpessoal e com ele.

Viver as encruzilhadas na vida de comunidades: desafios, conflitos, crises, imaturidade, maturidade, ativismo, vazios, ciúmes, competições, poder autoritário, experiência de Deus, silêncio, missionariedade, entrega, amor, afetividade, sexualidade, consagração, perdão, prazer, festa, celebração da vida etc., nos coloca no processo de ser, cada dia, mulheres e homens felizes, caminhando para a maturidade humana, afetiva e espiritual, numa comunidade de discípulas(os) peregrinos com Jesus.

O verdadeiro sentido da comunidade não está na *sensação de todos(as) se sentirem bem*, mas de todos estarem a caminho, buscando crescer na fé, no amor, na entrega, no amor pelo pobre e, sobretudo, em *deixar Deus alcançar-nos* e tocar-nos com seu amor. A comunidade deve apontar-nos sempre:

- *Deus*, como verdadeira meta e sentido último da vida.
- O *pobre*, como irmão e irmã, filhos preferidos do Pai.

Quero dizer ao leitor e à leitora que acredito na vida em comunidade como espaço de crescimento, de realização

humana, afetiva, espiritual e missionária. É possível recriar um novo jeito de ser e viver em comunidade como discípulas e discípulos aprendizes. A simplicidade e a humildade, a acolhida e a experiência profunda de Deus, a missão e o serviço à vida nos irmanam e nos fazem consagradas(os) do Deus da vida. Finalizo com dois símbolos do Sl 133:

*Vejam como é bom, como é agradável,
irmãos e irmãs viverem unidos.
É como o óleo fino sobre a cabeça...
É como o orvalho do Hermon descendo...
Aí Javé manda a bênção e a vida para sempre.*

Viver como irmãs e irmãos na Vida Consagrada é bom e agradável, como “óleo fino”, é como o “orvalho”. O óleo eu posso fabricar, o orvalho é dom do alto... O óleo eu compro, o orvalho é gratuito. Viver em comunidade é *dom gratuito* do Espírito que nos irmana em Jesus e é *construção* cotidiana com a contribuição e a parcela de cada pessoa que dela faz parte, e “aí Deus manda a bênção e a vida para sempre”. Vejam e experimentem como é bom e agradável vivermos unidas e unidos na comunidade como irmãs e irmãos, discípulas e discípulos de Jesus, assumindo seu projeto.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. O que este texto traz de provocativo?
2. Que aspectos tocados aqui são relevantes para a vida de comunidade?
3. Que aspectos precisam ser mais cultivados em sua comunidade?

AFONSO TADEU MURAD*

É possível formar para a fidelidade numa cultura *light*? Em que condições e com qual grau de certeza? Que atitudes e estruturas são necessárias para isso acontecer? Essas perguntas são decisivas para a ação pastoral da Igreja e também para a Vida Consagrada. Começaremos caracterizando a cultura *light*. A seguir, mostraremos que elementos na Igreja favorecem o desenvolvimento do homem e da mulher *light*. Por fim, traçaremos algumas pistas, no sentido da formação para a fidelidade na Igreja e na Vida Consagrada.

O light na cultura contemporânea

A rigor, não existe uma cultura *light* enquanto sistema elaborado de significações de um determinado grupo humano, identificável a partir de características étnicas, sociais, de gênero ou geracional. O termo *light* serve como aproximação conceitual. Ele dá conta de explicar uma forma de conceber o mundo e de comportar-se que está presente em diferentes grupos na sociedade contemporânea, com intensidade também distinta. A expressão *light* é uma imagem, uma analogia, que reúne algumas características do que se convencionou chamar de cultura “pós-moderna” ou “modernidade líquida” (Zygmunt Bauman). A expressão remonta a um famoso livro de Enrique Rojas, *El hombre light* (Madrid: Ed. Temas de Hoy, 1992), atualmente na 20ª edição.

Light, em inglês, tem muitos sentidos. O primeiro é o substantivo “luz”. Daí deriva o adjetivo que significa “claro”, como, por exemplo, na expressão *light blue* (azul claro). O termo *light* ganhou importância e novo significado na

* Ir. Afonso Tadeu Murad é religioso marista, pedagogo com especialização em Gestão pela Fundação Dom Cabral e doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma. Membro da Equipe de Reflexão Teológica da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB. **Endereço do autor:** Rua Justo Azambuja, 365, Cambuci, CEP 01518-000, São Paulo-SP. Tel.: (11) 3209-0977. E-mail: amurad@marista.edu.br.

sociedade atual por causa da associação com alimentos de baixo teor calórico. No supermercado ou na padaria encontramos vários produtos *light*. Eles apresentam, no mínimo, a redução de 25% de determinado nutriente que fornece energia (carboidrato, gordura e proteína), em comparação com o alimento convencional. O *diet*, por sua vez, diz respeito a alimentos e bebidas completamente sem açúcar ou gordura, originalmente destinados a quem tem alguma limitação na saúde, como diabetes ou colesterol elevado.

As pessoas consomem cada vez mais produtos *light* e *diet* para manter o peso, não engordar e conservar o padrão estético que se determinou como ideal. Alimentam a ilusão de que podem comer e beber à vontade, fruir o prazer de sabores e odores sem pagar o preço de engordar.

A partir dessa referência, no imaginário atual *light* se associa à “leveza”, não somente física, mas também psicológica, comportamental e institucional. Uma pessoa *light* rejeitaria a rigidez, ou seja, aquilo que é duro (*hard*) e pesado (*heavy*). Cultivaria, em contrapartida, a flexibilidade, a pró-atividade e um olhar encantado com o mundo. Tal é a conotação afirmativa da expressão *light*, que é diferente daquela que lhe concede E. Rojas.

Que valores da *cultura light* são positivos se desenvolvidos em perspectiva humanizadora, ou seja, voltada para a evolução da humanidade e compreendida de forma pessoal e coletiva? Citemos alguns.

- *Leveza*: consiste em cultivar a gratuidade, a alegria, o contentamento e o senso de humor como elementos decisivos da vida, em contraposição ao pessimismo e ao perfeccionismo. É o valor básico do *light*. A leveza é um contraponto às exigências demasiadas do mercado, baseado na competição e nos resultados a qualquer custo.
- *Flexibilidade*: a pessoa aprende a relativizar o que antes parecia intocável e inquestionável. Critica a rigidez dos códigos de comportamento e aprende a exercitar o diálogo com os outros.
- *Cotidianidade*: consiste no desejo de viver o hoje com intensidade, sem excesso de preocupação com o futuro.

- *Estética*: Desenvolve-se a sensibilidade ao belo, em várias instâncias. Desde as embalagens até o corpo humano, contemplando também os *designs* da casa e da cidade. Abre-se a oportunidade de uma nova síntese entre a bondade e a beleza, desde que a aparência não seja o elemento determinante e sim a porta de entrada para o ser-que-se-manifesta.
- *Corporeidade*: consiste no respeito e na valorização do corpo. Critica-se a violência física contra os fracos, especialmente as crianças e as mulheres. Após séculos de negação, abre-se a possibilidade de uma visão unificadora de corpo-espírito. O corpo é expressão carnal da pessoa e de seu mistério.

A leveza, como característica humana predominante do *light*, se assemelha a uma jangada. Comparada aos barcos tradicionais, parece frágil. Com a habilidade, o esforço e a determinação do jangadeiro, surfa pelos mares, enfrenta ondas, serve-se dos ventos favoráveis. Ao mesmo tempo, está sobre a superfície da água e em meio a ela. É simples e bela.

No entanto, o *light* pós-moderno, gelatinoso, perdeu algo fundamental do mundo dos valores. Assemelha-se a um barco inflável, de plástico, artificial, padronizado, usado por alguém que não sabe para onde quer ir. Deixa-se levar pelas ondas e pela correnteza. É leve, mas não tem direção. Boia sobre a água, mas não tem remos.

Enrique Rojas, na obra citada, caracteriza o ser humano pós-moderno como *light*, associando ao adjetivo uma série de limitações e graves defeitos:

Não há no ser humano *light* grandes entusiasmos nem heroísmos. A cultura *light* é uma síntese insossa: tudo suave, leve, sem riscos, visando à segurança. Uma pessoa assim não deixará pegadas. Em sua vida não há rebeliões. É frio, não crê em quase nada, suas opiniões mudam rapidamente e ela abandonou os valores transcendentais. Por isso se torna cada vez mais vulnerável e fácil de ser manipulado. Fez concessões sobre questões essenciais. Assim, os desafios e esforços já não apontam para a formação de um indivíduo mais humano, culto e espiritual, mas sim para a busca do prazer e do bem-estar a todo custo. (pp. 16s.)

Portanto, os traços da cultura *light* são ambivalentes. Têm um lado luminoso (como o nome evoca) e um lado tenebroso. O problema reside na forma unilateral como se manifestam.

Além disso, há um contexto que lhes deu origem e favorece sua explicitação. Por exemplo: na sociedade contemporânea, a luta pela sobrevivência devora grande parte da energia vital das pessoas. Cada vez mais não se tem segurança a respeito do futuro profissional. O ambiente de trabalho, por causa do clima de constante competição no mercado, é tão estressante e exigente que, como forma de compensação e alívio, as pessoas tendem a sonhar com a situação oposta, na qual possam provar a leveza, a ausência de cobranças, a fruição e o prazer. Mesmo que isso não seja real para a grande maioria, permanece como desejo e ideal.

Outro fato elucidativo: na sociedade midiática, da imagem e da simulação, só existe o que aparece. O estético saiu das igrejas antigas, dos museus e das galerias de arte e invadiu o cotidiano. Isso é bom, pois significou uma forma de democratização. É compreensível que as pessoas estejam mais sensíveis ao aparente e se extasiem com o belo. O problema é quando o estético substitui o ético. Passa a ser considerado *bom* aquilo que é produzido, de forma artificial, como *beleza*, a serviço do consumo.

Com espírito de fé, descobrir-se-ão nos “sinais dos tempos” do ser humano *light* não somente as ameaças, mas também as oportunidades para a humanização e o Reino de Deus. Isso exigirá das pessoas a disposição para avaliar seus hábitos e posturas, investir no autoconhecimento e querer crescer.

A fidelidade *diante da cultura light*

Fidelidade significa optar por uma causa, uma pessoa, um sistema de valores ou uma instituição. Alimentar a mística desta escolha e perseverar, até ao máximo, na opção feita. Assim, fala-se em *fidelidade conjugal*, quando um homem e uma mulher, a despeito de todas as crises de relacionamento e resistindo aos assédios, mantêm o compromisso recíproco de alimentarem a relação de casal. Define-se como *fidelidade*

partidária a manutenção da filiação de determinado político ao partido ao qual se filiou, mesmo que questione muitas decisões dele emanadas. Conhecemos e experimentamos a *fidelidade na Vida Consagrada*, como perseverança no compromisso que professamos publicamente, através dos votos ou de outra expressão de consagração a Deus, e de pertença a determinada família religiosa (Instituto, Congregação, movimento, comunidade de vida).

A filósofa Hanna Arendt diz que o ser humano tem uma bela característica: pode prometer algo em relação ao futuro. Quem promete arrisca, pois é impossível prever, com antecedência, tudo o que vai acontecer. Ao prometer, a pessoa desabsolutiza o presente e se empenha, antecipadamente, com o futuro. Ter esperança e prometer são elementos fundamentais para edificar o futuro. Assim, fidelidade é cumprir a promessa. É honrar a palavra dada, mesmo que as circunstâncias mudem. Portanto, fidelidade exige promessa, persistência, risco e fé no futuro.

O tempo é implacável e cruel. Ninguém permanecerá jovem, forte, saudável, cheio de energia e beleza durante toda a vida. As instituições mudam e seus ideais se modificam ou se perdem. O amor humano, por mais belo e intenso que seja, pode reduzir-se ao nada. Ou, pior ainda, ir para o seu reverso. Quantas relações humanas, marcadas por uma atração irresistível, terminam em ódio! Assim se expressa poeticamente o compositor brasileiro Caetano Veloso: “Um amor assim violento, quando torna-se mágoa, é um avesso de um sentimento, oceano sem água”.

Tanto no passado quanto no presente, muitas pessoas fizeram durante a juventude uma profunda experiência de Deus, mas no correr dos anos decaíram na mediocridade espiritual ou até mesmo na indiferença. Na Bíblia aparece muitas vezes o apelo à perseverança. O profeta Oséias adverte que a fidelidade do povo a Javé é muito frágil, como a camada tênue de orvalho, que desaparece quando o sol nasce (Os 6,4). Jesus pede a seus discípulos para “vigiar e orar”, sobretudo no momento da provação (Lc 21,36). O Apocalipse alerta os cristãos: “Vocês esfriaram no primeiro amor! Voltem!” (Ap 2,4s). Perseverar no amor é um proces-

so. Por isso o evangelista João usa a bela imagem do ramo que permanece unido à videira, recebendo dela a seiva que lhe comunica vida e produzindo frutos (Jo 15,4s).

Assumir compromissos e ser fiel a eles é difícil. Exige sacrifícios e renúncias. Os frutos virão depois! Viver os compromissos e manter a fidelidade sempre foi desafiador; agora é muito mais. As condições de vida, as expectativas e os relacionamentos humanos mudam com mais facilidade. As pessoas têm acesso a mais informações e a experiências diversificadas. Os laços relacionais e institucionais, em todos os níveis, estão mais tênues. Essa situação configura um perigo e uma oportunidade. O perigo reside no medo de compromissos, na pouca generosidade em arriscar-se por uma pessoa, uma causa ou um projeto. Há pessoas que, previamente, se negam a pensar na possibilidade de casar ou de entrar para uma Congregação religiosa porque não suportam a ideia de assumir um compromisso por toda a vida.

Hoje é possível viver os compromissos com mais realismo e humildade, não por causa de uma fórmula externa, mas sim pelo empenho que brota do núcleo da liberdade humana. Alguns denominam essa postura de “fidelidade do coração”. Comporta simultaneamente firmeza e sofrimento, leveza e prazer. Neste sentido positivo, o *light* aponta para considerar a existência como dádiva. Com uma flexibilidade sadia, a pessoa faz escolhas, assume o que elas significam e reafirma suas opções no correr da existência.

Para o homem e a mulher *light* que perderam a referência dos valores, a fidelidade soa como algo difícil, pesado, até insuportável. Seria como uma cadeia que limitaria sua subjetividade, um controle externo à liberdade. Tendo a satisfação como o grande critério, eles não aceitam as dificuldades e o sofrimento como parte de qualquer opção duradoura. Ao concentrar suas energias em viver somente o presente, não conseguem vislumbrar opções a longo prazo.

O light na Vida Consagrada

Há elementos humanizadores na “cultura *light*” que devem ser assumidos pelos(as) consagrados(as), desde que

integrados em um projeto de vida pessoal e comunitário, centrado em Jesus Cristo. Recordemos algumas dessas características já apontadas: leveza, flexibilidade, cotidianidade, senso estético e corporeidade. Acrescentamos ainda: a alegria, o bom humor, a simplicidade, a liberdade diante de estruturas *hard* (duras). Muitos fundadores e fundadoras viveram esses traços, num contexto diferente do nosso. Importa acolhê-los e *re-significá-los* neste momento histórico, de forma equilibrada e crítica.

Quando isso não acontece, configura-se um quadro preocupante. Na Vida Consagrada o perfil *extremo* do(a) religioso(a) *light*, *sem valores*, seria assim:

- Ausência de grandes ideais que mobilizam a pessoa, despertando nela generosidade, ousadia e empenho para investir suas energias.
- Indiferença diante das grandes questões econômicas, sociais e ambientais, preocupando-se sobretudo com seus interesses pessoais.
- Prolongamento ou retorno da adolescência, manifestando uma demora para assumir os compromissos da vida adulta e responsabilizar-se pelos seus acertos e erros.
- Grande preocupação com a aparência pessoal.
- Consumismo: desejo ilimitado de adquirir coisas que dão *status*.
- Espiritualidade superficial, restrita ao âmbito da aparência, do emocional e do ritual.
- Curta visão do tempo: praticamente gira em torno do presente e do futuro imediato. Por isso não cultiva a paciência e a perseverança necessárias para traçar um projeto de vida, a médio e a longo prazo. Tende a ser alguém impulsivo nos desejos e inconstante na esperança.
- Dificuldade em lidar com limites.
- Não distingue bem os valores ao tomar decisões.

Difícilmente se encontrará alguém com todos os traços apresentados acima. Ao cultivar valores humanos e cristãos, afloram outras características que completam ou equilibram essas tendências no homem ou na mulher consagrados. Há

o mistério de cada um, a luta entre a luz e as trevas no seu coração, e possibilidades de conversão. Por isso devem ser evitados clichês e caricaturas. Não se trata de classificar ninguém como *light*, mas sim de perceber em que intensidade essas características se manifestam de forma unilateral em pessoas e grupos. Naturalmente, como elas dificultarão o cultivo da fidelidade. O que se tem em vista é a edificação de um projeto de vida e a perseverança nele.

Convém recordar: há elementos positivos da cultura *light*. A leveza é uma característica saudável no ser humano e necessária nas suas instituições. O problema é quando ela se manifesta de maneira unilateral, ou seja, absolutiza somente um lado e ignora o outro: o do compromisso, da perseverança, do sacrifício, da dor.

Fatores que estimulam o crescimento da cultura light extrema na Vida Consagrada

Tende-se a atribuir a responsabilidade pelas manifestações negativas da cultura *light* ao perfil pessoal dos jovens que ingressam na Vida Religiosa. Ignora-se que há um conjunto de fatores que levam a essa situação. O primeiro deles, sem dúvida, diz respeito a uma crise de sentido na sociedade contemporânea. Basta lembrar a confluência de diversos aspectos, sublinhados por Enrique Rojas, David Harvey, Z. Bauman e outros autores que oferecem algumas chaves de leitura para compreender o mundo atual: materialismo, hedonismo, ética permissiva, relativismo, liquidez das relações e dos compromissos... Somos filhos do nosso tempo e, de certa forma, isso nos influencia a todos, não somente aos jovens. Vejamos, então, que elementos aparecem na Igreja e na Vida Consagrada.

Fatores eclesiais

Nos últimos anos, um setor crescente da Igreja Católica se posicionou em atitude de luta e de enfrentamento diante da pós-modernidade e da pessoa *light*. Nele se incluem importantes autoridades eclesiais romanas, bispos, padres, religiosos e movimentos de leigos. Em reação ao relativismo, tal setor propõe a rigidez da doutrina e da moral, so-

bretudo sexual. Para enfrentar o subjetivismo, fortalece o poder centralizado e a obediência à autoridade. Ignorando a contingência da situação das pessoas, exige a manutenção de compromissos definitivos a qualquer preço. Diante de um mundo que muda com rapidez, refugia-se na solidez das fórmulas, dos ritos e dos símbolos do passado.

Ao considerar, de forma geral, as manifestações da modernidade como ameaças para a Igreja, recusa-se a ouvir o clamor de milhões de seres humanos, de distintos grupos étnicos, culturais, sociais e de gênero.

Ao mesmo tempo, essa corrente se apropria de algumas características da pós-modernidade e do ser humano *light*. Privilegia a visibilidade da mídia e das grandes manifestações públicas. Favorece a estética e a aparência. Difunde uma religião pasteurizada e globalizada. Embarca na teologia do sucesso. Consegue dar uma roupagem nova a ensinamentos anacrônicos, pois a forma se confunde com o conteúdo.

Tal postura de “evangelização conquistadora” provoca dois movimentos contrários. Afugenta algumas pessoas *light*, por causa das exigências morais e rituais. No entanto atrai e alimenta em seu seio um grupo significativo de gente medíocre, acrítica e sem grandes ideais. Desfavorece o diálogo em nome de uma visão equivocada de autoridade e estimula pessoas conformadas. Naturalmente, produz o seu reverso: líderes autoritários e inseguros. Gera, ainda, uns tipos “*lights* transgênicos”, ou seja, culturalmente modificados. Em parte são *light*, em parte são rígidos. E as duas matrizes convivem, ora sobrepostas, ora interdependentes.

O modelo cristão conquistador enfrenta a unilateralidade do homem e da mulher *light* de forma ambivalente. De um lado, tem uma face exigente e por vezes rígida, que apela ao compromisso e à fidelidade. Apresenta-se com rosto definido, propõe tarefas e objetivos claros, e sustenta verdades indiscutíveis. Isso tudo tem grande poder de fascinar, sobretudo àqueles que estão confusos, inseguros e sem rumo na cultura *light*. Por isso obtém sucesso. Nesse sentido, responde à demanda de um enorme segmento da sociedade atual. De outro lado, essa versão do cristianismo apresenta uma face oculta, que favorece o individualismo e a simulação dos

comportamentos. Como não há diálogo, os fiéis aceitam aparentemente o que o ensino oficial propõe, mas na sua vida privada agem conforme lhes parece melhor.

Debaixo de uma moral sexual rígida, eclodem manifestações doentias. Tudo isso a custo de enorme culpa ou de comportamentos esquizofrênicos.

A Igreja dos pobres e a teologia da libertação são um importante fator equilibrador para elementos desumanizantes da cultura *light*. Ao colocar homens e mulheres em confronto com o mundo dos pobres, ajuda-os a ouvir seus clamores, descobrir sua sabedoria e fazer comunidade com eles. Suscita em leigos, presbíteros e consagrados grande generosidade e empenho com uma causa que está bem além da subjetividade. Exige reflexão, presença de qualidade, renúncia e compromisso. Rompe, assim, com o narcisismo e o imediatismo da pessoa *light*. Estimula a fidelidade e o compromisso, a ponto de doar a vida pelo martírio. Ao mesmo tempo, favorece a flexibilidade e a criatividade. Alimenta a esperança em projetos históricos de mudança.

De outro lado, a Igreja dos pobres investiu pouco nas subjetividades e suas demandas. Nesse sentido, é pouco atrativo para os filhos da geração *light*.

A perseguição sistemática às lideranças dessa corrente teológica e espiritual golpeou os grandes sonhos de libertação e freou a edificação de uma Igreja mais participativa e plural. Combateu a utopia, a generosidade, o profetismo e a ousadia que acompanham o compromisso social. Não reconheceu o sacrifício dos nossos mártires. Ao mesmo tempo, favoreceu o desenvolvimento de um cristianismo de massa, voltado para responder às carências das subjetividades. Sem ter consciência disso, acabou favorecendo o crescimento da cultura *light* sem valores, na sociedade e na Igreja.

Na Vida Consagrada

Nos institutos de Vida Consagrada a cultura *light* não existe quimicamente pura. Ela está mesclada com os comportamentos anteriores ao Concílio Vaticano II, centrados na observância da regra, na regularidade, na constância e na

uniformidade. Nos institutos coexistem as correntes modernas que valorizam o indivíduo e uma minoria significativa, comprometida com os excluídos. Alguns criam sua esfera, para proteger-se de qualquer mudança. Outros dialogam com o mundo contemporâneo. E há aqueles(as) que se mundanizam e perdem lentamente o fermento evangélico.

Como as instituições religiosas podem favorecer o desenvolvimento da cultura *light* unilateral? Resumidamente, apontamos os seguintes fatores:

- *O poder da gerontocracia*: as gerações mais velhas não criam um processo de preparação para que as novas gerações assumam responsabilidades desde cedo. Favorecem, assim, o infantilismo e ajudam a prolongar a síndrome da adolescência *light*.
- *O estilo de vida fácil*: caracteriza alguns institutos, especialmente masculinos. As pessoas não sabem o valor das coisas e não têm parâmetros para avaliar seus gastos. Têm acesso ao dinheiro com certa facilidade, trabalhando ou não. Assim, está aberta a porta para o consumismo. Desgraçadamente, muitas jovens vocações advindas das classes populares, habituadas ao trabalho duro e à luta pela sobrevivência, aprendem o que é a “vida fácil” quando entram na Vida Religiosa. E, como é tão prazeroso e seguro, não querem desfazer-se dela...
- *Dificuldade de recriar a formação em novos moldes*: os formandos passam um longo período de vida numa redoma de plástico, protegidos dos desafios reais. Ao mesmo tempo, através da TV, da Internet e de outros meios, estão sendo assediados pela cultura *light* unilateral. Por vezes, não há formadores(as) que tenham uma visão diferente e queiram arriscar uma formação mais arrojada. Em algumas congregações, os primeiros testemunhos dessa “vida sem rumo” são os próprios formadores.

Manter os formandos trancados dentro de casa não os livra dos assédios da mediocridade atual. Jogá-los de qualquer forma nos contatos externos também não. Trata-se de equilibrar a *proteção* (para favorecer a formação da identidade do religioso consagrado) com o *risco* (para lançar-lhes desafios reais).

- O perfil atual de algumas congregações e a imagem que veiculam ocasionam uma seleção prévia na pastoral vocacional. Poucos jovens que ainda nutrem sonhos e projetos ousados entram num Instituto que tem peso institucional muito grande. Alguns preferem os novos movimentos, que, apesar da ideologia conservadora, envolvem mais seus membros em grandes causas comuns, alimentam uma mística encharcada de emoção e expressam o predomínio do carisma sobre as estruturas. Ou seja: vários institutos estão no perfil oposto da cultura *light*. São a expressão cabal da rigidez, da inflexibilidade, de gente sisuda e estressada, que trabalha sem cessar.
- Por fim, há a questão real da *qualidade* de algumas vocações que entram na Vida Consagrada e estão na formação inicial. Sem dúvida, pessoas frágeis, com valores pouco consolidados, que apresentam uma situação familiar complexa e têm sonhos curtos. Felizmente, não são todas assim....

Como formar para a fidelidade?

Apresentaremos alguns breves pontos para responder à pergunta inicial: como formar para a fidelidade na cultura *light*? São apenas sinalizadores, para que os(as) consagrados(as) e suas comunidades reflitam e os confrontem com sua própria realidade.

- a) “Formar para a fidelidade” significa, fundamentalmente, acompanhar as pessoas no seu peregrinar humano e espiritual. Nesse processo, leva-se em conta suas potencialidades e fragilidades. Valoriza-se a leveza e a flexibilidade. São abordadas as características unilaterais da cultura *light*, se estiverem presentes. Ao mesmo tempo, é-lhes oferecido o desafio de dar um passo a mais, de crescer e de expandir suas capacidades.
- b) Hoje em dia dificilmente alguém pode afirmar com total certeza que será fiel à sua opção existencial até a morte. Não há garantia de que será fiel à sua vocação porque se casou na Igreja, foi ordenado ou fez os votos perpé-

tuos. Importante é que a pessoa envide todos os esforços para ser fiel ao seu coração e mantenha acesa a chama do amor que a moveu a tomar determinado caminho de vida. Isso vale para as clássicas vocações na Igreja (matrimônio, Vida Consagrada e ministério ordenado), como também para outras escolhas importantes.

As opções somente se conservam se são renovadas e recriadas. Aprende-se com as crises e as conquistas, com os momentos difíceis e com os alegres. A fidelidade não é algo conquistado de forma definitiva, e sim um caminho que se faz ao caminhar. Para isso é necessário manter o olhar encantado, cultivar o sabor das opções assumidas.

- c) Há uma crise da fidelidade na meia-idade, por volta dos 40 anos, de natureza sobretudo existencial, que não tem a ver necessariamente com a cultura *light*. Quem a supera amadurece na fidelidade.
- d) Em algumas congregações, o que corrói a fidelidade não é a cultura *light*, e sim a cultura *hard* (dura) e *heavy* (pesada), ou seja: estruturas desumanizantes, controle excessivo sobre as pessoas, exercício autoritário da obediência, enorme desgaste por causa das relações contaminadas por inveja e maledicência. Então, há gente que pensa em deixar a Vida Consagrada porque simplesmente quer viver com mais leveza. Isso nos estimula a recriar um estilo de vida mais humano e saudável nas nossas comunidades e nos institutos, em coerência com o seguimento de Jesus.
- e) Cada pessoa, com o apoio de seu Instituto, deve investir no autoconhecimento. As práticas de relação de ajuda, de acompanhamento pessoal e grupal, bem como a psicoterapia, são úteis para que cada um(a) assuma sua história de vida e se torne protagonista de sua existência. O autoconhecimento pode ajudar a superar alguns limites da cultura *light*, pois há elementos culturais que são acentuados ou atenuados, dependendo das posturas individuais. Por exemplo: um comportamento narcisista pode ser a conjugação de fatores culturais, psicológicos e espirituais. Quando a pessoa se conhece e está sintonizada no Bem, deseja superar as posturas egocêntricas e se abre aos outros.

- f) A geração *light* ocupa-se com o presente. Deve-se ajudar a transmutar esta característica, a ponto de ela contribuir num processo de crescimento humano e espiritual. Viver o hoje, sim! Mas não de maneira superficial. Trata-se de viver o cotidiano com intensidade e sabor, ajudando as pessoas a pensar sobre os acontecimentos e a celebrar as pequenas conquistas. A consciência cresce quando as pessoas conseguem partilhar sentimentos e percepções daquilo que estão vivenciando. Então, lentamente, gestam sonhos e nutrem esperanças.
- g) As novas gerações aparentemente têm uma identidade pessoal e religiosa débil. Demoram mais tempo para estruturar seus valores. Por isso necessitam de pessoas de referência, com personalidade marcante e grande ideal de vida. Valores não se aprendem a partir de aulas teóricas de formação, mas sim com testemunho de vida, reconhecido e aceito como tal. Por isso os jovens devem estar cercados de leigos e de consagrados, de diferentes faixas etárias, que sinalizem os valores do seguimento de Jesus. Ambas as presenças (de consagrados e de leigos) são importantes, pois questionam a falta de sabor do *light* unilateral, estimulam as pessoas a sair da mesmice e a ser “mais”.
- h) Para fortalecer a fidelidade, em um projeto de vida de qualidade, os consagrados de qualquer faixa etária (não somente os mais jovens) buscam pequenos grupos de partilha. Por vezes são alguns coirmãos da mesma Congregação. Em outras ocasiões, serão irmãs e irmãos de outros institutos, que nutrem sonhos e ideais exigentes e lhes fazem crer que vale a pena lutar pela renovação da Vida Consagrada. Isso deve ser reconhecido e estimulado.
- i) Diante da tendência à facilidade, à comodidade e ao consumismo, que caracteriza a geração *light*, é preciso oferecer oportunidades de presença e missão junto aos pobres e excluídos que tenham certa dose de radicalidade. Essas podem ser temporárias ou permanentes. Sem dúvida, conviver com os mais pobres, ver seu sofrimento e ouvir seus clamores, ajuda as pessoas a desmascarar o lado ideológico e excludente da cultura *light* e a alimentar o desejo de dedicar a vida pela promoção da “vida

- em plenitude”. Da paixão e da compaixão com os pobres brotam energias que promovem e sustentam a fidelidade.
- j) Ninguém deve buscar o sofrimento, mas um ser humano adulto está disposto a pagar o preço de suas opções. A superação de certos limites da cultura *light* só será possível quando as pessoas estiverem convictas que a vida não é somente a soma de momentos alegres e descomprometidos. Quem faz somente o que quer, sem empenho, não chega a lugar nenhum. Para realizar qualquer coisa consistente e duradoura, é necessário metodologia, disciplina e concentração. Então, educar para a fidelidade exige o exercício da disciplina e do método.
- k) Por fim, há um elemento imprescindível em todo o processo de “redenção” e “integração” da cultura *light*: a espiritualidade. O misticismo baseado na emoção, no show ou no ritualismo não é ruim, pois muitas vezes faz parte dos primeiros passos da vida espiritual da pessoa *light*. Mas a longo prazo se mostra insuficiente. É preciso ir além. O peregrino na fé não se contenta com a pequena luz de sua subjetividade ou com a emoção passageira. Cultiva a intimidade com a Palavra, refazendo na sua vida a caminhada do Povo de Deus.

Vai ao encontro do Deus Trindade, Luz das luzes, sopro que sustenta toda leveza. Não importa se ele(a) não tem a certeza da fidelidade. Também experimenta na sua fragilidade a grandeza e a misericórdia de Deus. Assim, poderá proclamar com alegria: “Felizes os que perseveraram!” (Tg 5,11).

Indo à raiz da leveza

Refletir sobre a cultura *light* e a fidelidade oferece oportunidades para a Vida Consagrada. Ajuda-nos a incorporar valores positivos da cultura do nosso tempo, como a leveza, a flexibilidade, a rapidez para lidar com o inesperado e a valorização do cotidiano. Assim, revemos posturas pessoais e estruturas institucionais que são pesadas e rígidas. Por fim, corrigimos a unilateralidade da cultura *light*, como a mediocridade, a ausência de ideais e o narcisismo. Nesse caminho, voltamos-nos para Jesus, nosso mestre e Senhor.

Em alguns momentos, Jesus se mostra muito exigente com seus discípulos: “Se alguém quiser vir comigo, renuncie a si mesmo, tome sua cruz cada dia, e siga-me” (Lc 9,23). Em outros, tem a ousadia de mostrar que muitos “pessos” de seu tempo não são importantes nem necessários: “O sábado foi feito para o ser humano, não o contrário” (Mc 2,27). O mesmo Jesus que exige empenho dos seus discípulos prioriza a gratuidade do amor: “Quero a misericórdia, não o sacrifício” (Mc 9,13). Essa leveza de Jesus desconcerta seus inimigos e desequilibra as certezas dos seus seguidores. O próprio mestre se mostra flexível, a ponto de rever suas posturas diante do clamor da pobre mulher cananea (Mt 15,21-28). Tem muita clareza de sua missão de anunciar o Reino de Deus (Mc 1,15), mas é capaz de rever os planos e acolher o inesperado. Sem dúvida, uma grande leveza.

Por fim, o próprio Jesus se apresenta a nós como a própria leveza, que nos acolhe e nos conduz: “Venham a mim todos vocês que estão cansados e sobrecarregados... O meu jugo é suave e o meu fardo é leve” (Mt 11,28s). Nele e com ele podemos repousar, alegrar-nos, cantar e viver com alegria e generosidade. Ele é a leveza luminosa!

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Quais elementos da cultura *light* podemos integrar na dinâmica da vida comunitária que distingue a Vida Religiosa Consagrada?
2. Que desafios encontramos no acompanhamento de jovens que buscam a Vida Religiosa Consagrada e que são influenciados pelos *lights* não-positivos da sociedade atual?
3. A quais fatores precisamos estar atentos para não nos deixar dominar pelos aspectos negativos da cultura *light*?

Interinstitucionalidade:¹ o nosso tão importante quanto o meu. Dez anos de vida da Equipe Itinerante: celebrar, agradecer, purificar, crescer e avançar

*Em memória do padre Cláudio Perani, sj,
"pai inspirador desta criatura",
de quem recebemos estas palavras:
"Não se preocupem com os resultados...
o Espírito irá mostrando o caminho!"*

EQUIPE ITINERANTE E
RESPONSÁVEIS INSTITUCIONAIS*

1. Falamos de "interinstitucionalidade" e não de "intercongregacionalidade", pois a EI não só está integrada por congregações religiosas, mas também por instituições, ONGs, organizações e comunidades leigas. Neste sentido, o conceito de "interinstitucionalidade" é mais amplo que "intercongregacionalidade".

* Este artigo foi tecido por muitas mãos. Elaborado inicialmente pelos membros da EI e depois trabalhado com os responsáveis institucionais da Equipe no VII Encontro Interinstitucional (29-31.8.2008).

Assumir a missão interinstitucionalmente é um sinal novo dos tempos. É uma experiência que está em fase de construção. Exige uma atitude humilde de escuta e aprendizado. Ainda não há uma "cultura interinstitucional" na prática missionária das congregações, organizações, igrejas... A interinstitucionalidade na missão só é possível se cada pessoa, grupo, organização, congregação ou instituição que participa do projeto o assume com o mesmo carinho, cuidado e dedicação que os projetos próprios. Isso significa que o "nosso" projeto missionário interinstitucional é tão importante quanto o "meu" próprio projeto.

Pela novidade e desafio que significa a interinstitucionalidade, devemos escolher as pessoas com perfil adequado, com capacidade relacional e de trabalho em comum. A equipe interinstitucional deve ter claro o grande desafio que está assumindo, para saber acolher, somar e complementar-se com o outro diferente.

Também os responsáveis institucionais devem, corresponsavelmente, acompanhar de perto e com carinho o projeto. Mantendo por um tempo suficiente as pessoas por eles enviadas, para garantir, dar estabilidade e continuidade à missão itinerante. Só assim podemos assumir e construir

um verdadeiro compromisso interinstitucional na missão comum à qual somos chamad@s.

A experiência nos vai mostrando que só a partir do coração, do amor, é possível manter a unidade da teia da vida, acolhendo e confrontando a diversidade de ideias, visões, carismas, temperamentos, posicionamentos políticos e institucionais. Só pelo amor — Deus é amor — a unidade na diversidade é possível.

Introdução

A itinerância definitiva do “Cacique”

Na madrugada do dia 8 de agosto de 2008, o padre Cláudio Perani, sj, realizou sua última, definitiva e mais plena itinerância rumo ao Pai. Agradecemos a Deus por toda a doação, coragem e grande liberdade do Cláudio, agradecemos por suas intuições, coragem e carinho para com todos e todas da Equipe Itinerante. Pedimos a ele que, agora mais do que nunca, continue nos acompanhando neste caminhar itinerante, para que possamos trabalhar, sempre mais, pelo Reino e sua Justiça, a serviço dos mais pobres, onde a vida está mais ameaçada. Cláudio, o “Cacique” — nome que tinha na porta do quarto com sua foto rodeada por um cocar indígena —, homem de grande “liberalidade”, a ele queremos dedicar estas reflexões sobre a Equipe Itinerante (EI) interinstitucional.

Partilhar nossa pequena experiência

No contexto da celebração dos dez anos de vida da EI (1998-2008), a intenção deste artigo, e de alguns outros que apresentaremos no decorrer de 2009, é partilhar nossa pequena experiência de caminhada. O projeto recebeu como dom e assume como tarefa vários dos componentes que a Conferência dos Religiosos do Brasil apresenta como linhas prioritárias de reflexão e ação para o período 2007-2010: *interinstitucionalidade, itinerância, inserção, mística e espiritualidade*. Queremos dar nossa contribuição com essas profêti-

cas intuições que a CRB vem discernindo corajosamente e buscando novos caminhos para continuar servindo aos mais pobres e excluídos, onde as feridas da história, da humanidade e da criação estão mais abertas.

Agradecer e purificar...

Ao celebrarmos os dez anos de vida nesta experiência, queremos agradecer e purificar, partilhar e aprofundar a caminhada feita, para crescer e avançar no serviço do Reino junto aos povos indígenas, ribeirinhos e urbanos da Amazônia.

Agradecemos em primeiro lugar a Deus, que derramou esta graça sobre nós e nossa Igreja. Agradecemos a tantos companheiros e companheiras de distintas congregações e instituições que têm dado o melhor de si mesmos ao longo destes dez anos. Agradecemos às comunidades, organizações, igrejas e povos amazônicos por nos terem acolhido e ensinado, com paciência, como servir-lhes melhor.

Também, acreditando no amor misericordioso do Deus que nos ama incondicionalmente e se manifesta através das pessoas com as quais convivemos, temos necessidade de pedir perdão pelos nossos erros, contradições e limitações; por não prestarmos o serviço que necessitavam e esperavam de nós, por não acolhermos o diferente como riqueza e dom do Deus Trindade, Uno e Diverso. Pedimos perdão por não acolhermos e acompanharmos bem as pessoas que chegaram à equipe sonhando em entregar o melhor de si para esta missão. Com esse desejo de purificar-nos pedimos perdão a vocês, que confiam em nossa missão, pelas muitas vezes que deixamos de revelar a “Fonte-Geradora de Vida” presente em cada ato supremo de amor.

Crescer e avançar...

Mas também queremos que nos ajudem a crescer e avançar, com coragem e teimosia evangélica, assumindo nossa fragilidade e pequenez. cremos profundamente que esta experiência é de Deus, é dom e tarefa; dom de Deus derramado sobre nossa vida para, corresponsavelmente, assumi-lo, cuidá-lo, cultivá-lo e partilhá-lo... Para colocar-nos

cada dia mais a serviço dos mais pobres, marginalizados, excluídos e diferentes da Amazônia. Queremos crescer e avançar para as fronteiras, simbólicas e/ou geográficas, onde a vida está ameaçada, as culturas são desrespeitadas, os direitos humanos são violados, os povos são injustiçados... Queremos entrar onde as feridas da história, da humanidade e da criação estão mais abertas, para solidariamente somar curando-nos, com o “óleo do Reino de Vida” que gratuitamente Deus derrama sobre os povos, matas e rios deste Jardim da Amazônia.

Contexto histórico da experiência intercongregacional e interinstitucional na CRB²

Nossa história e caminhada como EI interinstitucional insere-se dentro de um longo caminho de busca, discernimento e experiência “inter” que a CRB vem fazendo desde seu início.

A CRB foi criada em 11 de fevereiro de 1954 pelos(as) superiores(as) maiores de ordens e congregações religiosas e de sociedades apostólicas como instituição a serviço da Vida Religiosa no Brasil, para ser elo de unidade entre os institutos femininos e masculinos, e veículo de compreensão e ajuda mútua. Sua principal finalidade é “articular forças, serviços e programas intercongregacionais” num plano comum, valorizando os carismas próprios a serviço da Igreja.

Embora o termo “intercongregacionalidade” não fosse usado em épocas anteriores, a cooperação entre as congregações foi trilhando um caminho crescente. É bom lembrar que até a fundação da CRB e o Concílio Vaticano II, em 1962, as congregações não se misturavam. Havia uma autonomia e receio de perder a identidade. Cada época teve seus matizes e fez sua contribuição específica nesse processo de construção da reflexão e vivência da intercongregacionalidade:

- Na década da fundação (1950): foi elaborado um primeiro plano comum e em 1955 começou a circulação da *Revista da CRB* (que passa a ser *Convergência* em 1968), com informes das congregações e temas de reflexão comum.

2. Conferência dos Religiosos do Brasil. Fontes de consulta: planos globais de ação de cada triênio e *Memória histórica. As lições de uma caminhada de 50 anos: CRB – 1954 a 2004*, Edênio Valle, svd, organizador.

- Na década de 1960: Vida Religiosa (VR), Pastoral de Conjunto, nova consciência de eclesialidade, de missão, de abertura ao mundo moderno e urbano e renovação da VR na sua teologia.
- Na década de 1970: missão profética a partir de Medellín e Puebla, pequenas comunidades, leitura da realidade a partir da ótica dos pobres e formação intercongregacional.
- Na década de 1980: VR inserida, inculturação, mulher e VR, espiritualidade da libertação.
- Na década de 1990: assume-se plenamente o tema da intercongregacionalidade dentro de um conjunto de eixos temáticos que vão sendo trabalhados: eclesialidade e missão; dinamismo profético dos carismas; etnia, gênero e cultura; presença solidária e solidariedade profética; análise institucional; refundação da VR e fidelidade criativa; intercongregacionalidade.

No quadro programático do Plano Global de Ação do triênio 1992-1995 encontramos, como linha preferencial, “vivência e ação intercongregacionais”. Já para o triênio 1998-2001 as linhas foram: criatividade segundo os carismas da VR; parceria com leigos, leigas e comunhão; intercongregacionalidade; mística evangélica; missão inculturada; presença solidária etc.

Talvez tenha sido no triênio 1998-2001 que se abriu o horizonte da intercongregacionalidade para a interinstitucionalidade, ao integrar o conceito de parceria com os leigos e as leigas.

Na década, de 2000, se avança plenamente nos temas: comunidades intercongregacionais; redes e parcerias com leigos(as) e diversos organismos; novas gerações, juventude e VR; projetos comuns...

O marco 6 do quadro programático do Plano Global de Ação do triênio 2001-2004 insiste nos temas: intercongregacionalidade, trabalho em rede e parcerias com leigos e diversos organismos em vista da solidariedade. No triênio 2004-2007 a prioridade I é: avançar na construção de alianças intercongregacionais na formação, missão, projetos co-

muns e em parceria com organismos afins. Por fim, no triênio 2007-2010 temos, na prioridade 4: ampliar as alianças intercongregacionais, as redes e parcerias, na formação e na missão, e intensificar a partilha dos carismas com @s leig@s.

É importante ressaltar que a intercongregacionalidade merece estudo e pesquisa histórica detalhados, onde se possam resgatar as experiências realizadas. Sabemos de congregações que fizeram experiências de comunidades intercongregacionais já na década de 1980. Por exemplo: em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, no Seminário Diocesano Menor, onde duas congregações formaram uma comunidade para o serviço de acompanhamento aos seminaristas. Como essa experiência, muitas outras aconteceram e devem ser resgatadas para delas se apreender e avançar.

Seria muito importante que a CRB, em âmbito regional e nacional, pudesse organizar alguns seminários para aprofundar o tema da intercongregacionalidade e da interinstitucionalidade. Assim, as organizações missionárias de leigos e leigas também poderiam contribuir na construção desse novo modo de ser Igreja e de assumir a missão.

Um pouco de nossa história como EI. Risco, confiança e profecia...

O padre Cláudio Perani, sj, primeiro superior do Distrito dos Jesuítas da Amazônia (1995), foi quem ajudou a iniciar a experiência da EI. Durante dois anos se fez um processo de discernimento. Recolheram-se dados com bispos, instituições, organizações e pessoas conhecedoras da região amazônica. Identifica-se como prioritária a necessidade de acompanhamento dos povos do interior, isto é, acompanhamento e formação *in loco* — e a formação de suas lideranças. Para isso era necessário liberar pessoas para ir ao encontro das comunidades e visitá-las periodicamente. Liberar pessoas com tempo suficiente para estar nas comunidades partilhando a vida cotidiana, aprendendo com elas o modo de acompanhá-las e servi-las, apoiando seus processos de formação crítica.

Em janeiro de 1998 nasceu a pequena EI com dois jesuítas: o padre Albano Ternus, sj, homem com grande experiência na região, e o padre Paulo Sérgio Vaillant, sj, companheiro com energia e juventude, que chegava do Espírito Santo para somar na região. Eles iniciaram o trabalho da equipe nas periferias urbanas e com os ribeirinhos. Em outubro do mesmo ano se somaram à experiência o padre Fernando López, sj, do Paraguai, e a irmã Arizete Miranda (Congregação de Nossa Senhora - Cônegas de Santo Agostinho), religiosa amazônida que colaborou nos primeiros dois anos em tempo parcial, liberada pela escola municipal em que trabalhava e que compreendia a presença nas áreas indígenas como extensão de sua prática pedagógica.

Iniciaram o trabalho junto aos povos indígenas na equipe, articulando-se com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Assim, foram definidos os três rostos com os quais Deus nos convida a gastar e a complicar nossas vidas com uma justiça socioambiental, onde a humanidade e a criação possam viver em liberdade, em harmonia, em fraternidade cósmica, como o Deus Pai-Mãe sonhou desde o “começo”.

Ao longo destes dez anos da história da EI, houve pessoas que fizeram experiência mais curta (um mês) ou mais longa (oito anos), num total de sessenta, pertencentes a cerca de 28 instituições, congregações ou grupos. Nos anos 2006-2007 foi composta por vinte pessoas de 14 instituições. Em agosto de 2008, a equipe estava formada por 12 pessoas pertencentes a dez instituições. Dos membros atuais, cinco pessoas são leigas de quatro instituições diferentes e oito são religiosos@s que pertencem a oito congregações diferentes. Concretamente, as instituições e congregações são:

- Instituições leigas: Conselho Indigenista Missionário (CIMI): 2, Comissão Pastoral da Terra (CPT): 1, Comunidade Cristã BIDARI (Espanha): 1 e Jesuítas da Amazônia (BAM): 1.
- Congregações religiosas: Servas da Santíssima Trindade (1), Servas do Espírito Santo (1), Franciscanas do Coração de Maria (1), Ursulinas de São Carlos (1), Providência de Gap (1), Catequistas Franciscanas (1) e Jesuítas (BAM, 1).

Ao longo destes dez anos de caminhada, a equipe esteve bastante equilibrada na questão de gênero, o número de homens sempre mais ou menos igual ao número de mulheres. Atualmente, está totalmente desequilibrada: 11 mulheres e um homem.

Neste momento a Equipe está com dois núcleos formados: o núcleo Trindade, com base em Manaus, Amazonas, com três pessoas, e o núcleo com base em Tabatinga, Amazonas, com seis pessoas, na tríplice fronteira amazônica Brasil-Peru-Colômbia. Há um terceiro em formação, com base em Boa Vista, Roraima, com três pessoas, na tríplice fronteira de Brasil-Venezuela-Guiana, que é acompanhado pelo núcleo de Manaus.

Também temos a alegria de partilhar que, dentro das perspectivas de futuro, estamos acompanhando o processo de encontros das igrejas da tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia, onde, dependendo dos recursos humanos interinstitucionais que venham a ser enviados, como as Irmãs Catequistas Franciscanas, por exemplo, que já estão em processo de pertença e estarão dispondo de pessoas para somar nesta experiência no ano 2010, o novo núcleo passará a ser realidade.

Os “i” do projeto: riqueza e complexidade

O projeto foi construído e continua sendo tecido com vários componentes “i”: itinerante, inserido, interdisciplinar, interinstitucional, intercultural, internacional, interfronteiriço, interdiocesano, intergênero, intercarismático (entre vários carismas), inter-religioso, intercongregacional etc. Muitos desses componentes, em separado, estão presentes em outros projetos: há muitas experiências de inserção, outras são interinstitucionais e interdisciplinares, outras interculturais etc. Porém não são muitas as experiências que integram ao mesmo tempo todos esses componentes num mesmo projeto. Isso lhe dá uma enorme riqueza, mas também uma enorme complexidade. Ao abordar nestas linhas o aspecto da interinstitucionalidade no projeto da EI, há de ter presente que ela vai entrelaçada com os outros “inter”.

Num encontro internacional onde apresentamos nossa experiência e os distintos componentes “i” do projeto

da EI, um antropólogo muito conhecido (Xavier Albó, sj) ficou em pé e solenemente afirmou: “Muito interessante! Porém falta o ‘i’ mais importante...”. Depois de fazer um silêncio, concluiu: “O projeto é IMPOSSÍVEL!”. Toda a sala desabou em uma boa gargalhada.

Será que esse sonho é realmente impossível? Esse é o desafio que com teimosia e confiança no Espírito estão assumindo as pessoas, os núcleos, cada responsável institucional e todos interinstitucionalmente.

Interinstitucionalidade: não nasce, se faz!

A EI não nasceu interinstitucional. O projeto se fez interinstitucional a partir da experiência, da busca e do discernimento. Em suas origens foi pensada e nasceu como um projeto dos jesuítas a serviço dos povos, das igrejas, das organizações e dos grupos da Amazônia, para apoiá-los e fortalecê-los em sua caminhada. A chegada das Cônegas de Santo Agostinho, na pessoa da irmã Arizete M. Dinelly, introduziu, de forma não verbalizada, o elemento “inter” já nos inícios do projeto itinerante. No final de 1999 se incorporou o padre Paco Almenar, sj, e no início de 2000 a irmã Odila Gaviraghi, fscj, além de Cláudia Pereira, do Projeto Missionária da CNBB – Regional Sul III, e Tadeu Moraes, jovem marajoara em processo de discernimento vocacional. Com essas pessoas teve início a Comunidade Interinstitucional. Uma comunidade adaptada em sua forma de viver e de organizar-se, para apoiar a missão itinerante da qual todos eram membros.

Com o início da Comunidade Itinerante (CI), formada por pessoas de quatro instituições diferentes, a reflexão sobre a interinstitucionalidade foi ganhando maior força. Foi nesses dois primeiros anos de caminhada da CI (quatro de nascimento da EI), que foi verbalizado, de forma consciente, o sentir que o projeto era “inter”. Irmã Odila e irmã Arizete cobravam, expressando com convicção, força e firmeza, que o projeto também era de suas congregações e não só dos jesuítas. “A EI também é nossa, das Cônegas de Santo Agostinho e das Filhas do Sagrado Coração de Jesus, não é mais só dos jesuítas.”

A experiência não nasceu interinstitucional, ela se fez interinstitucional com o conviver, rezar, sonhar, chorar e sorrir, trabalhar, itinerar, buscar, discernir, brigar, reconciliar e caminhar junto das pessoas das diversas instituições que a integram. “Caminhante (itinerante) não há caminho, se faz caminho ao andar (itinerar)” — reescrevendo o verso de Antônio Machado.

A partir da lógica institucional dos jesuítas, o projeto nasceu deles e era deles, para estar a serviço dos outros. Até mesmo o projeto era pensado com a possibilidade de que outras congregações e leigos(as) viessem para colaborar com os jesuítas em seu projeto itinerante... Só depois da experiência daqueles primeiros quatro anos é que se conseguiu verbalizar com clareza e acolher a interinstitucionalidade como o novo da EI. As duas religiosas, mulheres sensíveis e corajosas, com seus carinhosos e firmes questionamentos e no exercício sagrado do cotidiano da reconstrução coletiva, ajudaram os jesuítas a abrir seu horizonte e imaginário institucional (de poder?), para começar a compreender o projeto como “interinstitucional”, onde eles somavam com as outras instituições, de igual para igual, na missão.

Caminhada dos encontros interinstitucionais: aprendendo juntos!

Quatro anos depois de iniciar a experiência da EI, começaram os encontros interinstitucionais com todos os responsáveis, coordenadoras(es), superiores(as) provinciais das instituições que formavam a equipe. Resumimos brevemente a história de construção desses encontros... Ela tem sido e continua sendo um profundo aprendizado sobre como assumir a missão na corresponsabilidade interinstitucional.

I Encontro Interinstitucional (Seminário Bom Pastor, Manaus, outubro/2002)

Só quatro anos depois do nascimento e de caminhada foi reconhecida oficialmente a decisão de que o projeto da EI, idealizado pelos jesuítas, passara a ser interinstitucional e assu-

mido por todas as instituições que o integravam e por aquelas que no futuro chegassem a fazer parte dele. As quatro instituições que naquele momento estavam presentes e assumiram interinstitucionalmente o projeto foram: Irmã Valdete Cottin (superiora provincial) e irmã Odete Champ (conselheira), ambas da Congregação de Nossa Senhora - CSA; irmã Inelda Palestrini (superiora provincial do Sul) e a irmã Sônia Terezinha (superiora provincial do Nordeste, porém ainda sem membros na equipe) das Filhas do Sagrado Coração de Jesus - FSCJ; padre Bruno Schizzerotto (superior provincial dos jesuítas na Amazônia - BAM; e o Projeto Missionário da CNBB - Regional Sul III, presente na pessoa da missionária leiga Cláudia Pereira (o responsável já tinha passado uns dias com a equipe, no primeiro semestre de 2002).

II Encontro Interinstitucional (Xare, Manaus, dezembro/2003)

Foi um encontro paradigmático. Nele vivenciou-se a grande potencialidade e riqueza da interinstitucionalidade. Vivemos uma experiência muito bonita e desafiadora. Um dos temas principais foi discernir e decidir sobre a abertura do segundo núcleo da EI na tríplice fronteira de Brasil-Peru-Colômbia, no alto rio Solimões (Tabatinga-AM). A EI apresentou aos representantes institucionais os grandes desafios daquela fronteira, assim como a proposta de ali abrir o novo núcleo. Eles ficaram muito sensibilizados, porém manifestaram a dificuldade que tinham em recursos humanos e econômicos para assumir tal desafio. Naquela situação foi que a voz profética de uma mulher nos fecundou e abriu ao novo.

A irmã Elizabete, superiora provincial das Filhas do Sagrado Coração de Jesus, nos provocou: “Eu também tenho recursos humanos e econômicos muito limitados, porém posso buscar uma irmã, e se vocês somam com alguém a gente pode assumir junto essa nova missão”. Então, os responsáveis interinstitucionais pediram para a Equipe escolher as pessoas para compor o novo núcleo (já que nós conhecíamos a realidade e o perfil necessário), depois eles dariam a destinação.

E foi assim que as Filhas do Sagrado Coração de Jesus somaram com irmã Odila, os maristas com o irmão Neori, o CIMI com a Raimunda e os jesuítas com o Fernando. O novo núcleo começou com quatro pessoas de quatro instituições, duas com experiência na equipe e duas novatas. Em dois anos o núcleo já tinha dez pessoas de oito instituições somando com o Vicariato San José del Amazonas (Peru) e com os irmãos colombianos.

III Encontro Interinstitucional (Centro de Formação do Xare, Manaus, novembro/2004)

Neste encontro avaliou-se a caminhada dos núcleos, fortaleceram-se os compromissos institucionais e criou-se o fundo interinstitucional de itinerância. No dizer d@s responsáveis: “Ninguém segura mais este sopro do Espírito, temos de assumi-lo responsabilmente. Vamos quebrar nossos potes para que o perfume se espalhe, coragem!” (irmã Sueli Bellato, csa).

Assuntos:

1. Memória dos dois encontros anteriores.
2. Realidade: Amazônia e fronteiras.
3. EI: informações várias e partilha da missão, vivência comunitária, membros da equipe e tripé (ribeirinho, urbano, indígena).
4. Trabalhos interinstitucionais e compromissos feitos por cada instituição.

Também nesse encontro foram tomadas as seguintes decisões e compromissos interinstitucionais:

- O encontro interinstitucional é o espaço de reflexão, discernimento e tomada de decisões conjunta entre os membros da EI com os responsáveis institucionais. É preciso consolidar Tabatinga e Manaus antes de abrir novos núcleos, por exemplo.
- Fomentar e apoiar também as iniciativas de outros que desejem formar EI independentes.³
- Cada núcleo será autônomo, porém mantendo mútua ajuda entre eles. Cada um tem um(a) coordenador(a),

3. Segundo informações, já se formaram três equipes itinerantes inspiradas na nossa pequena experiência: uma no Paraguai, outra no Brasil e outra no Equador. E temos notícias de outras iniciativas que se estão iniciando.

assim como uma instituição de apoio e referência: no núcleo de Manaus, os jesuítas; no núcleo de Tabatinga, os maristas. Fernando continuaria como articulador, incentivando e propagando a proposta da equipe.

- Mantém-se a necessidade de os responsáveis institucionais terem um encontro anual com a EI.
- Para garantir a estabilidade de cada núcleo, o mínimo ideal é de seis membros. Isto não impede que funcione com um número menor de pessoas, podendo diminuir o número de subequipes ou o número de pessoas que as compõem. Cada núcleo decide se recebe novos membros e por quanto tempo. No entanto, a decisão a respeito do destino dos novos membros ficará a ser considerada sempre pelas duas partes (Equipe e instituição).

Propõe-se continuar a reflexão sobre a presença leiga e membros externos à comunidade.

IV Encontro Interinstitucional (Centro, de Formação Frei Ciro, Tabatinga, junho/2005)

Pela primeira vez o encontro interinstitucional se realizou fora de Manaus e foi para as fronteiras amazônicas, no alto rio Solimões, na tríplice fronteira de Brasil-Peru-Colômbia. Alguns dos temas trabalhados: fundo interinstitucional, planejamento do levantamento da realidade na tríplice fronteira de Brasil-Bolívia-Peru (Acre e Rondônia, Beni e Pando, Madre de Dios), continuidade no apoio à Universidade Indígena de Venezuela (UIV, Tauca), articulação entre os dois núcleos da EI, como trabalhar uma nova versão do projeto da EI, aprofundamento nos temas de itinerância e inserção e como articular essas duas experiências.

V Encontro Interinstitucional (Centro de Formação Xare – CIMI, Manaus, agosto/2006)

Foi aprovado o processo de acompanhamento para o possível núcleo na tríplice fronteira Peru-Bolívia-Brasil. Ficou decidido que o fundo interinstitucional ficaria na poupança da Equipe, em nome de duas pessoas. Seu objetivo:

- a) Ajudar, eventualmente, por um período máximo de um ano, pessoas que venham a participar da equipe e não tenham recursos imediatos de alguma instituição.
- b) Apoiar, eventualmente, na formação dos membros da equipe que não tenham outras possibilidades de ajuda.

VI Encontro Interinstitucional (Centro de Formação Frei Ciro, Tabatinga, agosto/2007)

Foram trabalhados os temas:

1. Pan-Amazônia, os povos da floresta e os modelos de Igreja no serviço à Amazônia: “Acorda, Amazônia, mostra a tua luta”.
2. Oficina FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fragilidades e Ameaças): no âmbito de cada subequipe, no âmbito de núcleo, no âmbito da Equipe e no âmbito interinstitucional.

Decisões e compromissos interinstitucionais:

1. O superior provincial dos jesuítas da Amazônia (BAM) coordena os projetos de apoio à EI ligados à Rede Xavier (Entreculturas, Alboan, Magis e Mision Prokur, Leigos para o Desenvolvimento, Fundação Gonçalves da Silveira).
2. Ter dois representantes institucionais para acompanhar os núcleos.
3. Dar atenção ao perfil dos membros da equipe.
4. Definir o papel dos coordenadores dos núcleos: administrar conflitos que surgem; avaliar, após o estágio, as pessoas que chegam para fazer experiência na equipe; ajudar a equipe e a comunidade a fazer este processo de acompanhamento dos novos membros.

VII Encontro Interinstitucional (Casa Sant’Ana, Manaus, agosto/2008)

Este encontro teve um forte caráter celebrativo: dez anos da EI! O tema trabalhado foi: “Interinstitucionalidade: o nosso tão importante quanto o meu”. Como podemos crescer em nossa corresponsabilidade interinstitucional para a missão?

Um fato importante, significativo e profético, justo na celebração dos dez anos, foi o discernimento de um possível grupo da EI na tríplice fronteira de Brasil-Venezuela-Guiana, que o núcleo de Manaus vinha acompanhando. Três companheiras de Roraima se disponibilizaram: irmã Idalina Mendes (Providência de Gap), Gilmara Fernandes (leiga do CIMI) e irmã Graça Gomes (catequista franciscana). Elas desafiaram a EI para um novo modo de pertença. Também, pela primeira vez na história dos encontros interinstitucionais, foi elaborada uma “Carta de Compromisso Interinstitucional”. As instituições comprometeram-se a apresentá-la e a discuti-la, internamente, para assumir como projeto próprio a EI e sua missão.

Eis algumas decisões tomadas interinstitucionalmente:

- Os grupos de Roraima e Manaus continuam se acompanhando. Formam por enquanto um único núcleo da EI.
- O fundo interinstitucional mantém-se como fundo único. Quem define o uso é a coordenação da EI.
- Foi trabalhada e levada para suas instituições a “Carta de Compromisso Interinstitucional”. No próximo encontro interinstitucional (agosto/2009) será retomada.
- Continuar com o apoio à Universidade Indígena de Venezuela (UIV, Tauca).
- O tema do próximo encontro interinstitucional (9-19.8.2009): “Missão e metodologia itinerante: possibilidades e limites”.

“Interinstitucionalidade: o nosso tão importante quanto o meu”

Esta é a compreensão fundamental para que um projeto interinstitucional possa ser viável. Assumir a missão interinstitucionalmente é um sinal novo dos tempos e está em fase de construção. Por isso exige uma grande abertura para o aprendizado. Ainda não há uma “cultura interinstitucional” na prática missionária. Historicamente, cada instituição pensa, organiza e realiza a “sua missão”, não a “nossa missão”. A interinstitucionalidade só é possível se cada Ins-

tituição ou Congregação que participa do projeto missionário em comum assume-o, com o mesmo carinho, cuidado e dedicação que os projetos próprios. Isso significa que o “nosso” projeto missionário interinstitucional é tão importante quanto o “meu” próprio projeto institucional.

Na lógica do Evangelho, o “nosso” é sempre mais importante que o “meu”. A partir dessa ótica e exigência evangélica a missão interinstitucional deveria ser mais importante que minha missão particular... Porém desse ideal estamos ainda muito longe e por isso nos propomos uma meta mais próxima: o “nosso” tão importante quanto o “meu”.

É muito importante ressaltar que a interinstitucionalidade não é apenas uma resposta à falta de recursos (humanos e/ou econômicos) que na atualidade estão vivendo muitas instituições. O fundamento é muito mais que isso. A interinstitucionalidade é um novo modo de olhar e responder à realidade de um jeito mais plural, mais integral, mais diverso, mais “Trinitário-Divino”. Pela novidade e desafio que significa a interinstitucionalidade, ela exige:

- a) *Responsabilidade e perfil pessoal*: nem todo mundo tem carisma para tudo. Por isso é fundamental dispor de pessoas seduzidas pela proposta do projeto, com abertura relacional e disponibilidade para o trabalho em comum. Por outro lado, a partir do tempo de experiência na equipe, é necessário que a própria pessoa se confronte com o perfil missionário para uma decisão sincera, honesta e coerente com o projeto. De igual forma, a equipe deve ter maturidade, clareza e caridade para ajudar a pessoa a descobrir-se e ver se tem carisma para este projeto interinstitucional e não tentar forçar ou mudar as coisas para adequar a equipe ao seu perfil.
- b) *Corresponsabilidade e consciência grupal*: o grupo ou equipe deve ter uma consciência muito clara do grande desafio e, sobretudo, do enorme valor que significa a interinstitucionalidade quanto à diversidade de pessoas e carismas. Assim, cada membro poderá superar o desafio do outro diferente para saber acolher, somar e complementar-se com o outro diferente, que, como eu, também

tem suas qualidades e limitações. É muito importante saber relacionar-se sem entrar em competição, ou rivalidades, saber manter as relações interpessoais, ainda que existam diferenças nas idéias, compreensões da realidade etc. Afinal, é uma questão de humildade aceitar que a realidade plural é mais complexa que minha visão ou entendimento dela.

Um desafio importante é ajudar no processo de socialização na experiência e acompanhamento dos novos membros. Como facilitar-lhes o caminho de compreensão e introdução na EI para que possam dar o melhor de si mesmos na missão? É grande o desafio de consolidar um grupo mínimo estável que possa ajudar neste processo de construção da proposta da EI. São apenas dez anos de caminhada. A experiência está começando. É frágil. Fica muito difícil quando muda quase todo o grupo dos mais antigos e os novos têm de acompanhar os outros mais novos que chegam. A continuidade do processo e da missão se rompe e aumenta a insegurança dos novos que chegam.

Numa proposta interinstitucional, a estabilidade mínima do grupo, necessária para dar consistência à proposta, é responsabilidade fundamental das instituições que enviam pessoas, compreendendo e assumindo, assim, sua corresponsabilidade na missão.

- c) *Corresponsabilidade e ajuda mútua interinstitucional*: os responsáveis institucionais, além de acompanhar de perto e com carinho cada pessoa, também são chamados a acompanhar de perto e com carinho o projeto interinstitucional. Dessa forma assumem corresponsavelmente um verdadeiro compromisso interinstitucional, de mútua ajuda, na missão comum a que o Senhor nos chama. Só assim a EI poderá ter um grupo suficientemente amplo, com estabilidade necessária para ajudar a socializar, dentro do projeto interinstitucional, as novas pessoas que chegam.

O projeto interinstitucional não tem futuro se cada responsável ou coordenador(a) funciona só pelo seu inte-

resse institucional, colocando e tirando pessoas segundo a conveniência de sua instituição e sem ter em conta os outros, a interinstitucionalidade. Um desafio e ao mesmo tempo uma riqueza, no âmbito interinstitucional, é a rotatividade dos responsáveis institucionais. Pela prática comum de muitas instituições, seus(suas) coordenadores(as) assumem o serviço de três a seis anos, para dar estabilidade à missão. De igual modo, para poder dar certa continuidade na nossa experiência e missão, os membros da equipe precisam também de certa estabilidade.

Percebemos que, por não estar ainda construída uma “cultura e prática interinstitucional”, cada vez que um(a) coordenador(a) muda, há que “quase” recomeçar tudo de novo, há que reconquistá-lo(a), *re-enamorá-lo(a)*, iniciá-lo(a) nesse novo caminho interinstitucional. A instabilidade em ambos os níveis quebra o processo de socialização, compreensão, repasse e avanço dessa experiência missionária. É necessária a socialização e o compromisso *ad intra* de nossas instituições para que, aos poucos, seja construída essa nova “cultura interinstitucional” e, assim, tod@s possamos ir compreendendo e assumindo o novo sinal dos tempos.

A interinstitucionalidade é complexa, como a realidade da vida. A complexidade e a diversidade são possibilidades de vida. A partir da complexidade, compreendida como novas possibilidades, a interinstitucionalidade passa a ser um desafio. É um convite para aproximarmos as nossas fronteiras pessoais, grupais, institucionais, abri-las e atravessá-las, para irmos ao encontro do “outro-Outro”, para junt@s construirmos a nossa missão interinstitucional.

A experiência interinstitucional é uma novidade que exige humildade de aprendiz, para podermos construir um caminho de unidade na diversidade de pessoas, carismas, relações socioambientais, instituições, culturas, religiões etc. A EI interinstitucional é um pequeno e frágil ensaio, uma semente, uma amostra de verificação de que é possível *re-tecer* os fios da unidade do universo, do cosmo,

do mundo, de toda a realidade socioambiental de nosso pequeno planeta, a partir de toda a potencialidade da diversidade presente na criação. Assim como Deus a sonhou, unidade plural e diversa: “A unidade, quanto mais diversa, mais divina”.

Quatro níveis de complexidade, exigência e aprendizado interinstitucional: Equipe, Missão, Comunidade Itinerante e Coordenação Interinstitucional

A EI tem por objetivo fundamental a Missão Itinerante (MI). As pessoas que fazem parte da EI e desenvolvem a MI podem escolher morar fora ou dentro da CI. É uma opção livre. A CI nasceu dois anos depois da EI (2000). No início (1998-1999), cada membro da EI morava em sua comunidade institucional. Em 1999 discerniu-se e decidiu-se criar a CI inserida entre os mais pobres, onde a vida está mais ameaçada. Em coerência com o projeto da EI, procuramos uma área de palafitas de Manaus. A CI busca ser um espaço onde a vida comunitária está organizada de acordo e em função da MI. Seu objetivo é partilhar a fé, a vida e a MI. A CI nasceu como busca e resposta à necessidade de adaptar-se ao estilo da MI à qual fomos enviados.

Itinerando pela Amazônia uns sete ou oito meses ao ano, sentíamos dificuldades para adaptarmo-nos nas “comunidades estáveis” onde morávamos ao chegar das itinerâncias. Sempre estávamos um pouco na “contramão”. Não conseguíamos nos encaixar na programação, estilo e ritmo da comunidade, por ela estar organizada e adaptada à “missão estável” das pessoas que a integravam. Aqui distinguimos quatro níveis de aprendizado e exigência complementares no que se refere à nossa experiência interinstitucional.

- a) *Interinstitucionalidade na EI: “Sonhando, pensando e projetando juntos”.* Talvez este seja o nível de interinstitucionalidade onde todos têm mais experiência. Várias instituições se juntam para abordar um tema e elaborar uma proposta de modo conjunto. Este nível exige a capaci-

dade de estar abert@ às ideias dos outr@s, aos pontos de vista diferentes que @s outr@s têm sobre um determinado assunto. Abert@s a distintos carismas. Mas também significa estar abert@ a expor meu ponto de vista, minha ideia, não querendo impô-la ou fazendo que prevaleça acima de tudo e de tod@s.

Estar abert@s a deixar-nos fecundar pelos outros, e fecundar os outros também com minhas ideias, reflexões, atitudes, dons e carismas. Isto exige maturidade para não entrar em invejas e concorrências estéreis. Estar dispost@ a abrir mão da “minha” proposta, ideias e pontos de vista para construirmos junt@s a “nossa” proposta. Isso implica apostar na diversidade como riqueza e não como ameaça. Exige que as relações sejam de responsabilidade e de complementaridade.

- b) *Interinstitucionalidade na MI: “Itinerando e trabalhando juntos”*. Em nossa experiência, este novo passo é mais exigente na capacidade interinstitucional dos membros da EI. A EI não só discute ideias e planeja conjuntamente, mas também executa os trabalhos em conjunto. Agora se trata de passar das ideias em conjunto ao trabalho conjunto: itinerar duas ou três pessoas juntas, de distintas instituições, durante um mês ou dois, desenvolvendo e executando uma determinada oficina crítica, sobre algum assunto de interesse das comunidades, que foi preparada em conjunto na EI.

Isso exige capacidade não só para construir ideias em conjunto, mas também para o convívio nas itinerâncias, em condições “apertadas” e incômodas, de silêncio e convívio estreito nas longas horas e dias de barco de aldeia em aldeia, de comunidade em comunidade. Saber não só pensar em conjunto com outros diferentes, mas também conviver e trabalhar com outros diferentes.

Nas nossas itinerâncias servimos e apoiamos organizações, congregações, igrejas, povos, culturas e grupos diferentes. Por isso a experiência da missão itinerante exige de todos muita capacidade relacional, para interagir com as diferenças de temperamento, cultura, carisma,

nacionalidade, gênero, modelos e visões da realidade etc. A gente não só tem de saber trabalhar interinstitucionalmente entre nós (como equipe), mas também com os outros diferentes que pedem nosso apoio e serviço humilde.

Aqui na Amazônia, com a enorme diversidade de povos e culturas, de organizações e igrejas, esse esforço adaptativo no trabalho interinstitucional com os outros é muito exigente. Exige muita flexibilidade e criatividade diante da diversidade de cosmovisões, metodologias e perspectivas de trabalho.

Assim, somos convidados e convidadas a viver numa constante atitude de ser “eternos aprendizes”. Aprender humildemente na troca de saberes, na escuta atenta dos clamores por direitos e dignidade dos povos tradicionais, dos indígenas, das comunidades ribeirinhas e dos marginalizados urbanos. Aprendendo humilde e solidariamente das pessoas e grupos ameaçados nas fronteiras geográficas e simbólicas da Amazônia.

- c) *Interinstitucionalidade na CI: “Convivendo e morando juntos”*. Como dissemos, morar na CI é uma opção livre dentro da proposta. Pode-se fazer parte da EI morando em sua comunidade ou espaço próprio. A partir de nossa experiência, percebemos que aqueles que optam por morar na CI experimentam um grau a mais de exigência na relação interinstitucional. Por um lado, no escritório pensamos e organizamos juntos os programas que vamos desenvolver; por outro lado, itineramos e trabalhamos juntos nas oficinas, de aldeia em aldeia, de comunidade em comunidade.

Agora, o novo passo é que, ao retornar para os núcleos (Manaus ou Tabatinga), aqueles que optaram por morar na CI inserida continuem convivendo interinstitucionalmente. Nela, por exemplo, nas palafitas de Manaus, com pouca estrutura, vive-se muito “colado e colada”, exposto um ao outro o tempo todo. Os espaços são pequenos e abertos, tanto dentro da comunidade como com a vizinhança. A “privacidade” fica

limitada e não há para onde fugir. A experiência da CI exige muita capacidade relacional para integrar a diferença de temperamentos, culturas, afetividade, carisma, idades, línguas, nacionalidades, gênero, experiências, instituições.

A participação na CI exige pensar, refletir, conviver, rezar, celebrar e partilhar o que carregamos em “nossos paneiros” ou “nossas mochilas”. A atitude de “somar” nos exige, mas também nos enriquece e complementa, provoca-nos a “deixar que o outro seja” na sua particularidade e unicidade. Convida-nos a acolher e a reconhecer a beleza da diversidade de dons e carismas do outro e da outra, que na gratuidade se manifestam no convívio interinstitucional.

- d) *Interinstitucionalidade na coordenação interinstitucional: “Corresponsabilidade e mútua ajuda”*. Este é um outro nível de complexidade. Como construir juntos a missão? Como discernir e decidir juntos os passos a ser dados? Como crescer na corresponsabilidade conjunta na missão comum? Como crescer na partilha de recursos humanos e econômicos para a missão? Como avançar na ajuda mútua interinstitucional para poder enfrentar os enormes desafios que a missão nos apresenta neste mundo globalizado e excludente? Como um responsável institucional deve contar com os outros responsáveis institucionais para decidir sobre seus membros presentes na EI sem prejudicar os outros na missão comum? Como cada instituição deve ajudar a que se compreenda dentro dela, em toda sua estrutura de governo e gestão, este novo caminho da interinstitucionalidade na missão?

Neste nível, é importante ver a interinstitucionalidade não como uma resposta à carência de recursos humanos ou financeiros para encarar a missão, mas sim como um novo modo de perceber a realidade, de nela estar e agir. Talvez que essa fragilidade e carência de recursos nos tenham obrigado a abrir-nos a essa nova perspectiva “inter”. Porque, “quando somos frágeis, é então que

somos fortes”, só reconhecendo com humildade nossa fragilidade diante do outro, o Outro se faz novidade e fortaleza em nós.

Curiosamente, as instituições e congregações mais frágeis e pequenas têm menos dificuldade para somar com o outro. As mais fortes têm a tentação do poder e da autossuficiência, de pensar e crer que sozinhas podem e que não necessitam dos outros para levar a missão, ou que é o outro quem tem de vir a fortalecer seu projeto institucional. A partir do reconhecimento de nossa fragilidade e pequenez (institucional) é que Deus se faz fortaleza (interinstitucional).

Todos esses níveis de interinstitucionalidade que vivemos dentro da equipe estão interligados. Por isso a experiência da equipe é muito complexa. Exige criatividade, investimento em formação, aprofundamento da mística missionária itinerante e interinstitucional. Pensar, refletir, rezar, partilhar juntos o que levamos em nossas mochilas nos ajuda a crescer no sentido de pertença à equipe, assim como alimenta o desejo de manter uma atitude de escuta e acolhida aos apelos dos pobres.

A complexidade de todos esses níveis da vivência interinstitucional que experimentamos tem de ser olhada sem medo, mas sem ingenuidade. Para responder a este dom que o Espírito derramou sobre todos nós, precisamos assumi-lo como tarefa pessoal, institucional e interinstitucionalmente, com a confiança de que a presença terna e fiel da Força-Geradora de Vidas itenera conosco. No início desta caminhada nos recordava o padre Cláudio Perani: “Não se preocupem com os resultados... o Espírito irá mostrando o caminho. Coragem, comecem por onde puderem!”.

Interinstitucionalidade: relacionalidade para amar e servir

Na caminhada destes dez anos, percebemos que esta experiência exige uma enorme capacidade relacional para fazer

todo o bem possível na prática do amor e do serviço. A própria palavra “inter” nos fala de relação, de conectividade, de encontro, de cumplicidade, de diálogo, de mais de um. Parece que o “inter” é um elemento intrínseco da realidade toda, que em sua diversidade grandiosa é interconectada. Hoje, aos poucos, vamos abrindo e tomando consciência dessa visão mais holística, que integra a diversidade em relacionalidade.

O “inter” é uma nova perspectiva e um novo paradigma de compreensão da humanidade que se pensa como parte (pequena) de um todo. Hoje, mais que nunca, somos desafiados pelo diálogo inter-religioso, intercultural, intergênero, intercongregacional, internacional, interinstitucional, interfronteiriço, intersindical, intereclesial. Acreditamos que o caminho é a relacionalidade para amar e servir. Porque sozinh@ não dá!

Depois destes anos de caminhada pareceria que a principal qualidade do perfil da pessoa que entra na EI é sua abertura relacional para o serviço. A dinâmica de itinerância geográfica no contato com os outros diferentes e no espaço deles, controlados por eles, gera um processo de itinerância interior muito forte. Entramos em relacionalidade conosco mesmos, com nossos limites. E isso gera um convite ao crescimento pessoal. Também o contato estreito, com minhas virtudes e limites, com os outros companheiros e companheiras da equipe, com suas virtudes e limites, é um constante apelo a acolher e crescer juntos.

Essas três dinâmicas relacionais, a nós mesmos, com o(a) outro(a) da equipe e com os outros diferentes aos que servimos na missão, nos colocam em relação forte com o Outro que nos convida a crescer em liberdade para o amor-serviço.

O processo de relacionalidade tem levado muitos dos membros da EI a entrar em um processo de “itinerância interior”, muitas vezes com momentos de crise forte. Muitos elementos que integram a missão da EI interinstitucional tiram nosso “chão” de segurança, ficando “nus” diante do outro-Outro: a realidade amazônica desbordante, a natu-

reza grandiosa, as culturas diferentes com suas línguas (que não dominamos), o trabalho com outr@s diferentes no seu espaço (não no nosso espaço), a falta de estruturas, entrar nas “fronteiras” onde a vida está mais ameaçada, a interinstitucionalidade, o convívio estreito nas itinerâncias e na CI com pouca privacidade etc.

Muitas de nossas seguranças caem por terra e nos fazem tocar nossos limites. É então que somos convidad@s a crescer e descentrar do “ego” para, junto com @s outr@s e com o Outro, crescer em liberdade, em relacionalidade, para melhor conhecer e dar-nos a conhecer e, assim, pôr-nos a serviço com mais leveza. Talvez o desafio maior seja não cair na tentação de fechar-nos a esse apelo de crescimento relacional... A experiência tem mostrado que para as pessoas que não conseguiram abrir-se a essa dinâmica relacional de crescimento foi muito difícil a vivência do projeto. Todos os que com dificuldades e dores de parto se abriram a esse processo cresceram em sua capacidade relacional e liberdade para o serviço.

Reconhecemos que não chegamos pront@s para esta multiplicidade de desafios relacionais que a EI provoca. Somos interpelad@s para “ir ao encontro d@ outr@”, com atitude humilde e de acolhida. Somos convidad@s a crescer no exercício diário do diálogo “inter” (cultural, religioso, institucional, fronteiro, carismático, pessoal etc.). Isso nos possibilita e acorda numa renovada dinâmica pessoal, comunitária, missionária e interinstitucional. Permite-nos “re-oxigenar as águas” por vezes estagnadas em nossa vida pessoal e institucional.

A interinstitucionalidade é um convite à saída dos nossos espaços privados: sejam congregacionais ou institucionais; sejam pessoais de padre, de religios@, de leig@. Sair dos espaços privados onde tradicionalmente cada grupo se encontra para realizar “sua” missão em “seu” espaço próprio. Historicamente, nesse modelo de espaços separados se formatou, se consolidou e se reproduziu o modelo piramidal hierárquico. A alternativa de juntar pessoas dos diferentes grupos num mesmo projeto de vida comunitária e missio-

nária itinerante provoca e fecunda a prática de um modelo de relações que se constrói nos moldes da circularidade.

Dessa forma, cada qual é convidado primeiro a despojar-se, “desempoderar-se” institucionalmente para empoderar-se (serviço!) interinstitucionalmente. Esse esvaziamento vai dando lugar à construção e à vivência de experiências relacionais mais igualitárias, recíprocas, circulares, onde a identidade pessoal se fortalece, manifesta e acolhe como dom gratuito o outro, sem senti-lo como uma ameaça!

O sonho evangélico é a circularidade eucarística. A prática da circularidade, do sentar e partilhar a vida, nos convida a colocar em comum os bens, os carismas e as pessoas. As cartas de Paulo evidenciam tal dinâmica (1Cor 11,17-34; 12,13). Precisamos voltar ao “círculo”, à “circularidade”, pois esta é a profecia que podemos oferecer à sociedade que vive tão dividida e fragmentada.

A teologia da Trindade, unidade no amor entre as pessoas, e a imagem paulina de sermos “membros de um mesmo corpo” (1Cor 12), ajudam a compreender esta relacionalidade a que estamos chamad@s. Na EI também temos algumas imagens que ao longo destes anos fomos trabalhando para compreender essa dimensão relacional: “Ser fios na rede e não nós”, “ser fio e agulha que costura as fronteiras” etc.

A partir de nossa pequenez e fragilidade, a EI e a CI são um pequeno “viveiro” onde tentamos verificar que o discurso da *unidade na diversidade* é possível, é viável na sociedade. Como equipe e comunidade, procuramos acolher esta graça e, com a ajuda da Trindade, assumi-la como tarefa diária. Esta é nossa pequena missão e colaboração com a sociedade, com a Igreja, com as pastorais sociais, com a Vida Religiosa, com o Reinado do Deus da Teia da Vida.

Acreditamos firmemente que só a partir do coração e do amor é possível manter a unidade da teia da vida. Pelo amor podemos confrontar e acolher a diversidade de temperamentos, ideias, visões, crenças, carismas, instituições e posicionamentos políticos para a missão. Só pelo amor — Deus é amor — a unidade na diversidade é possível.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Que perguntas ou questionamentos sinto diante da missão interinstitucional?
2. Quais os desafios maiores que encontro na missão interinstitucional?
3. Minha instituição tem participado ou participa de algum projeto missionário interinstitucional ou intercongregacional? Como tem sido esta experiência?
4. Minha instituição está avançando na direção da missão interinstitucional ou continua discernindo e servindo a missão só a partir dela mesma?
5. O que facilita e o que atrapalha nossas instituições no compromisso missionário interinstitucional?

Sua colaboração é muito valiosa para continuar avançando no aprendizado e serviço de nossa EI. Por favor, envie-nos por e-mail (com cópia aos dois núcleos) suas respostas, suas críticas e contribuições. Muito obrigad@!

- Núcleo Manaus: equipeitinerante@yahoo.com.
- Núcleo Tabatinga: itinerantebcp@yahoo.com.br.



CRB

Quadro Programático da CRB 2007-2010

HORIZONTE

Em meio às profundas transformações e grandes desafios que envolvem a humanidade hoje, ouvimos a Palavra de Deus que nos interpela: avancem (Ex 14,15). Acolhemos esta Palavra como discípulas e discípulos de Jesus Cristo, na mística da encarnação e no testemunho profético a serviço da vida, especialmente a dos pobres e excluídos, partilhando, com espírito missionário, a razão da nossa esperança (1Pd 3,15).

PRIORIDADES

- 1.** Reafirmar o compromisso da VRC no serviço à vida, diante das grandes questões sociais e ambientais; e fortalecer a inserção nos meios populares e em novos espaços de solidariedade e cidadania.
- 2.** Cultivar uma espiritualidade encarnada e profética, centrada na Palavra de Deus e na mística do discipulado, aberta à diversidade cultural, religiosa e de gênero.
- 3.** Dinamizar a formação inicial e continuada diante da mudança de época, de forma integral, humanizante e geradora de novas relações.
- 4.** Ampliar as alianças intercongregacionais, as redes e parcerias, na formação e na missão, e intensificar a partilha dos carismas com leigos e leigas.
- 5.** Buscar novas formas de aproximação e presença junto às juventudes.